

Ecoaldeias: Entre o Ontem e o Amanhã

Pedro Gomes de Matos Fontes

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Sociologia: Exclusões e Políticas Sociais
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Alcides Almeida Monteiro
Coorientadora: Profa. Doutora Rebeca Roysen

julho de 2021

Dedicatória

Aos (poucos) amigos que viraram irmãos, aos (muitos) irmãos que viraram amigos e às suas divertidas enunciações valorativas entre uns e outros.

Para Carlos e Marilita, para Denise e Frederico, gente que todos os dias me lembra que é preciso olhar as coisas com método, amor, ingenuidade e reverência.

Aos meus pais longevos e renitentes, pela teimosia e perseverança em suas qualidades e defeitos. Aos meus filhos, esperança de renovação, de aprendizado, de perdão e, principalmente, de revisão daquilo que eu chamei de qualidades e defeitos em meus próprios pais. E das possibilidades de igualdade e diversidade entre estes todos.

E por fim à minha mãezinha, que possivelmente não entenderia uma palavra das escritas aqui, mas que me ensinou que o amor não tem cor, não tem linhagem e não tem vergonha.

Folha em branco

Resumo

Ecoaldeias são comunidades com características específicas, que podem representar laboratórios para desenvolvimento de organizações, de processos participativos, de coesão social, etc, para a criação de alternativas sociais de pertencimento e enfrentamento a situações sociais desequilibradas. Ao mesmo tempo, as ecoaldeias podem estar buscando valores que se situam no passado (pertencimento, intimidade, acolhimento) e formas de relações sociais que estão sendo tentadas (através de experimentações sociais, autonomia sem individualismos excessivos, etc). Através do uso do conceito de comunidade, e da elaboração sobre o contraste entre visões orientadas ao passado e ao futuro, nossa pesquisa tem como objetivo situar a visão de moradores de comunidades autodenominadas ecoaldeias dentro deste eixo conceitual: de um lado a busca por valores tradicionais que possam ser resgatados, e por outro a criação de novos modos e relações sociais que possam trazer novas respostas aos problemas das metrópoles contemporâneas.

Esse estudo se apoia em entrevistas com oito moradores de seis ecoaldeias diferentes situadas em território brasileiro, buscando compreender a direção desta busca através da reflexão dos próprios agentes que vivenciam esta experiencição. A pesquisa mostrou que a reflexão é complexa e contém contradições inerentes aos próprios processos destas comunidades e às realidades que as envolve, e que conjugam de forma variada tanto a busca por valores tradicionais como os esforços por criar novas formas de enfrentamento aos problemas sociais motivadores de sua existência. A condição reflexiva trazida durante as entrevistas indicou a necessidade de investigação adicional sobre a visão de posicionamento anti sistêmico que estes grupos parecem representar, bem como pela compreensão sobre o que isto pode significar para estes agentes.

Palavras-chave

Ecoaldeias; ecovilas; permacultura; antissistema.

Folha em branco

Abstract

Ecovillages are communities with specific characteristics, which can represent laboratories for the development of groups, participatory decision processes, social cohesion, etc., aiming the creation of social alternatives to unbalanced social situations. Simultaneously ecovillages may be looking for values that lie in the past (belonging, intimacy, familial embracing) and trials of new forms of social relationships (through social experimentation, autonomy without excessive individualism, etc). Through the concept of community, and the contrast between visions oriented to the past and the future, our research aims positioning the vision of residents of self-denominated ecovillage communities within this conceptual axis: on one hand, the search for traditional values that can be rescued, and on the other hand, the creation of new behaviours and social relations that can bring new answers to the problems of contemporary societies.

This study is based on interviews with eight residents of six different ecovillages located in Brazilian territory, seeking to identify the course (or the main focus) of their pursuit, based on the expression of the agents who actually live this experience. The research showed that the issue is complex and comprises inherent contradictions in the processes of this kind of communities and surrounding realities. The communities seem to combine, in different ways, both the quest for traditional values and the efforts to create new ways of cope with the social challenges that motivate their existence. The proposed reflexive attitude brought during the interviews indicated the need for further investigation, specially about the anti-systemic self-perception into these groups, as well as what this might mean for these agents.

Keywords

Ecovillage; anti systemic; permaculture

Folha em branco

Índice

1	REVISÃO DA LITERATURA	3
1.1	<i>Comunidade e Sociedade</i>	3
1.1.1	Contemporaneidade – ou a pós-modernidade da comunidade	9
1.1.2	Intencionalidade nas fronteiras da comunidade	14
1.1.3	Comunitarismo enquanto movimento social.....	20
1.2	<i>Ecoaldeia & permacultura</i>	23
1.2.1	Permacultura	23
1.2.2	Ecoaldeia, ecovila, ecovillage	25
1.2.3	Sustentabilidade: valores e comportamento nas ecoaldeias	27
1.2.4	Conflitos, consenso e compartilhamento de recursos.....	28
1.2.5	Community building: assertividade, flexibilidade, variabilidade.....	29
1.2.6	Comunidades holísticas e utópicas?.....	31
1.2.7	GEN: uma rede de iniciativas	32
1.2.8	Transformar o mundo? Nicho de inovação de base	34
1.2.9	Movimento social.....	35
1.2.10	Uma síntese das dimensões sociais	38
2	METODOLOGIA & CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	42
2.1.1	A ideia que suporta a pesquisa	42
2.2	<i>Modelo analítico</i>	43
2.2.1	Modelo analítico, esquemático.....	46
2.3	<i>Método e Técnicas: considerações formais</i>	47
2.3.1	Realinhamento das ferramentas e técnicas	48
2.4	<i>Amostragem</i>	49
2.4.1	Tamanho: um fator de destaque relativo	50
2.5	<i>Entrevistas piloto</i>	51
2.6	<i>O conjunto de respondentes</i>	52
2.7	<i>O que não apareceu nas entrevistas</i>	54
3	ANÁLISES DAS RESPOSTAS	57
3.1	<i>A intencionalidade na transformação do mundo</i>	57
3.1.1	Abertura ao outro, a busca pelo novo.....	61
3.1.2	Fuga das condições da metrópole.....	68
3.1.3	... ou a busca pelo “aconchego”?.....	71
3.1.4	Integração holística ao todo	73
3.2	<i>Realidades da comunidade</i>	75
3.2.1	Vida na comunidade: coletivo ou privado?.....	76

3.2.2	Privacidade nas instalações coletivas.....	81
3.3	<i>Antissistema?</i>	83
4	CONCLUSÕES	91
5	BIBLIOGRAFIA	95
	APÊNDICE ÚNICO: GUIÃO PARA ENTREVISTA.....	I

Folha em branco

Introdução

Ele tem dois adversários; o primeiro o pressiona por trás desde a origem; o segundo impede seu caminho para a frente. Luta contra ambos. Na verdade, o primeiro o apoia na luta contra o segundo, porque quer compeli-lo adiante, assim como o segundo o apoia na luta contra o primeiro, uma vez que, afinal, o faz recuar.

Isso, porém, apenas em teoria, porque não são só dois os adversários: há ele também, e quem é que sabe de fato quais suas intenções?

Franz Kafka

Em um momento de acelerada degradação ambiental, redução da biodiversidade planetária, extinções de espécies em ritmo acelerando e as incertezas sociais decorrentes, alguns movimentos sugerem alternativas para convivência com orientação pacífica e busca de melhor ajuste social.

Ecoaldeias - e seu conceito complementar 'permacultura', são duas concepções em uso na sociedade contemporânea que alcançaram um patamar de relativa estruturação formal, e que, conceitualmente, contém promessas de contribuir com tecnologias sociais para o desenvolvimento, divulgação e disseminação de alguns desses caminhos alternativos.

Ecoaldeias são comunidades intencionais onde as pessoas declaram se dispor a uma vida mais simples, com menor consumo energético, redução na geração de lixo, resíduos e de outras formas de poluição, e ao mesmo tempo pela busca por relações sociais comprometidas com o bem-estar geral de todos: do indivíduo, do grupo imediato e de todo o planeta, desde o estilo de vida até as formas de deliberação e cuidados coletivos. Permacultura é um conjunto de conhecimentos e tecnologias que se propõem a criar condições objetivas para suportar a vida humana – e suas relações, de forma equilibrada e em busca da permanência, ou seja, sem colocar em risco o bem-estar presente e o das gerações futuras.

Este trabalho aprofunda o conhecimento atual sobre ecoaldeias, desde a conceituação e usos do termo comunidade, até as realidades observadas em algumas dessas comunidades, passando pelos valores e suas articulações observáveis no ambiente contemporâneo, o que se estende até uma rede global que se pretende disseminadora de valores e práticas para iniciativas dessa denominação.

Os problemas e dificuldades sociais das metrópoles contemporâneas se conjugam com as intenções dos indivíduos na busca por condições de vida que julgam mais apropriadas. Parte destes indivíduos mudam-se e se juntam para formar comunidades intencionais e ecoaldeias.

Como eixo principal da pesquisa, a visão entre valores tradicionais, como segurança e estabilidade é contrastada com a busca pela criação de novas possibilidades de organização, de novas formas de inserção social, de processos decisórios coletivos mais satisfatórios, etc.

Realizou-se entrevistas semi estruturadas com moradores de diferentes ecoaldeias situadas em território brasileiro, propondo-se questionamentos que possibilitassem uma atmosfera reflexiva a estes agentes, de forma que suas avaliações fossem apoiadas em suas próprias histórias de vida.

O estudo é apresentado em quatro partes: uma revisão conceitual que se deseja detalhada na explicitação de nuances relevantes: comunidade e o que se considera comum, valores ligados ao conceito comunidade, uma perspectiva dos movimentos sociais que se relacionam a estes, e sobre ecoaldeias. A seguir descrevemos a metodologia da investigação e o caminho que se fez durante o estudo. Na sequência descrevemos o estudo propriamente dito e suas descobertas. A seção final oferece nossas conclusões e sugestões para a realização de estudos adicionais nessa área, que mostrou oferecer importantes lacunas ainda a explorar.

1 Revisão da literatura

Iniciaremos revisando o conceito de *comunidade* dentro do campo da Sociologia. O propósito é permitir a instrumentalização para o uso geral dentro do escopo de nossa pesquisa. Queremos uma abordagem para utilização do termo da forma mais abrangente possível, porém sem perder a demarcação de foco conceitual e contextual.

Na revisão da literatura relacionada às comunidades intencionais, os termos ecoaldeias e permacultura se interconectam dentro desse contexto. Pretendemos nivelar a compreensão para o âmbito deste estudo, mantendo, contudo, a abrangência mencionada, especialmente para incluir a diversidade social que pode ser representada por estes conceitos naquelas comunidades.

Por fim, o que se produziu sobre ecoaldeias busca essencialmente alicerçar a parte prática da pesquisa, integrando e problematizando, dentro do possível, as conceituações anteriormente indicadas.

1.1 Comunidade e Sociedade

A relevância do conceito *comunidade* é inegável para a sociologia. No livro *Gemeinschaft und Gesellschaft* publicado originalmente em 1887, Ferdinand Tönnies explicita contrastes entre comunidade e sociedade, em uma discussão que segue em evidência até o presente (Cohen, 2001; Farfán, 1997; Mocellim, 2011; Simmel, 1973; Weber, 2010). É também inegável a existência de intensos processos e mudanças que tiveram seu desenrolar no período histórico desde aquela publicação. Estas mudanças na sociedade, por sua vez, impactaram profundamente tanto o conceito de comunidade, como as realidades da vida nas comunidades e nas metrópoles.

A obra de Tönnies, buscava uma “nova análise dos problemas fundamentais da vida social” (Tönnies, 2001, p. 3)¹, e descreve o contraste entre dois aspectos da vida social de seu tempo: a *comunidade*, enquanto um grupo social demarcado espacialmente, cujas relações sociais são essencialmente baseadas na tradição, onde o uso da razão tem a forma de *razão prática*, “senso comum em seu significado literal” (Tönnies, 2001, p. 20)¹, em contraste com a sociedade moderna presente nas cidades metropolitanas de seu tempo, cujas relações sociais seriam resultado do uso da razão deliberada e de permanentes cálculos particulares de ganhos e perdas, como se a vida fosse organizada para fazer parte da roda de negócios orientada para um final feliz (ibid.).

¹ Em tradução livre pelo autor

A comunidade (Gemeinschaft em Tönnies) alicerça-se na vida mais íntima dos laços de relação familiar e de parentesco (mãe e filho/filhos, irmãos/irmãs, primos, pais e filhos, etc.), por ele denominada “formas embrionárias” (Tönnies, 1973, p. 98), e que existindo “naturalmente”, mediadas pela língua, conduzem à compreensão e concórdia, moldando uma existência em “que a compreensão é a expressão mais simples da existência íntima e da verdade de toda *vida real, habitação e ação comuns*” (ibid. p.104), grifos meus.

Na metrópole (Gesellschaft / sociedade, em Tönnies) as relações sociais permanecem em estado de tensão, e os sujeitos, agora sem ligação mais íntima entre si, não darão nada a outros sujeitos senão por força de interesses próprios. *A menos que o bem comum seja construído por uma vontade imaginada pela ficção dos sujeitos na construção de um sujeito comum* (ibid. p.107), tradução e grifos meus.

Esta tipologia constitutiva se apoia no contraste dos arranjos sociais entre *natural* (“*living organism*”) versus *construído* (“*mechanical aggregate and artefact*”)² (Tönnies, 2001). A partir da obra de Tönnies, comunidade e sociedade irão formar um par de contraste que vai sendo posteriormente ampliado e alargado na qualidade de novos pares contrastantes, cujo conjunto nos oferece um mosaico dos valores subjacentes: forma de vida tradicional versus forma de vida moderna, ambiente predominantemente rural versus urbano, vida essencialmente juntas versus separadas, etc (Aldous et al., 1972; Cohen, 2001; Farfán, 1997; Mocellim, 2011; Simmel, 1973).

Oliveira (1988) resume:

Tönnies designa por comunidade uma forma especial de relações humanas cuja natureza se funda num conjunto de estados afetivos, hábitos e tradições, e que se contrapõe ao que ele chama de sociedade, que vem a ser uma forma de relações cuja natureza, ao contrário, se funda no interesse individual, racional de cada um. Enquanto a primeira teria prevalecido na idade média, a segunda prevalece na era moderna. (L. Oliveira, 1988, p. 106)

Se “era moderna” pode constituir-se um conceito em movimento, a definição de Oliveira cumpre o papel de evidenciar o contraste entre “estados afetivos, hábitos e tradições” e o “interesse individual, racional de cada um”. A racionalidade subjacente da metrópole, seu reflexo nas relações sociais e a impessoalidade daí decorrente (Durkheim, 1972; Farfán, 1997; Parsons, 1973; Simmel, 1973) acentua o contraste, e assim atua como um potente delimitador conceitual da comunidade inicialmente apresentada por Tönnies.

² "Community means genuine, enduring life together, whereas Society is a transient and superficial thing. Thus Gemeinschaft must be understood as a living organism in its own right, while Gesellschaft is a mechanical aggregate and artefact." (Tönnies, 2001, p. 65)

Durkheim (1972, orig. 1889), em resenha crítica ao texto de Tönnies, comenta a evolução dos arranjos sociais conforme apresentada por Tönnies. Para Durkheim ambos os arranjos (comunidade e sociedade) são “duas espécies do mesmo gênero [...], não há diferença em suas naturezas básicas” (Durkheim, 1972, p. 1198)

Para Durkheim, a partir da divisão do trabalho social e de sua explicação do fenômeno, a moderna ordenação social tem função para além dos resultados econômicos, gerando solidariedade social, que pode ser traduzida em termos de *um código moral que rege a vida em grupo* (Mocellim, 2011, p. 113), grifo meu. Mocellim segue:

É importante para a investigação das formas de solidariedade a ideia de consciência coletiva. Trata-se de um conceito fundamental, de um fenômeno que constitui a base de toda e qualquer vida comunitária e mesmo de qualquer existência social que permaneça ao longo dos tempos. A consciência coletiva atua não só como uma norma, mas também como todo um imaginário que orienta a vida social. (Mocellim, 2011, p. 114)

É interessante ressaltar que enquanto Durkheim introduz seu conceito de anomia (referindo os riscos de dissociação, falta de integração social e da fragilidade das normas que regulamentam adequadamente as ações, “e parece relacionada à crise dos valores tradicionais e à incapacidade de integração social no mundo moderno” (Mocellim, 2011, p. 116)), traz também o conceito de consciência coletiva, como o “imaginário que orienta a vida social”. A consciência coletiva em Durkheim, com sua qualidade de imaginário, se soma aos atributos de moralidade que dão suporte ao grupo social, ao qual daremos algum destaque a seguir.

O movimento populacional da comunidade para a metrópole, que tem como corolário a especialização profissional decorrente da moderna divisão do trabalho, e o conseqüente crescimento expressivo da população urbana traz impactos relevantes (Cohen, 2001; Simmel, 1973, 2006; Tönnies, 2001; Wirth, 1967): acarreta uma ‘despersonalização’ nas relações sociais e aprofunda a desconexão entre os sujeitos, que se relacionam paulatinamente com um maior número de pessoas em seu cotidiano, porém com relações superficiais (Simmel, 1973; Wirth, 1967), especialmente em comparação e contraste com as relações mais próximas e íntimas na comunidade.

Weber segue esta tipologia básica, onde comunidade “pode assentar em toda a espécie de fundamentos afetivos, emocionais ou tradicionais”, enquanto na sociedade “a atitude na acção social se baseia no ajustamento de interesses por motivos racionais (de carácter axiológico ou teleológico), ou também numa união de interesses por motivos idênticos” (Weber, 2010, p. 77).

Para efeito de comunidade, em Weber, as relações sociais prevalentes se apoiam na “co-pertença sentida” (idem, p.81), pela vivência de situações comuns e suas consequências, onde os sujeitos orientam seus comportamentos uns pelos outros.

Weber exclui do conceito de comunidade a mera “mutualidade de qualidades”. Porém se apoia em condições onde estas mutualidades pré-existem (em exemplos dele: judeus, ou comunidade linguística), e propõem uma condição de homogeneidade geradora de comunidade, mesmo naqueles grupos, por exemplo, na “emergência de oposições conscientes face a terceiros” (ibid. p.82). Esta visão alinha-se com descobertas de estudo que não poderia deixar de ser mencionado aqui (Skinner citado por Sanguinetti, 2012), porém não serão aprofundados nessa revisão³.

Em Weber, a “co-pertença sentida” de certa forma suporta a construção social do *bem comum*, tendo a força de estabelecer conexões para além do interesse mais imediato, do valor representado pelo dinheiro - ou ainda movida simplesmente por interesses de reciprocidade. Ao manter a distinção dos interesses racionais para a constituição de sociedade em contraste com comunidade, e incluir o mecanismo de co-pertença na significação desta, vemos o conceito de comunidade se alargar para além daquela qualificação inicial de Tönnies e seus agregados mecânicos.

Simmel (1973), seguindo o contraste entre comunidade e metrópole, refere-se à comunidade como o local de menor quantidade de estímulos nervosos, com um ritmo de vida menos intenso e mais ligada ao coração (sentimentos e sensações), sendo a metrópole mais conectada à cabeça (portanto ao pensamento e elaboração cognitiva). Simmel aponta uma relação causal inserida no processo de individualização, e sua importância para a manutenção das subjetividades como reação à grande quantidade de estímulos característica da metrópole: “A intelectualidade, assim, se destina a preservar a vida subjetiva contra o poder avassalador da vida metropolitana.” (Simmel, 1973, p. 13).

A comunidade representa uma forma de esteio moral ou ético, que coloca em confronto os interesses de grupo de forma mais direta do que na metrópole, onde as características individualistas mais pronunciadas o reordenam. A sociabilidade, em Simmel, “é também a forma lúdica das *forças éticas da sociedade concreta*” (Simmel, 2006, p. 77 grifo meu). As demandas de adequação ao grupo produzem influência de forma diversa na comunidade e na

³ As contribuições de Skinner a partir da publicação de Walden Two em 1948 nos parecem seminais para aprofundamento de estudos sobre comunidades intencionais. Entretanto sua abrangência histórica não coincide com nosso recorte e seu legado de “behaviorismo radical” (Sanguinetti, 2012, p. 22) demandaria extensa revisão, além de abordagem especialmente cautelosa, não cabendo no escopo desta dissertação.

metrópole. Será importante também explorar o contraste que essas demandas de adequação ao grupo têm para com as necessidades individuais, contextualizadas a partir do arranjo social.

Esta tensão é explorada por Simmel (2006), ainda se referindo às forças éticas da sociedade concreta:

Os grandes problemas que se colocam para essas forças são: o fato de que o indivíduo tenha de se adequar a um contexto comum e viver para ele; mas também que os valores e aspectos relevantes devem refluir para o indivíduo justamente a partir desse contexto; o fato de que a vida do indivíduo seja um desvio com relação aos fins do conjunto; mas que a vida do conjunto, por sua vez, também seja um desvio para os fins do indivíduo.” (Simmel, 2006, pp. 77–78)

O comportamento metropolitano conseqüentemente aglomera uma forma de “reserva” nas relações sociais, levando ao distanciamento humano, e que “aos olhos da gente da cidade pequena, nos faz parecer frios e desalmados, [...] o aspecto interior dessa reserva exterior é não apenas a indiferença, mas mais frequentemente do que nos damos conta, é uma leve aversão, uma estranheza e repulsão mútuas” (ibid. p.17). A clareza atribuída ao contraste entre *atração* e *repulsão* é marcante, sob a ótica do desafio de construir comunidades saudáveis.

Criticando a financeirização da metrópole (tudo se compra, tudo se embota pela mesmice – de certa forma mais tarde presente na *mesmidade*, de Baumann, e na “*sameness*” resgatado por Christakis), Simmel chega a atitude *blasé* e em sua análise da situação individual na metrópole: “Nesse fenômeno, os nervos encontram na recusa a reagir a seus estímulos a última possibilidade de acomodar-se ao conteúdo e à forma da vida metropolitana. A autopreservação de certas personalidades é comprada ao preço da desvalorização de todo mundo objetivo, uma desvalorização que, no final, arrasta inevitavelmente a personalidade da própria pessoa para uma sensação de igual inutilidade.” (Simmel, 1973, p. 17). Ainda que o descritivo analítico apresentado por Simmel esteja ao nível do indivíduo, e talvez até como consequência disto, a generalização da presença destas qualidades na metrópole coloca um referencial social e histórico desta percepção para a nossa construção conceitual.

Assim a metrópole é o local de rutura dos laços e da ordem pré existentes (Farfán, 1997). A comunidade, por outro lado, “é uma fusão de sentimentos e pensamentos, de tradição e compromisso, de adesão e volição.” (Nisbet, 1967 apud Mocellim, 2011). Adesão e volição se complementam em cenários distintos, porém estão presentes em proporções variadas, e representam facetas pouco exploradas da deliberação consciente. Experiências de comunidades

que se apoiam em deliberações desta natureza estão documentadas, por exemplo em Christakis (2019), e serão exploradas na próxima seção.

A comunidade até aqui está apresentada como o lugar de origem e dos laços familiares históricos, ponto de convergência de valores e visões de mundo compartilhados, com profundo enraizamento afetivo e histórico. Como consequência, a comunidade contém intimidade, comprometimento moral de longo prazo, vínculos intensos e profundos que por sua vez se refletem numa coesão social peculiar.

Durkheim acrescenta uma referência relevante ao trabalho de Tönnies no que se refere à característica comunitária: a terra sendo a forma essencial de propriedade na comunidade, permanece “incorporado ao grupo” (Durkheim, 1972, p. 1195)⁴, tradução minha. A mudança nos regimes de propriedade e do que é comum na realidade da comunidade para o mundo da metrópole com seus cálculos de perdas e ganhos é por demais extenso para nosso espaço. Mas cabe ressaltar que Dardot e Laval (2017) produzem esta análise e, negando-se a excluir o social e o econômico da “instituição do comum”, reconstroem o processo onde o que era comum foi desassociado (nesse caso a terra, no presente momento de nossa análise), a partir dos “cercamentos” dos recursos comuns compartilhados pela comunidade.

O valor da “comunidade” como uma das aceções primevas do comum tem seu resgate ainda por Dardot e Laval (2017): “a comunidade dos bens não está inscrita numa tipologia comparativa das diferentes formas de propriedade, não vale como “propriedade comum”, em oposição à “propriedade privada”, mas é estabelecida de imediato como condição de uma *comunidade de vida que é, acima de tudo, uma comunidade moral.*” (Dardot & Laval, 2017, p. 12.11 epub), grifo meu. Aqui vamos promover uma conexão com outros valores imateriais (ou, em outra formulação já buscando a linguagem da GEN Global Ecovillage Network, a rede global de ecoaldeias: a *dimensão espiritual* que ainda neste estudo irá reaparecer como um dos pilares de comunidades intencionais referenciado pela GEN).

Ainda na perspectiva referenciada aos autores clássicos, Svartman e Bueno (2016) produzem uma leitura abrangente da obra de Simmel que, através da centralidade de valores relacionados à economia e ao dinheiro, coloca os excessos de individualidade da metrópole como fatores ligados ao “intelectualismo e na objetividade das relações na cidade grande (Svartman & Bueno, 2016, p. 14), e que “encontrariam sua expressão mais patente em fenômenos patológicos típicos

⁴ “attached to the group”

da época moderna, cuja compreensão demandaria a articulação entre experiências individuais e formas de organização social” (ibid. p. 1).

O que Svartman e Bueno evidenciam são as questões económicas como centrais nas análises e conclusões de Simmel, e o potencial das impessoalidades que a realidade do dinheiro na modernidade induz na organização social da metrópole: “Na ordem social moderna, paralelamente à dissolução de certos laços sociais, em especial os de dependência pessoal, há uma contínua criação de vínculos de tipo impessoal, crescentemente intrincados e interdependentes.” (ibid. p. 5). A isto estão relacionados os tipos e quantidade de vínculos sociais na metrópole, e suas qualificações de “dependência”, e que, portanto, teriam impacto direto na liberdade e em sua percepção pelos agentes.

Comunidade, nessa ótica, é o lugar simbólico desta relação de segurança e pertencimento, sem deixar de o ser lastro e referência espacial e geográfica para as situações sociais vivenciadas (Cohen, 2001). A comunidade assim destacada pelos seus atributos de ‘coisa boa’, uma qualidade que todos nós sentimos (e necessitamos) como o compartilhamento do bem-estar, da sensação de segurança, acolhimento, que Oliveira (1988) chama de “estados afetivos”: o valor de pertencimento e cuidado, sem medos dos pares da comunidade.

1.1.1 Contemporaneidade – ou a pós-modernidade da comunidade

O crescimento populacional exponencial nas metrópoles contemporâneas acrescenta nova camada de complexidades, como por exemplo os processos decisórios e articulação de interesses entre indivíduos que não se conhecem intimamente na metrópole (Wirth, 1967, p. 101). Estes processos de delegação de poder não serão tratados imediatamente neste estudo, mas estão refletidos inequivocamente na formulação dos processos decisórios de comunidades contemporâneas, em especial nas comunidades intencionais.

O aprofundamento do contraste entre a comunidade e a metrópole, resultado de transformações sociais incessantes, segue impactando e enfraquecendo os laços comunitários tradicionais e das redes de interação (Bauman, 2003; Schmidt, 2011; Wirth, 1967), e condiciona aspetos fracionários das relações, onde os contatos pessoais se atomizam e se tornam “impessoais, superficiais, transitórios e segmentários” (Wirth, 1967, p. 99). De certa forma explica uma sofisticação geralmente atribuída ao habitante da metrópole, mas por outro lado leva à perda da espontaneidade da expressão, da moral e do senso de participação, e isso constitui um lado fundamental do estado de anomia a que se refere Durkheim (ibid.)

A metrópole, com tudo que está contido material e simbolicamente na forma de desenvolvimento, apresenta, em contraste com a vida rural: “instalações e atividades industriais e comerciais, financeiras e administrativas, de linhas de transporte e comunicação e de equipamento cultural e recreativo como a imprensa, estações de rádio, teatros, bibliotecas, museus, salas de concerto, óperas, hospitais, instituições educacionais superiores, centros de pesquisa e publicação, organizações profissionais e instituições religiosas e beneficentes” (Wirth, 1967, p. 92). A metrópole, assim, sintetiza ao mesmo tempo tudo o que há de bom mas também todo o mau no agrupamento humano (Farfán, 1997). Esta simplificação apresentada por Farfán intensifica o contraste que costura nosso pensamento, mas parece deixar de fora crítica importante sobre a vida na comunidade. Porém seu uso fica claro: A “demanda [contemporânea] por comunidade” (Farfán, 1997 p.119) unifica diversos reclamos sociais surgidos a partir da fragmentação de identidades e desintegração dos grupos e coletivos humanos provocado pelo processo chamado globalização.

Algumas correntes que se contrapõem a este fenómeno e enriquecem o debate relativo à necessidade de pertencimento são analisadas por Maffesoli (1998), que os reúne no conceito tribos / tribalismo. As considerações de Maffesoli são primariamente orientadas para o comportamento urbano, e o constructo “neotribalismo” vai caracterizando-se por elementos culturais: “Circulação da palavra, circulação dos bens, circulação do sexo, aí temos três eixos antropológicos em torno dos quais se articula, geralmente, a vida social” (Maffesoli, 1998, p. 29). Ou sobre os tipos míticos como resgate de sua função de agregação, os laços sociais não mais necessariamente construídos pela história de cada um, “mas sobre o mito do qual participo” (ibid. p15).

Aqui o uso do vocábulo comunidade já está indistinto enquanto agrupamento urbano ou rural, o que requer certos cuidados. Recordando que nosso objeto de estudo são ecoaldeias, registamos que a literatura contém descrições e análises de algumas comunidades tipo ecoaldeia em ambiente urbano/metropolitano. Porém é inegável a maior proporção das iniciativas desta tipologia em ambiente rural⁵.

Em “Comunidade: a busca por segurança no mundo atual”⁶ Zygmunt Bauman (2003) examina *comunidade*, numa perspectiva contemporânea, mais de um século após *Gemeinschaft und Gesellschaft*. Explicitamente refere Tönnies para definir sua construção analítica de

⁵ Reconhecemos a importância de estudos dirigidos sobre ecoaldeias em ambiente urbano, porém neste estudo estaremos focando somente as comunidades em ambiente rural. Desta forma, doravante ao nos referirmos às ecoaldeias, a menos que explicitado, será sempre relativo às comunidades em meio rural.

⁶ 2001: Community. Seeking Safety in an Insecure World. Cambridge: Polity. ISBN 0-7456-2634-3

Gemeinschaft (cf. p.15) como sua comunidade referenciada, seja como comunidade imaginada, perdida ou buscada. Bauman não se preocupa com a diferenciação entre comunidade urbana e rural, e centra sua análise na condição simbólica da comunidade.

No cenário de excesso de estímulos e de riscos crescentes (de exclusão social, da integridade pessoal, da difícil construção das subjetividades), comunidade segue sendo percebido como um símbolo de local seguro e de referência como “um lugar aconchegante”: “‘Comunidade’ produz uma sensação boa por causa dos significados que a palavra “comunidade” carrega — todos eles prometendo prazeres e, no mais das vezes, as espécies de prazer que gostaríamos de experimentar mas que não alcança mais.” (Bauman, 2003, p. 7). A proximidade física e excesso de estímulos na metrópole, “aliado a grande distância social, acentua a reserva de indivíduos não-ligados entre si e, a não ser que seja compensada por outras oportunidades de reação, dá origem à solidão.” (Wirth, 1967, p. 103).

Na comunidade simbólica tratada idealmente por Bauman, o cenário inclui: boa vontade, gentileza, presteza em ajudar, parcimônia e compaixão, alteridade (abertura para escutar o outro), comportamento consequente, humildade, simpatia, capacidade de perdão, e uma espécie de enlevo cujo ressentimento tenha sempre data de validade curta:

E ainda: numa comunidade podemos contar com a boa vontade dos outros. Se tropeçarmos e cairmos, os outros nos ajudarão a ficar de pé outra vez. Ninguém vai rir de nós, nem ridicularizar nossa falta de jeito e alegrar-se com nossa desgraça. Se dermos um mau passo, ainda podemos nos confessar, dar explicações e pedir desculpas, arrepender-nos se necessário; as pessoas ouvirão com simpatia e nos perdoarão, de modo que ninguém fique ressentido para sempre (Bauman, 2003, p. 8)

Satie (2009) analisando concepções de Kant sobre ética e estética, aponta uma referência à manifesta “esperança de que a comunidade seja capaz de autorregular-se, a ponto de converter as virtualidades negativas do indivíduo em benesses coletivas, prescindindo do recurso hobbesiano de recorrer ao Estado a fim de impor um termo à guerra do todos contra todos: “*Liberdade e civilidade reforçam-se mutuamente*, pois a ordem pública pressupõe o polimento das inclinações que movem os agentes. O sentimento, aí, é a faculdade pela qual os valores se estabilizam e se tornam compartilháveis.” (Kant, apud Satie, 2009, p. 31) grifo meu. Este trecho contém aspetos que integram e resgatam uma linha histórica de pensamento que estamos buscando construir. Nele Kant relativiza o estado em favor de uma construção comunitária que prescindiria do Leviatã hobbesiano, pelas práticas e pela capacidade de autorregular-se da própria comunidade. Ao articular a liberdade com a civilidade que se reforçariam mutuamente,

ampara a visão de que o conjunto dos comportamentos comunitários se apoia nos valores compartilhados, que ao se estabilizarem produziriam aquele efeito de converter as virtualidades negativas do indivíduo em benesses coletivas.

Bauman, também mencionando a obra de Kant, conceitualiza e critica um tipo de “comunidade estética”, onde a procura de relações mais afeitas a um manto diáfano do que a uma jaula de ferro, se apoia em um tipo de comportamento onde “o vínculo constituído pelas escolhas jamais deve prejudicar, e muito menos impedir, escolhas adicionais e diferentes”. Por um lado a descrição de Bauman para as comunidades estéticas aproxima possíveis critérios de escolha em nosso estudo: a construção de identidade e pertencimentos, aproximação por valores comuns. E destaca o tipo de escolha proveniente de paixões nos processos de inserção destas comunidades:

As paixões são, afinal, notórias por sua volatilidade incurável e pelo modo como mudam. A necessidade da comunidade estética, notadamente do tipo de comunidade estética que serve à construção/destruição da identidade, tende por isso tanto à autopropetuação quanto à autodestruição. Essa necessidade nunca será satisfeita, nem deixará de estimular a busca de sua satisfação. (Bauman, 2003, p. 63)

A comunidade estética assenta um conflito conceitual a partir da arte e da experiência heterogênea de sua fruição, em contraste com o dissenso da prática política cotidiana. Rancière nos apoia na tentativa de resumir: “O processo de instauração de uma comunidade livre se une a um processo de submissão de toda a materialidade sensível à autonomia do espírito.” (Rancière, 2011, p. 176). O contraste que deriva entre a liberdade das escolhas individuais (p.ex. a livre escolha das aparências) e o dissenso inescapável da vida política cotidiana retorna na crítica em Bauman, para quem a comunidade estética contemporânea é “atravessada por um paradoxo”: trairia a liberdade de seus membros se exigisse credenciais não negociáveis enquanto precisa “manter as entradas e saídas escancaradas.” (Bauman, 2003, p. 62):

Uma coisa que a comunidade estética definitivamente não faz é tecer entre seus membros uma rede de responsabilidades éticas e, portanto, de compromissos a longo prazo. Quaisquer que sejam os laços estabelecidos na explosiva e breve vida da comunidade estética, eles não vinculam verdadeiramente: eles são literalmente “vínculos sem conseqüências”. (ibid. p.67)

O aprofundamento que Bauman propõe ao conceito da comunidade estética nos afasta de nosso objeto, até pelas qualificações da vinculação e a construção de relações cujos compromissos não sejam duradouros. Ao nosso estudo importa, dentro dos processos que levam aos conhecimentos

das comunidades intencionais, tanto pelos apelos de construção identitária como pelos aspectos de paixão a que ele se refere.

Na vida contemporânea - na interação social cotidiana da metrópole - a construção identitária do indivíduo (ser singular e simultaneamente alcançar seu pertencimento grupal), revela-se condição frágil e vulnerável, demandando permanente esforço de vigilância, reforço e defesa. E por causar medos, incertezas e premonições, divide e separa ainda mais as pessoas. Assim coloca em questão tanto a segurança quanto o pertencimento. Conseqüentemente ameaça e contamina a sensação de aconchego buscada, lançando novas ambiguidades para os indivíduos na comunidade efetivamente encontrada no mundo real.

As comunidades por sua vez, sejam rurais ou urbanas (para estas últimas usarei doravante a denominação emprestada de Maffesoli: *tribos*), tem seus limites simbólicos pelo que é carregado por seus membros. Por isso mesmo apresentam variações próprias de maior ou menor monta. Face à variabilidade dos sentidos simbólicos, suas significações individuais e a relativa dispersão de seus membros, a manipulação destes símbolos é fundamental para manter a coerência do grupo (Cohen, 2001, p. 15). “A comunidade, portanto, é onde as pessoas aprendem e seguem praticando como ‘ser social’” (ibid. p15, tradução minha).

A apropriação simbólica e a coerência de qualquer grupo social estão bem conectadas aqui, o que deixa entrever uma dificuldade de definição de fronteiras que se abrigam abaixo do termo comunidade. E esse abrigo varia muito a depender da cultura onde está inserido. E se entrarmos pelo lado do aprendizado do ‘ser social’, daí as fronteiras se tornam talvez até inúteis ou contraproducentes, posto que, sejam simbólicas, materiais, ou sociais, participam da mesma forma e realimentam permanentemente esta definição.

Na visão de Bauman o dilema fundamental se apresenta na busca concomitante dos indivíduos por segurança e por liberdade (Bauman, 2003, p. 11). Este dilema já estava delineado em Weber, quando contrapõe a liberdade à “amplitude das medidas [de regulamentação] adotadas” nas metrópoles (Weber, 1967). Seguindo o pensamento de Bauman, liberdade e segurança são demandas fundamentais dos seres humanos e que se produzem exatamente nas interações sociais, dentro dos seus arranjos, e que nunca podem ser inteira e permanentemente equacionadas. Além disso esta busca envolve preços a pagar: abrir mão, ainda que parcialmente, de valores como autonomia, direito à autoafirmação e identidade. Representa, numa perspectiva mais ampla, a tensão entre comunidade e individualidade.

1.1.2 Intencionalidade nas fronteiras da comunidade

“‘Motivo’ quer dizer uma conexão de sentido que surge ao próprio agente ou ao observador como ‘fundamento’ significativo de um comportamento” (Weber, 2010, p. 20)

A decisão deliberada e consciente dos agentes (indivíduos) da metrópole para se inserir em comunidade, a partir de suas percepções, histórias de vida, vivências, expectativas, frustrações, etc, aqui será chamada de intencionalidade. Os fatores motivadores, referidos historicamente em Tönnies como ‘vontade’, tratam de aspetos genéricos, e são usados como comparação entre a forma de vida na comunidade e na metrópole, mas não sobre a deliberação acima referida. Não iremos aprofundar nos processos psicossociais de deliberação desse tipo, mas a condição de deliberação consciente, que nomeamos como intencionalidade, posteriormente será oferecida como fator de reflexão aos agentes em nosso estudo.

A comunidade em Tönnies se baseava nos laços sociais progressos, originários de laços de parentesco, proximidade espacial “e finalmente [...] pela proximidade mental e espiritual” (Tönnies, 2001, p. 80 tradução minha). A dimensão espiritual, andando *pari passu* com a posse de bens e terras (e todo o lastro simbólico social), indica o profundo compartilhar tanto objetivo como subjetivo, que inclui uma dimensão da motivação (o desejo coletivo representado):

"A vida em comunidade significa posse e gozo mútuo, e *posse e gozo de bens em comum*. A força motivadora por trás da posse e do gozo é o desejo de possuir e manter. Bens comuns - males comuns; amigos comuns - inimigos comuns. Males e inimigos não são em si objetos de posse e prazer, eles vêm de motivação negativa, não positiva, de animosidade e ódio, um desejo comum de destruir." (Tönnies, 2001, p. 82)⁷, tradução e grifos meus

Nossa percepção fundamenta considerações posteriores de intencionalidade, pois quaisquer que possam ter sido as justificativas das opções individuais pela então emergente *Gesellschaft* sobre a originária *Gemeinschaft*, algum componente de intencionalidade precisou ser colocado em movimento. Brancaleone, (2008) corrobora este entendimento, como sendo as inclinações que os sujeitos teriam na configuração das relações sociais. (Brancaleone, 2008, p. 99).

⁷ “Community life means mutual possession and enjoyment, and possession and enjoyment of goods held in common. The motivating force behind possession and enjoyment is the desire to have and to hold. Common goods - common evils; common friends - common enemies. Evils and enemies are not themselves objects of possession and enjoyment, they come from negative, not positive motivation, from animosity and hatred, a common desire to destroy”

A intencionalidade em Tönnies é delimitada, dentro de seu contexto analítico, pelo que chama de “convenção ou pacto”, enquanto “visão e aceitação recíprocas de ações futuras propostas, as quais devem ser expressas em conceitos claros” (Tönnies, 1973, p. 105). A consequência direta deste contraste aparece nos interesses dos sujeitos individuais e na formalidade dos pactos. Entretanto o afrouxamento dos laços sociais na metrópole também se faz representar por uma “atomização e individualização radicalizada e, assim, não pode representar uma forma de reconstrução da vida comunitária e de seu *aspecto afetivo, pessoal e agregador.*” (Mocellim, 2011, p. 112 grifo meu).

Já os movimentos e constituintes apontados por Maffesoli contém os imaginários de pertencimento e de elaboração dos laços sociais, essencialmente originados na metrópole. Considerando a contemporaneidade desta análise, os fatores motivadores (pertencimento, reorganização grupal), bem como as realidades culturais atreladas (p.ex. discursos ecológicos e de sustentabilidade⁸ ambiental) são fatores que colaboram na busca por alternativas relacionais (as *neotribos*), e que podem se estender para alternativas que as extravasam. O fator que destacamos para este ‘extravasamento do neotribalismo’ pode ser notado na recente migração reversa da metrópole para áreas rurais e/ou na busca por reorganizações relacionais que possam satisfazer àquela busca, quer se encaixem no critério neotribalismo ou não. Dentro de nosso objeto de estudo, em Maffesoli a comunidade – e a vida que ali se leva - encontra materialização em suas próprias palavras:

Naturalmente, devemos estar atentos ao componente relacional da vida social. O homem em relação. Não apenas a relação interindividual, mas também a que me liga a um território, a uma cidade, a um meio ambiente natural que partilho com outros. Estas são as pequenas histórias do dia-a-dia: tempo que se cristaliza em espaço. A partir daí, a história de um lugar se torna história pessoal. Por sedimentação, tudo o que é insignificante — rituais, odores, ruídos, imagens, construções arquitetônicas — se transforma no que Nietzsche chamou de “diário figurativo”. Diário que nos ensina o que é preciso dizer, fazer, pensar, amar. Diário que nos ensina “que podemos viver aqui, já que vivemos aqui”. Dessa maneira se forma um “nós” que permite a cada um, olhar para “além da efêmera e extravagante vida individual”, sentir-se “como o espírito da casa, da linhagem, da cidade”. (Maffesoli, 1998, p. 169s)

O neotribalismo, caracterizado pela fluidez, pelos ajuntamentos pontuais e pela dispersão, se insere na construção dos movimentos urbanos e das comunidades de destino⁹. Estes elementos

⁸ trataremos do conceito à frente

⁹ Comunidades de destino: “Como já disse antes, existe um laço estreito entre o espaço e o cotidiano. E o espaço é, certamente, o repositório de uma socialidade que não se pode mais negligenciar. Isto é ressaltado em inúmeras pesquisas sobre a cidade. E é o que traduz a interrogação, ainda bem prudente, de H. Raymond no prefácio ao livro

parecem também estar presentes em outros movimentos, de forma similar ou transversal, e se manifestam em outras modalidades de relações sociais, menos fluidas ou pontuais. A vivência tribal, ao permitir o reconhecimento da individualidade, pode contrapor o atomismo e promover reconexões identitárias menos individualistas (Mocellim, 2011, p. 124).

Em Tönnies os “padrões de relações comunitárias se realizariam territorialmente através de três núcleos espaciais: a casa, a aldeia/vila e a cidade” (Brancaleone, 2008, p. 100), e em sua comunidade “as relações comunitárias prescindiriam, pelo menos a priori, da necessidade de igualdade e liberdade das vontades” (ibid. p. 99). Este trecho demarca valores que Tönnies atribui à sua comunidade¹⁰, e conseqüentemente pode-se inferir esta necessidade de “igualdade e liberdade das vontades” como atributo esperado na cidade. Bauman (2003) coloca estas necessidades (igualdade, liberdade) no centro do debate, onde irão articular-se com a problematização relacionada às intencionalidades.

À guisa de resumo: o conceito *comunidade* aqui tratado inclui importantes aspectos relacionados ao pertencimento social: sensação de acolhimento e segurança, criação de laços sociais íntimos relacionados às relações “primevas” (as “formas embrionárias” de Tönnies), incluindo as relações familiares e de grupos cuja consistência afetiva se estabelecem pelas relações de proximidade histórica. Outros aspectos relevantes relacionados com este conceito de comunidade são, em contraste com a metrópole, uma muito menor privacidade, menor diversidade de ofertas de ocupações laborais, entretenimento e possibilidades de desenvolvimento pessoal e de variabilidade dos contatos sociais. Em síntese: valores materiais e morais que se refletem nas relações sociais subjacentes.

Outras questões relevantes, como por exemplo aquelas ligadas ao acesso à moradia, podem representar importantes aspectos inter-relacionados aos discutidos até aqui, e impactar de formas variadas os laços sociais, com reflexos na comunidade e na metrópole. Aspectos econômico-financeiros e tipos de organização de moradias, distância ao local de trabalho e infraestrutura de

de Young e Willmott: “é preciso pensar que, em certos casos, morfologia urbana e modo de vida operário, chegam a formar um todo harmonioso?”. Certamente existe esta harmonia. Ela é o resultado do que propus chamar de “comunidade de destino”. [...]. Naturalmente, e nunca insistiremos o suficiente sobre este ponto, que toda harmonia contém uma dose de conflito. A comunidade de destino é uma acomodação ao meio ambiente natural e social e, assim sendo, deve confrontar-se com a heterogeneidade sob suas diversas formas.” (Maffesoli, 1998, p. 174)

¹⁰ Este trecho marca ainda nossa delimitação conceitual de comunidade a ser respeitada doravante. A despeito de todo o amplo uso contemporâneo do termo, a comunidade referida aqui será o espaço “aldeia/vila” que suporta a materialização dos padrões das relações comunitárias dentro desse recorte circunscricional, nos mais variados âmbitos: simbólico, geográfico, urbanístico. Aliás, neste estudo, como já afirmado, as comunidades a ser abordadas serão todas de localização e tipificação rural.

transporte e mobilidade, processos de gentrificação de bairros e outros processos correlatos impactam mais as regiões densamente habitadas (metrópoles). Questões fundiárias, formas históricas de acesso à terra, sistemas de apoio e incentivo à produção rural, oferta e disponibilidade de água, energia e infraestrutura específica são mais relacionados a áreas menos densamente povoadas, portanto às *comunidades* como aqui definidas. Estes fatores, ainda que incidentais e presentes em alguns dos autores nos quais este estudo se apoiou, não serão aprofundados nesta revisão.

E numa revisita ao conceito de coesão, Bauman refere a um “sentimento recíproco e vinculante” (Bauman, 2003, p. 15), em que as pessoas “permanecem essencialmente unidas a despeito de todos os fatores que as separam” (ibid. p. 16). Estas sentenças são excertos do primeiro capítulo, cujo intuito é a montagem do seu quadro referencial para a análise da situação contemporânea exatamente na ausência daqueles valores. E por contraste, o processo de erosão desses valores está expresso claramente em “homens e mulheres podem achar que a vida vivida sem comunidade é precária, amiúde insatisfatória e algumas vezes assustadora.” (Bauman, 2003, p. 57).

Percebemos que os motivadores das intencionalidades, por exemplo nos processos “neotribalistas” descritos por Maffesoli, podem ter outras direções, germinando “tribos” que se consolidem em movimentos distintos, cuja participação seja menos fluida e pontual, incluindo ou não os elementos holísticos, ritualísticos, do compartilhamento mítico, etc. Daí, se calhar, dentre muitos outros, possam surgir agrupamentos que se irão caracterizar como comunidades intencionais.

Nosso olhar sobre a intencionalidade contemporânea (em oposição às descrições de vontade em Tönnies) reaparece, agora, contendo elementos de retorno à valores tradicionais que contribuiriam com a busca intencional de uma forma de coesão¹¹ social baseada em deliberação e identidade.

As energias volitivas identificadas por Tönnies já estavam assinaladas na construção e configuração das relações sociais:

Para Tönnies, portanto, é fundamental, antes de se estabelecer uma descrição hipotética dos padrões de sociabilidade, desvelar a que tipo de inclinações os agentes estariam sujeitos. Em seu modelo explicativo, o tipo de vontade

¹¹ Aqui usamos *coesão* no sentido do Dicionário de Sociologia de Johnson: “Coesão é o grau em que indivíduos que participam de um sistema social se identificam com ele e se sentem obrigados a apoiá-lo, especialmente no que diz respeito a normas, valores, crenças e estrutura” (Johnson, 1997)

dominante seria um dos elementos mais importantes na determinação da configuração das relações sociais, apontando as tendências de organização institucional, moral e morfológica dos agregados humanos. (Brancaleone, 2008, p. 99)

“O tipo de vontade predominante tem, por sua vez, um papel simbólico e imaginário precioso na construção das representações coletivas do grupo” (Brancaleone, 2008, p. 99). Oliveira (1988) corrobora esta visão, e nos confronta com uma indicação mais explícita sobre a intencionalidade:

Ora, o ponto de partida de Tönnies é o de que toda manifestação da realidade social representa uma vontade, a qual para ele pode ser compreendida em dois sentidos: "eu distingo a vontade na medida em que ela contém o pensamento, e o pensamento na medida em que ele contém a vontade. Cada uma apresenta um todo coerente onde os sentimentos, as tendências e os desejos, por diversos que sejam, possuem uma unidade. (L. Oliveira, 1988, p. 107)

O aspeto relevante da vontade assinalada em Tönnies irá sofrer uma volta completa, quando a busca pelos mesmos valores dos “estados afetivos, hábitos e tradições” se tornar atrativa aos atores sociais da metrópole no final do século XX. Este giro fica explicitado na definição de ecoaldeia de Christian: “*Uma comunidade intencional de residência é um grupo de pessoas que escolheram viver com ou perto o suficiente umas das outras para realizar seu estilo de vida compartilhado ou propósito comum juntos*” (Christian, 2003, p. xvi)¹², itálico original do autor, grifo sublinhado meu. Estes aspetos da intencionalidade serão tratados oportunamente.

Movimentos sociais contemporâneos em muitos lugares do mundo procuram redesenhar sua atuação e ação social e política, na busca da gestão coletiva de recursos e outras formas de relação que não se ajustam às regulações e à lógica de mercado (Dardot & Laval, 2017, p. 13.11 epub). A tutela do Estado sobre estas questões, bem como descontentamento e preocupação com a situação ambiental, a geração de resíduos da sociedade contemporânea, unificadas sob a emblema de “sustentabilidade” se integram e ampliam os valores a ele referidos em muitos destes movimentos (Dardot & Laval, 2017; Ostrom, 2000).

O pertencimento então, mesmo estando incluído nas ‘fronteiras do movimento’, mais do que uma questão estrutural, como argumenta Cohen (2001), e presente na busca por alternativas de pertencimento comunitário, buscaria reduzir a precariedade, a insatisfação e o caráter por vezes

¹² “A residential or land-based intentional community is a group of people who have chosen to live with or near enough to each other to carry out their shared lifestyle or common purpose together”

assustador da vida do mundo líquido de Bauman. Como veremos, muitas definições das comunidades intencionais tangem estes conceitos.

As fronteiras simbólicas percebidas pelos indivíduos como delimitadores de suas comunidades, são fatores de coesão que se somam na atração de novos membros e postulantes. De forma simbólica, especialmente em movimentos de comunidades que já alcançam expressão (em forma de projeção pública, tamanho, reconhecimento, etc), as discordâncias entre seus membros não subvertem a aparente coerência expressada por suas delimitações (Cohen, 2001, p. 21)

Mocellin (2011) condensa esta questão:

Grupos considerados comunitários contam com elevado grau de integração afetiva e também com alto grau de coesão – e mesmo de homogeneização – entre seus membros, e isso inclui conhecimentos, objetivos, práticas cotidianas e formas de agir e pensar. As normas ocorrem especificamente por meio dos costumes, hábitos e tradições, e as formas de relacionamento social são predominantemente pessoais, o que significa o compartilhamento de valores e também maior grau de intimidade.” (Mocellim, 2011, p. 109)

Já a abordagem de Maffesoli se apoia numa ampla categoria de *cultura*. Elementos da aldeia e da comunidade tradicional, suas ritualísticas de pertencimento, etc, são agrupados, de acordo com suas palavras, numa “perspectiva ‘holística’: noção que, numa constante reversibilidade, une a globalidade (social e natural) com os diversos elementos (meio e pessoas) que a constituem.” (Maffesoli, 1998, p. 3), e que sustentaria um ressurgimento do “solidarismo”, numa abertura para o outro, para os outros, que permite estabelecer “um laço estreito entre a [...] aura estética e a experiência ética” (ibid. p.22). A perspectiva holística a unir-se com a experiência ética em muitos destes movimentos – possivelmente impulsionada pela fluidez agora presente nas relações sociais buscadas, age como catalisador deste “solidarismo”, talvez revivendo valores da comunidade que se resente ausente, como apontado em Bauman, e desvela alternativas de pertencimento.

Simmel aponta: “semelhança e diferença são, de múltiplas maneiras, os grandes princípios de todo desenvolvimento externo e interno” (Simmel, 2006, p. 45) e conclui que a história da cultura da humanidade é a história da luta e tentativa de reconciliação entre estes dois princípios. A tensão nessa busca, ampliada pelo ruído e excesso de estímulos, constrói condições que são reconhecidas pelos indivíduos no universo atomizado da metrópole. Porém esses não são insensíveis nem sobre suas necessidades de pertencimento nem aos processos mais amplos da vida social da metrópole, que se generalizam pela sua própria natureza.

E é exatamente sobre *natureza* que identificamos o apelo atual que se percebe no cotidiano e nas *mídia* contemporânea: a crise ambiental planetária, os riscos cada vez mais evidentes de escassez de recursos, o ritmo crescente de extinção de espécies e as demais ancoragens que aparecem no espaço público que se referem à sustentabilidade planetária. Assim uma possível resposta à crise civilizatória evidenciada (e aqui tomada como exemplo) pela desorganização ambiental se institui na forma de grupos que buscam o resgate da vida comunitária (Hilder et al., 2018; Meijering, 2012; Meijering et al., 2007; Naval Durán & G. Sisón, 2000; Siqueira, 2017).

A busca pela identidade grupal no neotribalismo apontada por Maffesoli acha vazão também em valores capazes de sedimentar coesão (ecológicos, ambientais, por vezes espirituais). As comunidades intencionais se constroem sobre estes valores e, usando uma imagem de Cohen (2001), o verniz da comunalidade que reveste seus diversos componentes provê uma camada adicional de identidade grupal.

Os grupos sociais, auto-referidos por suas próprias criações e fronteiras simbólicas de pertencimento, constituem-se em “comunidades de práticas” nascidas na experiência do fazer e criadas como uma forma de busca de um propósito compartilhado (Shove et al., 2012, p. 68), que inclui ainda uma preciosa citação de que a comunidade e a prática constituem-se uma à outra reciprocamente (Wenger, 1999, apud Shove et al., 2012).

1.1.3 Comunitarismo enquanto movimento social

Comunitarismo é utilizado por autores de espectros muito distintos (Juárez, 2010), e por consequência demarcar sua definição com precisão apresenta dificuldades. Sendo um termo que, apesar de cunhado no século 19 como “pertencente a ou característico de uma comunidade” (Schmidt, 2011, p. 301), não define nenhuma linha moral ou filosófica. Distingue-se em linhas gerais pela oposição crítica à noção de liberalismo, e uma “reforma moral” que coloca importância fundamental “ao pertencimento do indivíduo a uma comunidade específica” (Juárez, 2010, p. 155).

A disputa entre a autonomia individual e o interesse coletivo apresenta-se na sociedade como uma disputa moral (ibid, p.156), e a discussão histórica entre comunitaristas e liberais coloca em cheque a pretensa homogeneidade social e cultural em que se fundaram os estados nacionais, onde as diferenças (étnicas, culturais, de gênero, ou sociais) se confrontam na luta por direitos (Farfán, 1997, p. 117).

Estas perspectivas tornam ainda mais agudas as questões trazidas por Bauman sobre o dilema segurança versus liberdade (Bauman, 2003), posto que Juárez explicita a redução da autonomia para benefício do coletivo, e Farfán, ao incluir ainda a visão de Arendt sobre os direitos a serem conquistados (“direitos a ter direitos”), imbrica tanto a *liberdade* como a *igualdade* como compromissos para viabilidade e harmonia comunitária.

A questão da liberdade dentro das diretivas do liberalismo, quando justapostas com os princípios do comunitarismo, explicita os paradoxos contidos nos comportamentos individuais, na construção dos laços comunitários e as posturas liberais potencialmente “egoístas” (Rivera López, 1995). A visão construída por Rivera López de “comunitarismo débil” e “comunitarismo forte”, enriquece o debate ao oferecer possibilidade de revisar e confrontar valores presentes em Bauman (2003).

Aprofundando-se nas teorias do comunitarismo, Rivera López pressupõe uma discussão racional entre liberais e comunitaristas¹³, na busca por uma concepção de comunitarismo genuíno e coerente. Ao seguir investigando o contraste teórico entre comunitarismo e liberalismo, questões de cunho moral e vinculante ganham o centro do debate: os valores comunitários não podem ser universalizáveis por definição, devem servir para aquela comunidade específica. Por outro lado, a definição de bem (e por consequência, de liberdade) pede alguma forma de universalização, que aos liberais aproxima-se de seu bem moral mais elevado. Rivera López propõe dois tipos de comunitarismo¹⁴: o comunitarismo fraco incluiria a possibilidade de ser comunitarista e liberal ao mesmo tempo, com maior peso ao individualismo e práticas de não intervenção. O comunitarismo forte supõe que os valores do liberalismo não criam laços sociais suficiente para que surjam verdadeiras virtudes morais, e que, portanto, privilegiaria a solidariedade, a firmeza dos laços comunitários, etc. (Rivera López, 1995).

Devemos ressaltar aqui que o artigo de Rivera López expõe uma profunda contradição dentro dessas perspectivas, e o fazendo, abre áreas de investigação que podem ser aprofundadas, envolvendo mais do que a fronteira conceitual entre o indivíduo e a comunidade nas visões liberal e comunitária, especialmente nos juízos morais e seus impactos na liberdade.

Além disso, o pragmatismo de iniciativas como o igualitarismo pode levar as pessoas a silenciar a expressão de suas diferenças, mesmo quando são sensíveis e desejantes de mantê-las,

¹³ Proposição interessante e incontornável para o aprofundamento das questões relacionadas às ecoaldeias no que concerne suas relações com o “mundo exterior”, o que pode chegar até a perspectiva antissistema que irá surgir à frente.

¹⁴ Registe-se aqui que buscamos uma simplificação possível para este estudo.

impactando, entre outras coisas, as estruturas formais de liderança. Isso não impede os processos de atribuição de status e prestígio social, que irão se traduzir informalmente em influência e autoridade. “A característica importante desse tipo de diferenciação é, no entanto, que raramente é reconhecida publicamente: é um reconhecimento tácito da diferença” (Cohen, 2001, p. 34)¹⁵ tradução livre.

Gonçalves (1998) aprofunda a relação indivíduo-comunidade na perspectiva teórica comparada, reafirmando a lógica dos valores comunitários pré-existentes. A perspectiva reforça a intencionalidade da escolha em comunidades intencionais e a característica dialógica e identitária que subjaz à construção social de comunidade:

O ideal de autenticidade define-se por valores como a sinceridade e a genuinidade pessoal do indivíduo para consigo mesmo (relativismo moderno), mas não dispensa um destinatário - o outro. O carácter dialógico da existência, essencial à cultura democrática, exige que do outro advenha o reconhecimento e a confirmação da identidade individual. É importante a relação e o reconhecimento intersubjectivo para a construção da minha identidade porque o meu julgamento de valores e do valor da minha própria existência só tem sentido enquanto objecto de reconhecimento social, de confirmação social. A Ética da Autenticidade não aspira à negação do individualismo, pelo contrário, nasce da pressuposição da livre escolha como resposta e resolução das doenças modernas. Só que para Taylor, e aqui segue a mesma linha de MacIntyre, esta opção individual faz-se sempre num horizonte de significação, pré-estabelecido, efectua-se por relação a um amplo leque de valores pré- existentes (Gonçalves, 1998, p. 9)

Acrescenta ainda:

A crítica comunitarista sublinha que uma ordem social não se pode estabelecer, estruturar e estabilizar baseada num encontro de egoísmos. *Já Durkheim dizia que a simples associação de interesses individuais não pode criar ordem social. A ordem social só irá subsistir de maneira durável se se apoiar no reconhecimento pelos membros do grupo*” (Gonçalves, 1998, pp. 9–10), grifo nosso

A discussão enriquece a problemática já iniciada até aqui, sobre a relevância dos fatores de coesão das comunidades, em especial pelas comunidades intencionais e seus possíveis recortes de classe, origem social dos membros e processos de condução dos negócios (e ócios) sociais. Não basta deslocar o foco capitalista da onipresença do mercado: “o comunitarismo é o pensamento que se preocupa fundamentalmente com a comunidade – e não com o Estado ou o

¹⁵ “The important characteristic of this kind of differentiation is, though, that it is rarely publicly acknowledged: it is a tacit recognition of difference”

mercado. Ou, em outras palavras, o pensamento que confere destaque à comunidade na construção da boa sociedade.” (Schmidt, 2011, p. 302). Restaria talvez definir “boa para quem?”

A construção social dos valores representados no ‘comum’ (e o contemporâneo movimento ‘commons’ também explorado em detalhes por Cunha, 2018), conjuga a elaboração e construção contemporânea do *comum*, à luz dos valores comunitários já tratados, descrevem aceções do termo *comuns*, que pode ser representado pela obrigação que todos impõem a si mesmos. Para além de possíveis recortes ideológicos, identificamos semelhanças de valores morais, comportamentais (e até espirituais segundo algumas linhas de pensamento) contidos em comunidade, como por exemplo “uma comunidade de iguais que consomem bens em comum” (Dardot & Laval, 2017, p. 12.6 epub).

Cunha (2018) detalha os termos comum, commons, comuns, fundamentando estes conceitos – o que não é nosso propósito nesta revisão. Entrementes Cunha expõe os valores comunitários que estamos desenvolvendo:

a ‘consciência de quem se é’ só é possível através dos outros. Liberdade ou autonomia são viáveis apenas quando relacionadas com o todo; isso demanda uma negociação constante com a necessidade: possível apenas quando aliando intenção e necessidades individuais com a comunidade maior - o que exige limites e conexão contínua (Cunha, 2018, p. 35)

1.2 Ecoaldeia & permacultura

Os termos *ecoaldeia*, *ecovila*, *ecovillage*, *permacultura*, *eco-comunidade* são de cunho relativamente recente e se encontram em transformação (Dias et al., 2017). Inicialmente iremos explorar os usos e os conceitos presentes na literatura. Mais adiante neste trabalho, contudo, precisaremos aprofundar sua implicação como um conjunto conceitual dentro da sociologia, seja como grupo, ou como movimento social. Em linhas gerais, em que pese a flexibilidade dos usos nos vocábulos de origem bastante disseminados (ecologia, comunidade, permanência, cultura), seus significados, para o escopo deste trabalho, encontram-se suficientemente delimitados conforme veremos a seguir. Exploraremos algumas definições cuja abrangência difere ligeiramente, com intuito de destacar nuances importantes em nossa pesquisa, e após isso, iremos averiguar como uma visão deste conjunto pode ser representativa das realidades observáveis em iniciativas comunitárias contemporâneas.

1.2.1 Permacultura

A permacultura é definida como um sistema cujo propósito é a criação e desenvolvimento de ferramentas que podem ser colocadas à disposição do coletivo humano para sua vida em

segurança sem esgotamento dos recursos consumidos (T. Henfrey & Penha-Lopes, 2015; T. W. Henfrey, 2018; Pires & Lima, 2016; Santos Júnior, 2016). E estende-se para a produção social do espaço, pois relaciona intrinsecamente este sistema, suas ferramentas e fundamentação, com sua inserção inalienável às relações humanas comunitárias.

Permacultura é uma filosofia de desenvolvimento de base (*grassroots*) global e um movimento de sustentabilidade que engloba um conjunto de princípios éticos e diretrizes e técnicas de design para a criação de uma cultura e agricultura sustentáveis e permanentes. Na verdade, permacultura é uma aglomeração dessas três palavras: permanente, cultura e agricultura. (Veteto & Lockyer, 2008, p. 49)¹⁶ tradução livre nossa

O termo permacultura é amplamente associado ao movimento das ecoaldeias, porém com uso independente dele. Um dos criadores do termo, Holmgren, (H. Oliveira & Penha-Lopes, 2020; Santos Júnior, 2016; Veteto & Lockyer, 2008), a apresenta como sendo um design consciente que procura replicar padrões e relações da natureza para prover às comunidades suas necessidades sem colocar em risco os recursos naturais. Baseia-se em três pilares éticos: cuidado com o planeta, ênfase na justiça social e bem estar comunitário, e a redistribuição dos excedentes ou seu reinvestimento para um legado saudável para as gerações futuras (H. Oliveira & Penha-Lopes, 2020).

Os critérios de continuidade indefinida e da produção social do espaço, estando na base dos conceitos de permacultura, se entrelaçam na literatura e em grande parte em seu próprio sentido conceitual: De acordo com Henfrey, 2018, Permacultura é "um sistema para a concepção (design) e criação de habitats humanos, organizações e projetos enraizados na ética da sustentabilidade, bem-estar e equidade " (T. W. Henfrey, 2018, p. 1)¹⁷ tradução minha

A síntese de Santos Júnior junta estas perspectivas:

Um dos sistemas que mais tem influenciado o movimento das ecovilas é a permacultura, criada na década de 1970, na Austrália, por Bill Mollison e David Holmgren. A permacultura visa criar o apoio técnico necessário para a criação de assentamentos humanos sustentados por vínculos diretos entre os sistemas de produção de alimentos, construção, uso e reuso da água, paisagismo, produção e uso de energia e preservação ambiental. Para a permacultura, a *produção social do espaço* (pelo menos de pequeno porte) se encontra na associação processada por seus sistemas técnicos com a

¹⁶ "Permaculture is a global grassroots development philosophy and sustainability movement that encompasses a set of ethical principles and design guidelines and techniques for creating sustainable, permanent culture and agriculture. Indeed, permaculture is an agglomeration of these three words: permanent, culture, and agriculture"

¹⁷ "a system for the design and creation of human habitats, organizations, and projects rooted in ethics of sustainability, well-being, and equity"

preservação da natureza e a *continuidade sociocultural do coletivo*. (Santos Júnior, 2016, p. 144), grifos meus.

1.2.2 Ecoaldeia, ecovila, ecovillage

Num primeiro nível de simplificação possível, e que parece conter os elementos mais essenciais e amplamente disseminados, ecoaldeia é um tipo de comunidade intencional, que se pretende ecológica e sustentável social, económica e ambientalmente. Seguiremos refinando e aprofundando o conceito.

A vida nessas comunidades costuma ser descrita como um ambiente de camaradagem, cujo estilo de vida associa a compreensão do todo onde se insere com o reconhecimento da necessidade de ação coerente. Exemplos que reforçam a vizinhança e o senso de comunidade são: organização de eventos comunitários, valorização de encontros informais, preparação comunitária de comida, etc (Christian, 2007; Kasper, 2008; 2017; Meijering, 2012; Rubin et al., 2019).

O ambiente de confiança se estabelece a partir da vivência coletiva tanto dos momentos de trabalho e realização de tarefas, como nos momentos de descontração e convivência, além dos valores subjacentes ao próprio princípio de sustentabilidade ecológica e social declarados nestas comunidades (Lubochinski, 2017). Este ambiente promove a ultrapassagem da compreensão intelectual de fazer parte de um ecossistema interconectado, e gera um senso de comunidade que “pode ser acompanhado de uma verdadeira compulsão para agir de acordo com esta compreensão” (Kasper, 2008, p. 22), tradução minha.

O termo comunidade intencional pode designar tipos bastante variados de comunidades: *co-housing*, cooperativas de habitação, comunidades espirituais, *retreat communities*, *income sharing communities* (Sanguinetti, 2012), e sendo um conceito contemporâneo em uso vivo, ainda contém outros sentidos possíveis. Nosso foco de estudo se delimita nas comunidades intencionais que se declaram ecoaldeias, conforme será definido adiante.

A vivência coletiva, e o fazer como agenciamento de transformações sociotécnicas possibilita estas comunidades e seus membros incorporar-se em um amplo debate sobre mudanças estruturais (Roysen & Mertens, 2016; Shove & Walker, 2010). A criação prática e cotidiana de *know how*, significados, ideias e compreensão, além do manuseio da infraestrutura física representa amplas possibilidades impacto e mudança nas configurações sociotécnicas. De forma similar, padrões recorrentes da prática cotidiana reforçam, criam correlações e dissipam estes mesmos significados, alterando-os dinamicamente (Roysen, 2018; Shove & Walker, 2010).

O movimento das ecoaldeias se origina primordialmente de cinco linhas: a) ideais de autossuficiência historicamente ligados a monastérios e *ashrams*¹⁸, e a princípios ligados ao movimento de pacifismo iniciado por Ghandi; b) movimento de retorno à vida rural, e posteriormente de co-habitação; c) os movimentos pró meio-ambiente, feministas e pacifistas; d) o movimento “tecnologia apropriada”¹⁹; e) o movimento por educação alternativa. (Litfin, 2009; Majerowicz et al., 2017; Mattos, 2017)

Christian (2003), em uma publicação que se propõe a auxiliar quem deseja iniciar uma comunidade com estas características, propõe uma definição ampla onde a proximidade da interação e o propósito são relevantes:

“Uma *comunidade intencional*, de cunho agrário ou residencial, é um grupo de pessoas que *escolheram viver juntas*, ou perto o bastante um do outro, de forma a realizar juntos seu estilo de vida compartilhado ou propósito comum” (Christian, 2003)²⁰, tradução e grifo meus

A ênfase no aspeto ecológico está implícita no nome adotado, reaparecendo de forma explícita em praticamente todas as definições, como se verifica. Este aspeto busca se refletir no uso cuidadoso e consciente dos recursos naturais, na atenção à geração e destinação de resíduos, e inclui outros fatores ambientais extensos (redução de poluição sonora, atmosférica, visual, etc) (Litfin, 2009) A qualificação “holístico/a”, integra e corrobora este comportamento geral ‘antipoluição’, por assim dizer, com a inclusão de aspetos comportamentais e sociais.

Metcalf²¹ (2012), ocupando uma posição de destaque na liderança na ecoaldeia de Findhorn (e no movimento global das ecoaldeias), busca ao mesmo tempo precisão descritiva e amplitude, que parte de comunidade intencional, que vai incluir até o conceito de justiça social:

“Definição de Comunidade Intencional

¹⁸ Ashram, na antiga Índia, era um eremitério hindu onde os sábios viviam em paz e tranquilidade no meio da Natureza. Hoje, o termo ashram é, normalmente, usado para designar uma comunidade formada intencionalmente com o intuito de promover a evolução espiritual dos seus membros, frequentemente orientado por um místico ou líder religioso. (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Ashram>, em 23/06/2021)

¹⁹ Appropriate technology movement. Da Wikipedia em ingles, em resumo e tradução nossa: “[...] em alguns contextos, a tecnologia apropriada pode ser descrita como o nível mais simples de tecnologia que pode atingir o propósito pretendido, enquanto em outros, pode se referir à engenharia que leva em consideração de forma adequada as ramificações sociais e ambientais.” Wikipedia, 12/01/2021, https://en.wikipedia.org/wiki/Appropriate_technology

²⁰ “A residential or land-based intentional community is a group of people who have chosen to live with or near enough to each other to carry out their shared lifestyle or common purpose together”.

²¹ Considerado um dos principais representantes do movimento das ecovilas: “Dr. Bill Metcalf at Griffith University in Brisbane, Australia (Adjunct Lecturer, Griffith School of Environment, and Research Methodologist, Griffith Graduate Research School), is one of the foremost scholars of intentional communities worldwide.” (https://www.ecovillagenews.org/wiki/index.php/Dr-Bill_Metcalf/ - em 14/01/2021)

Comunidade intencional: cinco ou mais pessoas, provenientes de mais de uma família ou grupo de parentesco, que se reuniram voluntariamente com o objetivo de melhorar os problemas sociais percebidos e inadequações. Eles procuram viver além dos limites da sociedade dominante, adotando uma alternativa social e cultural conscientemente pensada e geralmente bem planejada. Na busca de seus objetivos, compartilham aspectos significativos de suas vidas juntos. Os participantes se caracterizam por uma “consciência do nós”, vendo-se como um grupo persistente, apartado e de muitas maneiras melhor do que a sociedade da qual surgiram.

Ecovila: uma comunidade intencional onde a sustentabilidade ambiental é buscada, juntamente com justiça social, igualdade, paz e assim por diante.

Definições de Bill Metcalf, citando ele mesmo em *The Findhorn Book of Community Living*, in (Metcalf, apud Metcalf, 2012, p. 21)²²

1.2.3 Sustentabilidade: valores e comportamento nas ecoaldeias

O movimento das ecoaldeias utiliza regularmente o conceito de sustentabilidade (Boyer, 2016; Dias et al., 2017; Pires & Lima, 2016; Roysen, 2018). Entretanto, dentro da crise civilizatória representada pela acelerada degradação ambiental planetária, este conceito funciona como um guarda-chuvas que pode conter problemas socio ecológicos de gama variada, o que torna os discursos menos discerníveis, e questionável a implementação de práticas coerentes (Dias & Loureiro, 2019).

Em contraste com a cultura da sociedade de consumo da metrópole, o desenvolvimento da consciência relacionada aos padrões de consumo pessoal e grupal liga intimamente os conceitos de permacultura e de ecoaldeia. A busca por um futuro ambientalmente sustentável depende do desenvolvimento de estilos de vida possíveis, que a conexão ecoaldeia/permacultura apresenta como alternativa real (Veteto & Lockyer, 2008).

Importante ressaltar a diversidade de propósito motivador: nem todos os residentes destas comunidades se juntaram por compromisso prévio a este valor. Kasper (2008), por exemplo, descreve alguns residentes de ecoaldeias, que antes de se inserirem na comunidade, nem sempre tinham uma preocupação particular com a ecologia.

²² “Intentional community: Five or more people, drawn from more than one family or kinship group, who have voluntarily come together for the purpose of ameliorating perceived social problems and inadequacies. They seek to live beyond the bounds of mainstream society by adopting a consciously devised and usually well thought-out social and cultural alternative. In the pursuit of their goals, they share significant aspects of their lives together. Participants are characterized by a “we-consciousness,” seeing themselves as a continuing group, separate from and in many ways better than the society from which they emerged. Ecovillage: An intentional community where environmental sustainability is sought, along with social justice, equality, peace, and so forth.”

A sustentabilidade é usualmente representada pelas dimensões ecológica, social e econômica, entretanto estas dimensões nem sempre estão equilibradas e integradas. Além disso a busca pela sustentabilidade “tanto internamente quanto na tentativa de influenciar a sociedade” (Dias et al., 2017, p. 89) apresenta uma série de dificuldades nem sempre bem documentadas.

1.2.4 Conflitos, consenso e compartilhamento de recursos

Compartilhamento de recursos e desenvolvimento de competências sociais fazem parte do processo de aprendizado e contribuem para a redução dos conflitos e também da forma de encaminhá-los (Boyer, 2016; Brecher, 2013). Uma postura de abertura ao outro e rotinas de reuniões reflexivas colaboram no amadurecimento grupal e na gestão de conflitos. A participação nos processos decisórios promove integração e consciência a respeito das expectativas e limites da ação grupal. Participantes relatam que, mesmo quando discordam das decisões, se sentem mais satisfeitos por terem sido ouvidos em suas considerações (Kasper, 2008).

A complexa questão da liderança, enquanto realidade de todo grupo social, também está subjacente aos processos de formação e funcionamento das ecoaldeias. Conflitos fazem parte de qualquer comunidade e isso não seria diferente nas ecovilas (Boyer, 2016) A percepção mais ampla que se encontra documentada é que a intencionalidade que marca o movimento está refletida em processos de gestão, práticas comunitárias e formas de abordar conflitos, que buscam conscientemente e reflexivamente o reforço dos laços sociais, evitando seu esgarçamento e conseqüente tendência ao individualismo. Um exemplo marcante é o processo de deliberação por consenso, que é citado de forma bastante usual nesses grupos.

A resolução de conflitos pela adoção de princípios de decisão por consenso e de comportamento auto regulado pelo grupo podem ser considerados valores comuns nas ecoaldeias, bem como os processos decisórios que buscam fugir à perspectiva hierárquica (Godoy, 2017; Kasper, 2008; Kunze & Avelino, 2015b). “Nas ecovilas, seus membros tomam decisões e realizam trabalhos de forma coletiva.” (Roysen & Mertens, 2016, p. 282).

Uma proposta metodológica muitas vezes criticada como utópica, os processos de decisão por consenso em uso nas ecoaldeias pode ser considerado como inovação e ferramenta social de resolução de conflitos, especialmente quando, por seu formato e estrutura, representam um empoderamento dos membros. “Apoiadas em regras claras de compromisso, poder e responsabilidade, bem como por uma cultura de comunicação não violenta, as ecovilas

desenvolveram métodos que se espalharam por diferentes organizações da sociedade.” (Kunze & Avelino, 2015b, p. 103)²³ tradução minha.

A mitigação de conflitos, discórdias e desavenças de forma preventiva nestas comunidades procura viabilizar que os esforços coletivos sejam fonte de solidariedade, como consequência do estilo de vida (Brecher, 2013). Há estudos reforçando a condição de resiliência destas comunidades em condições pós-catástrofes: Mattos apresenta exemplo de enfrentamento e reconstrução pós terremoto na Itália, (Mattos, 2017, p. 25); Brecher, estudando duas comunidades no Japão após desastres naturais de grandes proporções, identifica correlação entre processos intencionais de “*community building*”²⁴ e a implementação de estilos de vida mais sustentáveis (Brecher, 2013).

Em seu estudo sobre ecoaldeias estadunidenses, Kasper (2008) identifica traços de burocracia, alguma hierarquia, apesar do processo decisório por consenso buscar reduzir “desequilíbrio de poder, hierarquia enrijecida, impessoalidade e inflexibilidade.” (Kasper, 2008, p. 14), tradução minha.

1.2.5 Community building: assertividade, flexibilidade, variabilidade

É comum na literatura, tanto do movimento das ecoaldeias como para os entusiastas da permacultura, encontrar os principais atores retratados como pioneiros de um modo de vida ecologicamente sustentável, que procuram integrar práticas adaptadas aos seus contextos cultural e ecológicos na construção de casas, produção verde, energias renováveis, práticas de construção comunitária (*community-building*), muitas vezes contendo também práticas ligadas a uma visão espiritualizada da existência (Christian, 2003, 2007; Dias & Loureiro, 2019; Litfin, 2009).

O estilo de vida busca corresponder ao desejo destas pessoas de construírem relacionamentos de confiança duradouros e ajuda mútua. O compartilhamento regular e usual de espaços, ferramentas, veículos, compras coletivas, formas de governança, alimentação, vestimenta, trabalho e lazer representam práticas inovadoras que podem colaborar com o desenvolvimento sustentável (Roysen & Mertens, 2016, p. 277).

²³ “Supported by clear rules of commitment, power and responsibility, as well as by a culture of non-violent communication, ecovillages have designed methods that have spread out to very different organizations in society”

²⁴ Por falta de uma expressão sedimentada, manteremos o termo, representando as energias conscientes da construção do sentido de comunidade, senso comunitário, etc.

Entretanto a diversidade social nestas iniciativas nem sempre consegue superar desigualdades e diferenças de classe. Para além de recomendações sobre ‘como e quem’ selecionar ou não para compor uma iniciativa dessa natureza (declaradamente para evitar pessoas com perfil social ou econômico não desejados, pois seriam potencialmente razão de insucesso em muitas iniciativas (Christian, 2003)), as condições de ingresso, participação para aquisição de terra e outros fatores de restrição de acesso podem reduzir a diversidade social dos membros efetivos de ecoaldeias (Dias et al., 2017). Roysen (2018) aponta as contradições observadas em uma ecovila em formação, utilizando o conceito de *habitus*. No trecho a seguir evidencia-se não só a presença, mas principalmente a dificuldade da superação de desigualdades e diferenças de classe:

Os membros da ecovila estudada, portanto, embora busquem valorizar uma vida simples e relações solidárias, não conseguiram abrir mão da necessidade de delegar os trabalhos de limpeza e conservação para funcionários. Fica visível a persistência do *habitus* criado pela socialização dos seus membros em uma sociedade de classes e a forma como esse *habitus* reproduz as desigualdades sociais e culturais da sociedade de consumo. (Roysen, 2018, p. 7)

Christian dá destaque ao posicionamento individual e financeiro das pessoas que seriam “proponentes” de criação de comunidade intencional (que denomina empreendedores). Nesta visão o papel do(s) pioneiro(s) é similar ao de um empreendedor e assim deve ser reconhecido, documentado e atuado (Christian, 2003, p. 6ss), o que paradoxalmente pode reduzir importantes possibilidades de articulação para o “vir a ser” de comunidades intencionais, que de outra feita poderiam ser tão diversas quanto se propõe o movimento. Roysen e Mertens (2017), estudando ecoaldeias no Brasil acrescentam aspeto de custeamento e estrutura: as ecoaldeias “são formadas e mantidas com recursos dos próprios participantes, que buscam viver um estilo de vida mais sustentável e colaborativo, apesar dos inúmeros desafios financeiros, sociais e culturais que enfrentam” (Roysen 2013, apud Roysen & Mertens, 2017, p. 101).

A dimensão da espiritualidade referida em diversas destas comunidades reforça uma busca por autoconhecimento, como uma forma de desenvolvimento pessoal que amplie a atuação e coesão sociais, e logo “a mudança individual transforma-se assim na mudança social” (Monteiro & Mascarenhas, 2020, p. 211). Dentro deste aspeto da transformação, acrescido das outras dimensões apreciadas, as ecoaldeias podem ser consideradas uma forma de contracultura que quer promover melhores laços de união e coesão social, contrapondo o enfraquecimento provocado pelos processos identificados, por exemplo, por Bauman em sua modernidade líquida.

Roysen e Mertens (2016) enquadram as ecoaldeias como nichos de inovação social de base²⁵ nas dimensões ambiental, social/comunitária e cultural/espiritual da sustentabilidade, “por ser composto de comunidades locais que experimentam com novas tecnologias (na construção das casas e nos sistemas de energia, compostagem, plantio e tratamento de efluentes) mas, principalmente, por se tratar de espaços de intensa experimentação com novas práticas sociais:” (Roysen & Mertens, 2016, pp. 276–277).

1.2.6 Comunidades holísticas e utópicas?

A força simbólica que comunidade apropria faz surgir com frequência o questionamento sobre as perspectivas utópicas representadas nas experiências e discursos práticos para sua realização.

A característica se verifica, por exemplo, na qualificação “*holística*”²⁶, que também se faz notar nas referências, indicando uma qualidade integrativa das dimensões buscadas pelas comunidades. Em Kasper (2008): “As ecoaldeias veem-se como holísticas, [...] sobre as quais equilibram esforços práticos para criar uma vida que seja social e pessoalmente satisfatória e ecologicamente correta” (p. 13)²⁷ tradução minha. Esta ênfase está presente em outros autores: (Catarucci, 2017; Mattos, 2017; Meijering, 2012; Nogueira, 2018; H. Oliveira & Penha-Lopes, 2020). “As ecovilas desenvolvem práticas relacionadas às dimensões ecológica, social/comunitária e cultural/espiritual da sustentabilidade.” (Roysen & Mertens, 2017, p. 99)

Esta dimensão holística ora faz-se presente na forma de espiritualidade declarada, ora não está contido necessariamente em algum tipo de viés espiritual declarado, transcendendo-o. Exatamente por isso entendemos que esta autodeterminação holística das ecoaldeias é uma característica transcendente, resultando numa postura que busca integração de conhecimentos, de respeito e aprendizado. Ressalte-se aqui que, por ora, estamos buscando aprofundar o constructo ecoaldeia, e não a avaliação dos valores ou comportamentos de facto, porventura presentes na literatura.

²⁵ segundo Rysen e Mertens (2016): “Os nichos de base [ou grassroots innovation niches] são grupos de pessoas e organizações da sociedade que, motivados por uma ideologia ou pelo desejo de encontrar soluções para as suas necessidades sociais, se organizam, de baixo para cima, para experimentar modelos alternativos e mais sustentáveis de fazer as coisas. Eles criam um espaço seguro para a experimentação, com novas tecnologias, valores e práticas (Seyfang & Smith, 2007; Seyfang & Haxeltine, 2012).

²⁶ A) “Teoria segundo a qual o homem é um todo indivisível, e que não pode ser explicado pelos sus distintos componentes (físico, psicológico ou psíquico), considerados separadamente” (Ferreira, 1999). B) “Concepção, nas ciências humanas e sociais, que defende a importância da compreensão integral dos fenômenos e não a análise isolada dos seus constituintes. “holística”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020, <https://dicionario.priberam.org/hol%C3%ADstica> [consultado em 14-01-2021].

²⁷ “Ecovillages see themselves as holistic, [...] upon which they balance practical efforts to create a life that is socially and personally satisfying, and ecologically sound”

De outro lado o qualificativo de cunho crítico utópico presente em diversos autores (Fotopoulos, 2006; Kunze & Avelino, 2015b; Metcalf, 2012; Pepper, 2007; Santos Júnior, 2016; Taubach, 2016) para nomear alguns, incorre em atributos divergentes: ora designando como as coisas deveriam ser, ora uma condição inalcançável e em consequência tendo sua validade como ferramenta de transformação social questionada (Dias et al., 2017). Este aspeto parece estar equacionado em Dias et al (2017), uma vez que estes autores consideram que, sendo comunidades que se poem em prática e estão efetivamente a existir, a condição utópica não se aplicaria.

Christakis (2019) revisa comunidades intencionais e não intencionais, e contrasta a criação de comunidades utópicas e distópicas. Seu resumo da imaginação utópica: “pessoas que vivem sem restrições em mundos justos, seguros e saudáveis. Essas histórias geralmente incluem um elemento que está faltando no mundo real, no entanto, e que os autores parecem ansiar em suas utopias: um tipo especial de relacionamento (*rapport*) entre os indivíduos.” (Christakis, 2019, p. 127)²⁸ tradução minha. A dimensão utópica, nesta discussão, parece guardar espaço que qualificamos como “indefinição enigmática”, uma vez que singra desde a consideração francamente utópica (que demanda algo não alcançável por definição), até seu contraponto conceitual pleno, ao considerar que uma vez em realização, já seria considerada uma não utopia, ou uma aproximação intencional da utopia, agora redefinida como meta.

Assim, partindo da realidade simbólica de que ecoaldeias são comunidades imaginadas “que se constroem a partir de símbolos, práticas, valores e ideias sobre o que é uma sociedade coesa, justa e sustentável.” (Pires & Lima, 2016, p. 2), de nossa parte entendemos que as duas visões são complementares: um ideal que se busca sabendo-se resultado de um equilíbrio dinâmico não realizável estaticamente (portanto utópico), e ao mesmo tempo uma realização cujo esforço se justifica na própria criação do lugar não existente (ainda!).

1.2.7 GEN: uma rede de iniciativas

A rede global GEN (*Global Ecovillages Network*) foi criada em 1995 com a finalidade de sistematizar e dinamizar o movimento destas comunidades a partir de um encontro de comunidades em Findhorn, Escócia (Campani, 2011). Apresenta-se como uma entidade que

²⁸ “people living unfettered in just, safe, and healthy worlds. These stories often include one element that is missing in the real world, however, and that authors seem to crave for their utopias: a special kind of *rapport* among individuals”

quer colaborar pela regeneração do mundo. buscando construir pontes entre culturas, países e continentes²⁹:

A GEN apresenta-se como uma entidade pioneira, aberta à participação de qualquer iniciativa, de fácil acesso através da internet e fomentadora dos valores associados e de novas iniciativas a partir de materiais de suporte, treinamentos e vivências experienciais. Entendemos que esta rede, pelo contexto e momento de sua criação, merece destaque descritivo e conceitual que possa possibilitar posteriores análises e suporte avaliativo.

A definição de ecoaldeia para a GEN:

Uma ecovila é uma *comunidade intencional*, tradicional ou urbana que é conscientemente projetada por meio de *processos participativos de propriedade local* em todas as quatro dimensões da sustentabilidade (social, cultural, ecológica e econômica) para regenerar os ambientes sociais e naturais. (do sítio web da GEN – Global Ecovillages Network, tradução e grifos meus³⁰).

Esta definição da GEN destaca as dimensões que definiu para desenvolver dentro deste mesmo propósito: dimensões social, cultural, ecológica e econômica. Observamos que, em muitas comunidades e também em diversos dos trabalhos referenciados, as dimensões e definições presentes se alinham aos critérios e definições da GEN, aparentando terem sido baseados por disseminação ou mesmo por considerações reflexivas sobre aquelas definições, pelos grupos formados ou em formação.

Da tabela de (Fabri & Casagrande Jr., 2015), destacamos a seguir seis recomendações da GEN como relacionadas com os fatores explorados até aqui:

- “visão e acordos compartilhados que expressam compromissos, patrimônio cultural e a singularidade de cada comunidade”,
- “Incentivar a unidade através do respeito às diferenças”,
- “senso de apoio mútuo”,
- “Compartilhar recursos comuns e fornecer ajuda mútua”,
- “Proporcionar trabalho significativo e sustento a todos os membros, e
- “Integrar grupos marginais”.

²⁹ “The Global Ecovillage Network (GEN) catalyzes communities for a regenerative world. GEN is a growing network of regenerative communities and initiatives that bridge cultures, countries, and continents.” <https://ecovillage.org/about/about-gen/>, em 11/12/2020

³⁰ “An ecovillage is an intentional, traditional or urban community that is consciously designed through locally owned participatory processes in all four dimensions of sustainability (social, culture, ecology and economy) to regenerate social and natural environments.” Em <https://ecovillage.org/projects/what-is-an-ecovillage/>, acessado em 11/12/2020

Este conjunto de valores oferece interessante perspectiva crítica por contraste: pode representar os valores originários que se faziam presentes na *Gemeinschaft*, pensamos até numa possível organização em ordem de importância (valor – percepção - ação). E ao mesmo tempo, pelo aprofundamento do contraste explorado até aqui, também representa o que se percebe agora ausente (conscientemente ou não) na *Gesellschaft*, aqui explorados no caminho inverso: ação desconectada produzindo grupos marginalizados - recursos escassos mal compartilhados - visão descompromissada com o todo, impactando a unidade e pertencimento.

1.2.8 Transformar o mundo? Nicho de inovação de base

As dicotomias da modernidade, presentes na literatura sociológica desde o século XIX, aqui representadas no contraste entre a vida em comunidade e a vida nas metrópoles (Bauman, 1998, 2003; Simmel, 1973; Tönnies, 2001), encontra um locus de resistência no movimento das ecoaldeias. Para Litfin, a busca consciente pela superação destas dicotomias, numa proposta de as transcender e superar, se dá na busca por alternativas viáveis para além da “desconstrução da modernidade” (Litfin, 2009, p. 127)

Neste debate faz-se uma consideração especial sobre as intenções de causar uma mudança no mundo a partir da vida nestas comunidades (Boyer, 2016; Dias et al., 2017; Litfin, 2014; Meijering, 2012). Esta condição coloca em interação os conceitos de intencionalidade e de busca utópica de forma mais ampla, e a intencionalidade deliberada se amplia, para além da escolha do estilo de vida e sua adequação pessoal / individual, para as escolhas sociais de possíveis futuros a construir. Mattos menciona o caráter propositivo do movimento, por oferecer exemplos “ao invés de lutar contra” (Mattos, 2017). Aqui, para além de mudanças nas condições sociais imediatas, está presente o fator “ser exemplo” para novas possibilidades de estilo de vida e de enfrentamento dos desafios nas questões ecológicas e sociais, complementadas pelas atividades correlatas de formação de pessoas (e, especialmente, grupos) e pela disseminação dos princípios e valores subjacentes às ecoaldeias (Lubochinski, 2017; Mello, 2017). Entretanto existe certa controvérsia no sentido “exemplar” das ecoaldeias: Dias et al (2017) consideram anacrônica a ideia de que ecoaldeias possam ser atualmente “modelos replicáveis” (Dias et al., 2017).

Ainda que a condição de “exemplo de mudança” não possa ser generalizada pela própria diversidade das iniciativas, um grande número delas atua como centro formador e de disseminação conceitual e operacional de permacultura e de práticas ligadas à sustentabilidade, o que nos autoriza a pensar que este conjunto também pode ser considerado um movimento social. Como reconhecemos que pode existir um número não calculado de iniciativas que não se

expõem em redes sociais, e conseqüentemente tem contato reduzido com o “mundo exterior” (portanto não presentes neste estudo), verificamos espaço para pesquisa adicional, que possa investigar de forma mais elaborada e precisa a ação efetivamente antissistema que o movimento das ecoaldeias pode representar.

É necessário que exista uma abordagem que busque o equilíbrio entre as características únicas de cada comunidade, representada pelas necessidades sociais e ambientais: “Nas ecovilas, assim como em outros nichos de base, as práticas surgem a partir de um conhecimento situado sobre as necessidades sociais e ambientais de cada lugar” (Roysen & Mertens, 2016, p. 283), dando azo para as particularidades de cada ecoaldeia em seu caminho dentro desta dinâmica. Estes autores concluem, porém, ser esperado “que ecovilas mais radicais e autocentradas tenham menos chances de influenciar mudanças nos regimes do que as ecovilas que estão mais disponíveis para a colaboração com atores externos, *mesmo que isso signifique uma adaptação nas suas práticas e um conflito com seus valores mais profundos*” (ibid. p. 291 – grifo meu).

1.2.9 Movimento social³¹

Dentro do nosso objetivo de estudo, será importante elaborar uma visão de conjunto, de alguma forma abrangente, sobre as ecoaldeias. Enquanto os usos dos termos ecoaldeia, ecovila, ecovillage estejam bastante disseminados tanto na vida social (por nossa observação empírica ao longo de muitos anos), quanto na literatura acadêmica (conforme referenciado neste trabalho), sua conceituação ainda parece oferecer demasiada flexibilidade.

Talvez pela simplicidade das raízes que os compõe (eco+vila, eco+aldeia, eco+village, que permanecem com seus significados elementares nestes três idiomas), sua apropriação para uso não oferece desafio nem conflito para uma primeira compreensão imediata. Por outro lado, e de acordo com as considerações apresentadas até aqui, o termo comunidade já oferece um desafio relativamente grande para delimitação e uso conceitual. A variedade de compreensão sobre a exatidão destes termos, não só para a vida cotidiana e acadêmica, mas em especial para as pessoas envolvidas imediatamente com estas iniciativas, expõe a necessidade de averiguação sobre a condição de grupo ou de movimento social, que pode ser colocado em uso como representação simbólica, conscientemente ou não. Aqui registamos que comunidade, ao nosso juízo, permanecerá como um conceito cujo uso seguirá oferecendo análises, construções e percepções transversais e integradoras para muitos campos das ciências sociais.

³¹ Dado a abrangência do nosso escopo, e na intenção de não exceder em conceitos, usaremos a definição do verbete “movimento social” do dicionário de Sociologia: “Um movimento social é um esforço coletivo contínuo e organizado que se concentra em algum aspecto de mudança social.” (Johnson, 1997, p. 281)

Em contraste com a busca pela precisão descritiva e suas nuances conceituais, diversos autores utilizam, tanto para as ecoaldeias como para a permacultura, a designação de movimento social. Entendemos que estes autores procuram mais a criação de uma uniformidade conceitual para uso como operador de análise do que a precisão normativa, como se verá adiante.

A GEN, por sua vez, busca a sedimentação do conceito, através de definições que se mantêm em evolução. Além disso, a projeção e abrangência pretensamente global da GEN, amplifica e busca uma certa consolidação conceitual: “Embora você não encontre o termo “ecovillage” na maioria dos dicionários, a Rede Global de Ecovilas (GEN) com suas divisões regionais foi criada em 1995 e, com isso, *o movimento passou de local para global.*” (Litfin, 2014, p. 8.38)³², grifo e tradução nossos.

Entendemos que a caracterização das ecoaldeias como movimento social (ou parte de um movimento social) deve ser considerado, como por exemplo está apresentado em razoável nível de profundidade em “O conceito de movimento social em debate dos anos 60 até à atualidade” (Nunes, 2014). A busca por esta definição é desenvolvida por Nunes numa linha histórica dos movimentos sociais tal qual considerados a partir dos movimentos operários e de contestação da ordem social, o que incluiria, a partir de Touraine, três fatores: “Só podemos considerar a existência de um movimento social mediante a articulação de três princípios: a definição do ator (princípio da identidade—I); a identificação do adversário social (princípio da oposição — O) e a referência a temas culturais comuns (princípio da totalidade — T).” (ibid. p. 135).

Esta linha de investigação não parece ser contestada por Nunes, mas expandida em nuances e interpretações posteriores à definição de Touraine. Entretanto, conforme demonstrado por Nunes, a centralidade do conceito de movimento social para a construção de identidades partilhadas e a continuidade dos movimentos sociais oferece uma conexão para os fatores motivadores dentro destes movimentos, seja por dinâmicas de protesto ou por outras oportunidades de mobilização, que possam ser relevantes dentro dos processos de formação e manutenção das ecoaldeias.

Por sua vez, permacultura, talvez por representar um conjunto de processos e tecnologias mais próximo de uma objetivação material, é também apresentado como movimento social, como descrito e referenciado por Oliveira e Penha-Lopes:

³² “Though you won’t find the term “ecovillage” in most dictionaries, the Global Ecovillage Network (GEN) with its regional divisions was established in 1995, and with that, the movement went from local to global”

estratégias de design de sistemas e ferramentas que visam uma transformação em direção a meios de subsistência mais regenerativos, o Movimento da Permacultura (McManus, 2010; Brawner, 2015; Ferguson e Lovell, 2015), mais especificamente a sua caracterização no contexto das paisagens rurais de abandono e sua recente, lentamente crescente, reativação (Pinto-Correia, Almeida e Gonzalez, 2017). " (H. Oliveira & Penha-Lopes, 2020, p. 32)³³ tradução nossa

E por sua relevância dentro do nosso campo de estudo, a busca por pertencimento que pode ser representado pelas ecoaldeias, neste estudo recente, Oliveira e Penha-Lopes complementam esta sua visão de movimento social:

Segundo Sobral (2014), um *novo movimento de volta à terra* que procura desenvolver novas formas de habitat Humano com valores e estilos de vida *desejosos de recriar comunidade* em contacto com a Natureza e consumo responsável visando um futuro sustentável, está a emergir nas paisagens rurais portuguesas, o que ele chama de assentamentos Neo-rurais. *A Permacultura tem sido usada por vários desses gestores de terras neo-rurais como ferramenta de projeto para suas terras e meios de subsistência baseados na terra.*" (H. Oliveira & Penha-Lopes, 2020, p. 34)³⁴, tradução e grifos nossos, todos associados, de uma forma ou outra, à noção de movimento social.

Lockyer e Veteto (2012) tratam indubitavelmente as ecoaldeias como movimento, acrescentando valores qualificativos, que compõe com mesma consistência os valores apresentados pelos demais autores: "O movimento das ecovilas representa uma tentativa de ir além da visão de mundo ocidental amplamente disseminada, que não apenas separa a natureza da cultura, mas implicitamente sustenta que os humanos podem controlar a natureza e continuar a usá-la para atender às suas necessidades e desejos crescentes sem consequências. [...] O movimento das ecovilas está principalmente centrado nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, mas espalhou-se por setenta e dois países ao redor do mundo." (Lockyer & Veteto, 2012, p. 92)³⁵, tradução e grifos nossos. Também, e dentro de uma leitura crítica desse texto, consideramos possível uma digressão de vários termos para investigações futuras cruzadas, de

³³ "system's design strategies and tools aims for a transformation towards more regenerative livelihoods, the Permaculture Movement (McManus, 2010; Brawner, 2015; Ferguson and Lovell, 2015), more specifically their characterization within the context of Portugal's rural landscapes of abandonment and recent, slowly increasing, reactivation (Pinto-Correia, Almeida and Gonzalez, 2017)."

³⁴ "According to Sobral (2014), a new back-to-the-land movement looking to develop new forms of Human habitat with values and lifestyles wishing to recreate community in contact with Nature and responsible consumption aiming for sustainable futures, is emerging within the Portuguese rural landscapes, what he calls Neo-rural settlements. Permaculture has been used by several of this neo-rural land managers to design their lands and land-based livelihoods"

³⁵ "The ecovillage movement represents an attempt to move beyond the widespread Western worldview that not only separates nature from culture but implicitly holds that humans can control nature and continue to use it to meet their growing needs and desires without consequence. [...] The ecovillage movement is largely centered in the United States and western Europe, but it has spread to seventy-two countries around the world"

aspecto qualitativo: o controle da natureza, necessidades de crescimento, a visão eurocêntrica e sua disseminação, e a própria separação natureza / cultura.

Assim verificamos que o uso do qualificador movimento social para apresentação e análise das ecoaldeias é frequente na literatura revisada (Dias et al., 2017; Fotopoulos, 2006; Kunze & Avelino, 2015b; Meijering, 2012).

A conclusão de Nunes conecta a própria definição de movimento social e seus qualificativos, com critérios de intencionalidade e busca identitária, características que queremos explorar nas ecoaldeias:

‘A tendência de algumas linhas de pensamento é a de examinar as dinâmicas internas de funcionamento e organização dos grupos de protesto e/ou procurar explicar as “microfundamentações da ação social e política’ (Jasper, 2012), apropriando-se muitas vezes de contributos já existentes, mas não muito explorados, e não tanto a de propor novos conceitos para abordar as realidades atuais das formas de protesto. Estas têm sido qualificadas cada vez mais como *redes fluidas, horizontais e descentralizadas onde a defesa da subjetividade identitária é muito importante para o envolvimento dos indivíduos*. São estas particularidades que hipoteticamente poderão tornar menos necessária e difícil de estabelecer a unidade empírica a que nos habituámos ser essencial na definição de *movimento social*. (Nunes, 2014, p. 145), grifos nossos.

Dessa forma, "Ocorre que, considerando as comunidades tradicionais explicitamente, o *movimento de ecovilas* se apresenta ainda mais heterogêneo e difícil de delimitar." (Dias et al., 2017, p. 83), grifo nosso. Rojas (2013) apresenta distinções entre protestos sociais, mobilização, movimentos sociais e movimentos antissistêmicos, que nos possibilita considerar as ecoaldeias como movimento social: “movimento social, que é algo mais permanente, organizado, que trabalha de maneira constante e planejada, e que delinea explicitamente objetivos não somente imediatos, mas também de médio e, até mesmo, de longo prazo” (Rojas, 2013, p. 7). A qualificação antissistêmica ainda será averiguada neste estudo, posto “que possam existir movimentos, em alguma fase de seu desenvolvimento ou maturação, que combinem ao mesmo tempo certos gestos e posturas antissistêmicas, com outras mais limitadas e intrassistêmicas.” (ibid. p.6).

1.2.10 Uma síntese das dimensões sociais

Como vimos, o conceito ecoaldeia/ecovila contém e busca integrar os seguintes valores:

- atenção ecológica com o planeta ao nível local e global, com respeito à diversidade biológica e social, e proposta de redução de toda poluição possível.
- intencionalidade social e geográfica, com consequências sobre a relação individual com o locus físico e geográfico, e também nas relações sociais, na forma de afeto positivo.
- desejo de permanência histórico-temporal, o que implica construção e manutenção de laços sociais que importam compromissos de longa duração.
- abordagem holística das condições de existência, integradora de dimensões múltiplas, usualmente representado pela inclusão do aspecto da espiritualidade, mas não necessariamente ligado a religiosidade.

A seguir queremos acrescentar destaque sobre algumas das “dimensões sociais” (na aceção da GEN), que julgamos merecedores de aprofundamento, neste ou em estudo posterior.

A propriedade coletiva da terra representa um valor básico como alicerce de pertencimento comunitário em autores como (Christian, 2003; Lubochinski, 2017; Meijering, 2012). Roysen descreve uma comunidade organizada em forma de loteamento, após tentativas descritas de posse coletiva (Roysen, 2013). Não se identificou, entretanto, outros estudos ou desdobramentos sobre esta questão específica publicados como artigo, ou sobre os impactos desta condição sobre as comunidades estudadas ou em suas relações sociais de forma geral.

Meijering, estudando as práticas em três comunidades intencionais na Europa, descreve que discussões ideológicas nas comunidades não são evitadas. O fato de assinalar que não verifica discussão sobre a posse da terra por se considerar um critério social fundamental nestas comunidades, caracteriza importante realce naquele universo estudado: “Dentro das comunidades, discussões abertas sobre suas ideologias de união não foram evitadas. No entanto, alguns valores básicos, como a propriedade comum da terra, nunca foram discutidos porque formavam os fundamentos das comunidades.” (Meijering, 2012, p. 39)³⁶ e “Uma característica das três comunidades é que nenhum lote individual de terra é propriedade privada, embora os membros tenham apartamentos ou casas privadas.” (ibid, p. 37)³⁷, tradução minha. A amostragem é numericamente pequena, porém a discussão abre perspectiva de estudo sobre esta condição de forma mais abrangente.

³⁶ “Within the communities, open discussions about their uniting ideologies were not shunned. However, some basic values, such as the common ownership of land, were never discussed because they formed the fundamentals of the communities”

³⁷ “A characteristic of all three communities is that no individual plot of land is privately owned, although the members have private apartments or houses.”

Kasper realiza levantamento em oito ecoaldeias nos Estados Unidos da América, com média de 35 residentes, e propõe uma abordagem de “ética da terra” (*land ethic*) com base em Aldo Leopoldo: “simplesmente amplia os limites da comunidade para incluir solos, águas, plantas e animais, ou coletivamente: a terra” (Leopold 1949, 204) Essa ética exige que as formas atuais de ver a terra, exclusivamente através das lentes dos interesses econômicos, sejam transformadas” (Kasper, 2008, p. 13)³⁸ tradução minha. De forma original e arrojada, partindo do olhar dentro da cultura histórica estadunidense de propriedade, avalia a mudança de paradigma necessária para a sustentabilidade, e como o movimento das ecoaldeias se insere neste contexto.

Uma mudança genuína de paradigma [...] deve vir de mais do que palavras. Sugiro que [o modelo] ecovila é um exemplo poderoso de mudança de paradigma em processo. O modelo das ecovilas sugere que a possibilidade de uma sociedade sustentável depende não apenas do que fazemos, mas de como pensamos e da compreensão de que estes se influenciam mutuamente. Conceitos sem aplicações práticas são impotentes, e ações não baseadas em sistemas de crença são vulneráveis a influências em competição. O paradigma das ecovilas não é apenas diferente da visão dominante do mundo ocidental, é uma compreensão do mundo que é conscientemente articulada e incorporada nas práticas, relações e no próprio ambiente físico das ecovilas. (Kasper, 2008, p. 23)³⁹, tradução nossa.

Garden, em um estudo sobre porque as pessoas deixam iniciativas como ecoaldeias, indica que a gestão do solo ainda é uma questão que pode ser melhor estudada, pois registra que os conflitos mais significativos se relacionam com a terra: “Muitos dos conflitos em ecovilas surgem de disputas sobre o manejo de terras comuns” (Garden, 2006)⁴⁰ tradução minha.

Estes valores mostrados aqui como representado pelas ecovilas, novamente tangendo considerações de buscas (possivelmente utópicas), aparecem desde a década de 1970 em obras ficcionais como bolo-bolo (P.M., 1985) e Ecotopia (Callenbach, 2004), cujos desdobramentos se notam inclusive na criação do conceito *Ecotopianism* (Pepper, 2007; Pires, 2017). Neste aspecto, Metcalf reafirma sua visão de que, com relação ao movimento das ecoaldeias, não são

³⁸ “simply enlarges the boundaries of community to include soils, waters, plants, and animals, or collectively: the land. [...] This ethic requires that current ways of viewing the land, solely through the lens of economic interests, are transformed”

³⁹ “A genuine paradigm shift [...] must come from more than words. I submit that the ecovillage [model] is a powerful example of paradigm shift in process. The ecovillage model suggests that the possibility of a sustainable society depends not only on what we do, but on how we think, and the understanding that these mutually influence one another. Concepts without practical applications are impotent, and actions not grounded in systems of belief are vulnerable to competing influences. The ecovillage paradigm is not only different from the dominant western world view, it is an understanding of the world that is consciously articulated and embodied in ecovillage practices, relations, and the physical setting itself”

⁴⁰ “Most of the conflict in eco-villages arises from disputes over managing common land”

utopias, mas sim uma forma de busca utópica por uma sociedade que, se não perfeita, busca ao menos um mundo sustentável, muito melhor para se viver (Metcalf, 2012, p. 110).

2 Metodologia & Considerações Metodológicas

2.1.1 A ideia que suporta a pesquisa

A revisão de literatura sugere fortemente que as ecoaldeias querem ser exemplos de possibilidades, além de indicar alternativas práticas para enfrentar os dilemas sociais contemporâneos. Essa perspectiva se apoia na condição da intencionalidade que estas comunidades carregam consigo, desde o nome do movimento até - e principalmente - pelo caráter que cada indivíduo traz em se reconhecer como agente de mudanças.

Elucidar essa perspectiva, a partir do ponto de vista de *dentro de uma opção deliberada* (ou seja, pelo próprio agente que realiza sua opção conscientemente), configura, de forma ampla, o objetivo geral de nosso estudo. Esse objetivo demanda que os agentes se confrontem com suas próprias histórias de vida, e se coloquem reflexivamente a respeito dos valores que o conduziram na deliberação de se moverem para sua ecoaldeia respetiva.

A investigação teve seu foco na percepção que estes agentes desenvolveram sobre condições que os levaram a esta deliberação, e seu posterior enquadramento em valores que, teoricamente se relacionam com as condições de vida da metrópole, as condições de vida em comunidades tradicionais, e (ou melhor, ou) em anseios pela criação de novas formas de convivência, de pertencimento social com novo enfoque, enfim, na criação de condições inovadoras que possam caracterizar alternativas factíveis para as condições sociais indesejadas da metrópole, que estiveram presentes na origem de suas deliberações.

Em conformidade com nosso eixo conceitual situado na evolução temporal de *comunidade*, buscamos elucidar se estes valores estão mais marcadamente orientados para as condições tradicionais (segurança, pertencimento) ou para desenvolvimento de novas formas de relação (experimentação, autonomia sem desconexão).

Nosso estudo tem como objetivo geral identificar a direção do olhar contido em agentes do movimento das ecoaldeias (ou seja, dirigido ao passado versus ao futuro), e como objetivos específicos aprofundar a percepção sobre o dilema segurança versus liberdade e o peso representado pelo desejo de fuga de condições sociais indesejadas percebidas na metrópole.

2.2 Modelo analítico

Nossa pesquisa partiu com o desejo de colher evidências sobre a visão de mundo perceptíveis nas comunidades intencionais que se autodenominam ecoaldeias. Para lá se moveram pessoas de forma deliberada: por definição a intencionalidade desta escolha.

Busca-se propor e aprofundar sobre reflexões individuais de residentes em ecoaldeias, no que diz respeito aos valores subjacentes que influenciaram e suportaram a deliberação de se integrar em uma comunidade, bem como as observações e considerações sobre as condições atuais decorrentes na vida destes residentes. Os valores aos quais nos referimos acham ordenamento pela própria sequência cronológica da evolução conceitual apresentada nos capítulos precedentes. A seguir iremos explorar a estrutura axial - temporal que suporta este modelo.

Em Tönnies a transição da *Gemeinschaft* para *Gesellschaft* afeta as relações sociais e as modifica radicalmente, transformando profundamente os laços sociais. Logo a seguir Durkheim desenvolve o conceito de anomia e os riscos de desagregação social. Os acontecimentos e desenvolvimentos posteriores na sociedade não representam alteração substantiva na direção destas transformações. Simmel os explora, aprofunda sua compreensão e explicita o senso de inutilidade a que o indivíduo da metrópole está exposto.

Em convergência, Christakis sumariza: “*Gemeinschaft* refere-se a interações pessoais e seus respectivos papéis, valores e crenças, que correspondem grosso modo à noção de uma comunidade de interações pessoais diárias. Mas os laços sociais também podem envolver interações mais indiretas, papéis impessoais e as normas e leis formais sobre essas conexões. Essas interações com uma sociedade mais ampla e impessoal são conhecidas como *Gesellschaft*.” (Christakis, 2019, p. 73s)⁴¹ tradução minha.

Neste cenário as ecoaldeias são consideradas agrupamentos humanos intencionais em busca de uma nova organização, enquanto núcleos de convivência e experimentação social, cada qual em sua área geográfica definida. Via de regra seus moradores se originam de núcleos urbanos de grande concentração, doravante denominado sempre como metrópole (consolidando o ponto conceitual de *Gesellschaft* dentro do nosso estudo).

⁴¹ “*Gemeinschaft* refers to personal interactions and their accompanying roles, values, and beliefs, which roughly correspond to the notion of a face-to-face community. But social ties can also involve more indirect interactions, impersonal roles, and the formal norms and laws about such connections. These interactions with a broader and impersonal society are known as *Gesellschaft*”

A hipótese de resgate de uma sensação de pertencimento aparece em Maffesoli, na busca das pessoas por identidade grupal e por uma sensação e condição de pertencimento, passando conseqüentemente pela elaboração e reconstrução de laços sociais, com valores, interesses e símbolos comuns partilhados e defendidos, dentro de um quadro de relações sociais que pressupõe fluidez e continuidade. Bauman explicita o vazio de sentido que a metrópole produz no indivíduo da sociedade contemporânea, e coloca atributos como a segurança e os compromissos estáveis (de longo prazo) como fatores de diferenciação entre um mundo buscado (comunidade desejada) e a realidade das metrópoles que os nega. A centralidade dos laços sociais, de proximidade, intimidade e confiança da comunidade em Bauman leva ao dilema segurança versus liberdade, que aparenta não poder ser equacionado na vida da sociedade contemporânea.

Bauman publica sua obra *Comunidade* (2001) apenas seis anos após o surgimento da rede global de apoio à criação de ecoaldeias (GEN), em 1995. E Maffesoli havia publicado seu livro sobre neo tribalismo em 1988, ou seja, apenas sete anos antes. Aqui surge uma condição temporal de quase simultaneidade, que nos possibilita sequenciar os atuais conceitos de ecoaldeia e seus usos com os conceitos explorados anteriormente. Esta continuidade conceitual é materializada como uma forma de tentativa de escape às condições sociais indesejadas identificadas com a vida na metrópole.

Portanto, até aqui explicitou-se o que se configura como uma reação das pessoas às características sociais negativas presentes nas metrópoles, especificamente relacionados ao esgarçamento dos laços de proximidade afetiva e de confiança, além das questões ambientais, que seguem como pano de fundo de referência da contemporaneidade. Entretanto os valores presentes em nosso referencial teórico – especialmente os contidos na produção mais recente relacionada às ecoaldeias e à permacultura - também indicam uma busca ativa por transformações sociais, por agentes dotados de intenção consciente, e que encontram nas ecoaldeias alternativas com alguma estrutura de suporte, e cuja disseminação conceitual encontra-se razoavelmente compreensível.

Se as comunidades intencionais já existiam anteriormente, a partir de 1995 as ecoaldeias serão referenciadas com uma estruturação conceitual renovada oferecida pela GEN. Impulsionadas pelos crescentes riscos climáticos de grande divulgação e por outras condições sociais além daquelas listadas acima, as ecoaldeias atraem pessoas de diferentes origens e histórias de vida. Parte deste processo de escolha é abordado em estudo recente (Clark, 2017), apresentado em sua

dissertação de mestrado em Ciências Sociais, Métodos de Investigação, e se apoia na narrativa de pessoas sobre a motivação declarada que os levou às ecoaldeias.

O diálogo entre as referências teóricas mais recentes (que tratam sobre as ecoaldeias contemporâneas), e os autores 'clássicos' - por assim dizer - presentes em nosso referencial (Tönnies, Durkheim, Simmel, Maffesoli, Bauman) oferece uma valiosa lacuna a explorar, que se corporifica no contaste a seguir.

Existe uma perda continuada de valores tido como positivos desde a *Gemeinschaft*, cujo resgate pode ser uma postura de retorno à condição anterior, como forma de orientação e conduta. Entretanto a busca pelo novo, pelo que poderá significar uma redenção social no uso de recursos, geração de lixo, etc, abriga uma quase ambiguidade com aqueles valores.

A condição se catalisa em nossa pergunta de partida: os indivíduos e grupos seguirão na firme busca e construção pelo que ainda não existe? Ou desejam retornar aos valores (e portanto às relações sociais típicas) que nos davam a segurança e o conforto da *Gemeinschaft*?

O eixo conceitual que elaboramos tem sua representação num continuum: em uma das extremidades temos a orientação aos valores tradicionais, perdidos e desejados a restabelecer; e na outra extremidade, temos a energia disponibilizada para a construção do que não existe, o que quer nascer e ainda não nasceu.

Nosso caminho de investigação quer aprofundar esses aspetos, dentro das histórias de vida de pessoas que vivenciaram a escolha intencional e deliberaram morar nessas comunidades. A possibilidade de construir algo realmente novo para enfrentar os desafios sociais contemporâneos (da sustentabilidade, do esgarçamento das relações sociais, perda da sensação de pertencimento, etc) pode mesclar-se de variadas maneiras com a busca por condições materiais e relações sociais que representam, simultaneamente, os valores tradicionais elencados por Bauman: afetividade, segurança, o aconchego e o conforto da comunidade.

2.2.1 Modelo analítico, esquemático

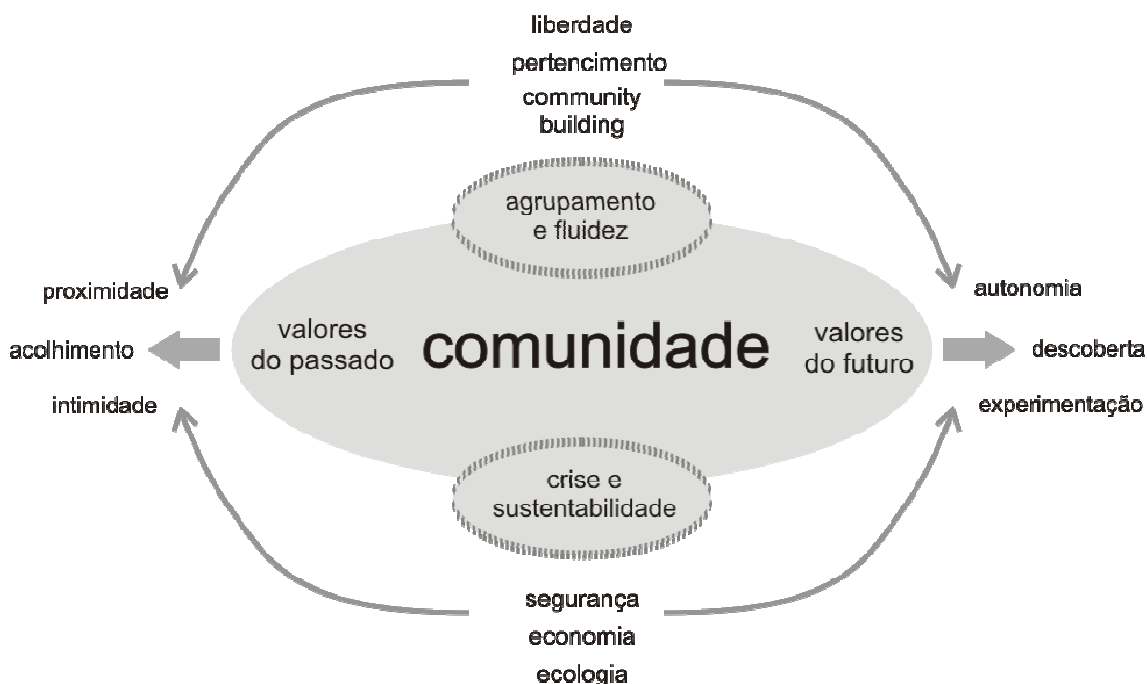


Figura única: Modelo teórico analítico, esquemático

Dentro deste esquema analítico, a estrutura básica localiza-se mesmo no contraste entre a busca pelos valores do passado *versus* a busca pelos valores do futuro.

Em uma vertente hipotética, as consciências deliberativas individuais (numa atitude que deve comportar aspetos da reflexividade na modernidade contemporânea) buscariam uma postura de “retorno aos valores do passado”, o anseio por segurança, intimidade, valores familiares. Os valores do passado aqui estão suportados pelos atributos e pela construção epistemológica da comunidade como *Gemeinschaft*.

Na outra vertente, a busca por uma nova proposta de organização social, capaz de oferecer respostas inovadoras e saídas para as múltiplas crises em curso. Estão representadas, por exemplo na construção deliberada e intencional de futuro, com valores apoiados na ecologia e sustentabilidade ambiental, experiências e atitudes ligadas a economia solidarizada, integração ao todo maior da sociedade e do planeta de forma autônoma. Nesta construção do que ainda não existe, nos referenciamos na busca contemporânea por formas de convivência e na construção de relações sociais em comunidade que por definição deve se estender para além da *Gesellschaft* e dos problemas ali identificados como indesejados.

2.3 Método e Técnicas: considerações formais

Nosso modelo analítico utiliza a própria amplitude do conceito comunidade, termo que atualmente está fartamente em uso para designar também comunidades virtuais, nas redes eletrônicas, comunidades do Facebook, etc. Desta forma o conceito participa da ação e do estudo numa proposta reflexiva aos agentes (como por exemplo, na pergunta: “para você o que é comunidade?”), por conter considerações e critérios de estabilização e coesão iminentemente associados ao próprio objeto em estudo.

Por outro lado, nossa fonte primária de dados quer se apoiar na percepção individual dos moradores das comunidades acerca do tema em pesquisa, derivado de sua história de vida e da percepção dos valores presentes na comunidade em que se inserem, em contraste com sua experiência pregressa de vida na metrópole, com possíveis expectativas sobre a realidade das ecoaldeias trazidas desde aquele tempo em suas histórias pessoais, atualizadas com a percepção comparativa entre a própria existência social pregressa e a atual.

Pela sensibilidade dos temas e pela demanda de flexibilidade na condução dos assuntos que compõem nosso estudo, decidimos pelo que Lakatos e Marconi (2010) chamam de “observação direta intensiva”, com intuito de formar um painel sobre nosso objeto de estudo, em seu quadro mais amplo. Através da interação direta com participantes das comunidades buscamos a percepção de detalhes e das intersubjetividades que são o tema de reflexão por excelência oferecido durante nossa interação de campo.

A construção teórica que nos guiou permitiu a elaboração de hipóteses básicas, orientada pelo método hipotético dedutivo: a busca pelos valores do passado *versus* os anseios pela criação de novas relações. O estudo foi construído formalmente com este propósito. A realização do estudo e as decorrências advindas, entretanto, colocaram em evidência componentes dialéticos fundamentais dentro das interações, sejam as interações humanas diretas (as entrevistas e suas propostas reflexivas aos agentes), seja nas considerações teóricas dali derivadas. Lakatos e Marconi (2010) descrevem o método dialético como a penetração do mundo através de uma ação recíproca e nas contradições inerentes aos fenômenos que ocorrem na sociedade. Se nossa escolha de partida não se apoiava inicialmente em um método puramente dialético, as experiências das entrevistas piloto nos mostrou a necessidade de um novo equilíbrio metodológico para acomodar as contradições que se mostraram, sem perda do foco, mas oferecendo espaço para que os aspectos contraditórios pudessem emergir sem reservas.

2.3.1 Realinhamento das ferramentas e técnicas

Considerando-se todo o quadro de possibilidades e restrições do período de realização da pesquisa, a ferramenta de entrevista semi-estruturada foi nossa opção, ainda que a condição presencial estivesse limitada, pelo que foi necessário a aplicação de entrevistas através de vídeo conferência.

Notamos que, no que se refere à formação de conteúdo, a ferramenta selecionada encontra-se numa área metodológica de sobreposição com as narrativas de história de vida. Nossa investigação propõe uma luz retrospectiva a partir das entrevistas para que os entrevistados construam uma visão comparativa com a situação de vida em estágio anterior (a vida na metrópole), que possibilita ao entrevistado, segundo Sampieri et al. (2013) que “se estenda sobre os significados, as vivências, os sentimentos e as emoções que percebeu e viveu em cada experiência; também que ele faça uma análise pessoal sobre as consequências, as sequelas, os efeitos ou as situações que surgiram após essas experiências.” (Sampieri et al., 2013, p. 444)

Ressaltando-se ainda as restrições de mobilidade do período em que o estudo de campo foi realizado (primeiro semestre de 2021, marcado pelas restrições da pandemia de covid-19), e as ferramentas disponíveis neste período, a entrevista – ainda que através de dispositivos eletrônicos, colocou-se assim como a concretização de um momento de interação direta que permite coletar “informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados” (Quivy & Van Campenhoudt, 1992).

As alterações de vida e uso intensivo e disseminado das ferramentas de comunicação em consequência da covid-19 permitiu o agendamento e encontro para realização das entrevistas através de videoconferência, essencialmente pelo aplicativo Zoom.

Em que pese que os matizes disponíveis para percepção e registo sejam diferentes ao se considerar comparativamente a técnica de entrevista presencial com entrevista por computador, o uso destas ferramentas possibilitou a manutenção de atenção e convergência durante as entrevistas, bem como registo suficiente e facilitado em suporte digital.

Consideramos que as interações foram satisfatórias no âmbito tecnológico, mesmo que em algumas entrevistas tenha ocorrido breves trechos cuja compreensão completa foi prejudicada (interrupções, algumas falas entrecortadas, ou “picotadas” – que registamos entre chaves [exemplo] nas falas, recompostos contextualmente através da imediata transcrição das entrevistas), sempre foi possível retornar ao tema / assunto para esclarecimentos pontuais, bem

como as transcrições se mostraram suficientes e adequadas para o propósito (Gibbs, 2009), mesmo na maioria dos trechos onde registo técnico poderia ser mais perfeito.

No âmbito da interação em si, observamos que o processo da entrevista pelo computador oferece condições de controle de foco preciso, de fala menos interrompida (por cuidados explícitos com as limitações técnicas), e de controle de tempo bastante concreto. Como contrapartida consideramos que o aprofundamento em questões emergentes fica bem menos intuitivo e que as leituras de posturas corporais e expressões faciais limita sutilezas possíveis em comparação com entrevista presencial. Em resumo, nossa avaliação a respeito da realização das entrevistas exclusivamente por vídeo conferência é de que ganhamos objetividade e perdemos sutilezas; ganhamos estrutura e perdemos profundidade.

Para a análise qualitativa das entrevistas, seguindo a abordagem descrita em Gibbs (2009), foi utilizada a técnica de codificação temática de forma simplificada sobre a transcrição integral das respostas. Os temas foram reunidos e agrupados em categorias em consonância com o modelo analítico proposto e com a lógica interna das respostas, em sua relação com aqueles. Não foi utilizado software específico para análise qualitativa, sendo realizado processamento manual.

Como complemento deste registo, a grande maioria dos entrevistados, respondendo nossa questão de fechamento sobre como se sentiu durante o processo, declarou espontaneamente que a entrevista foi um momento para reflexão importante sobre as questões abordadas, havendo diversas ocasiões onde os respondentes afirmaram, também de forma espontânea, nunca terem se debruçado sobre algum(ns) do(s) aspeto(s) presentes na entrevista, e que os julgavam muito importantes como fator de reflexão.

2.4 Amostragem

Este estudo foi originalmente desenhado para a ser realizado com as ecoaldeias em território português. Entretanto o índice de respostas ao nosso pedido de entrevista por computador nestas comunidades foi muito baixo, de forma que o estudo foi redefinido e redirecionado para se debruçar sobre comunidades em território brasileiro.

Nós trazíamos uma vivência pregressa e uma percepção empírica sobre as ecoaldeias no Brasil, lá denominadas ecovilas. Já tendo contato prévio com um número de iniciativas cadastradas na GEN em sua seção CASA (América Central e América do Sul), que contém as iniciativas registadas que se localizam território brasileiro, a amostragem inicial foi retirada a partir desta base de dados, que inclui o nome das iniciativas, lista de contatos e uma breve descrição da

iniciativa realizada por quem fez o cadastro na rede, além do número de pessoas envolvidas em cada projeto.

Para a preparação da amostragem procedeu-se um acesso à base de dados da GEN, primeiramente para as localizadas em território português, e posteriormente as em território brasileiro, lembrando que estão em base dados regionalizados (GEN Europe e Red Ibérica de Ecoaldeas para o território português e GEN/CASA Central America, South America para as em território brasileiro). Este levantamento foi realizado em duas fases: janeiro de 2021 para as localizadas no território português, e na primeira quinzena de maio de 2021 para as em território brasileiro.

Em Portugal foram abordadas dezoito comunidades e realizadas duas entrevistas. Essas entrevistas foram conduzidas como “entrevistas piloto” a fim de auxiliar na estruturação do processo de entrevistas, testar como a temática seria recebida, captar temas correlatos e, por fim, auxiliar na formulação do roteiro definitivo de entrevistas (Sampieri et al., 2013).

Ambas as entrevistas piloto foram realizadas com pessoas cujo idioma natal não era o português. Este fato apresentou dificuldades não antecipadas, no que se refere à fluidez da entrevista e, principalmente, à conveniência e precisão da transcrição posterior. As entrevistas piloto cumpriram adequadamente seus objetivos enquanto entrevista piloto, porém foram descartadas como geradoras de elementos factuais para análise.

2.4.1 Tamanho: um fator de destaque relativo

Christakis (2019), num levantamento objetivando definir traços comuns em comunidades historicamente documentadas, sobre dados históricos oriundos de registros de naufrágios e suas decorrências, estabelece como critério para suas análises de comunidades não intencionais um agrupamento de pelo menos 19 pessoas, que tenham ficado na condição de convivência diária por pelo menos dois meses⁴² Já em seu capítulo destinado às comunidades intencionais, onde descreve com razoável detalhe experiências como Brook Farm, The Shakers, os kibbutzim, e Walden Two Communities, não se encontra indicado formalmente o recorte relativo à quantidade de pessoas em convivência. Este capítulo ainda expõe as comunidades urbanas dos

⁴² “For an informative social experiment, we need a group of at least nineteen survivors who set up camp for at least two months” (Christakis, 2019, p. 45)

anos 1960⁴³ e a comunidade formada na base de experimentação científica na Antártica: nestas podemos depreender que são comunidades com tamanho entre cinco e sessenta e sete pessoas.

Roysen e Mertens escolhem em seu recorte metodológico para definição de ecovila assentamentos humanos em que seus moradores trabalham para: 01) promover sustentabilidade; 2) criar senso de comunidade; 3) incentivar o desenvolvimento pessoal como parte do processo e, grifo nosso: “04) *possuem, ao menos, seis moradores, sendo de, pelo menos, três núcleos familiares distintos.*” (Roysen & Mertens, 2017, p. 103), grifo nosso.

Julgamos necessário aprofundamento posterior sobre este aspeto, não deixando de registrar nossa visão de que a diversidade das relações sociais deve ser um fator predominante para estudos desta natureza. Em nosso estudo buscamos comunidades que tivessem pelo menos três diferentes núcleos familiares e que a pessoa respondente estivesse a residir por pelo menos seis meses.

2.5 Entrevistas piloto

A partir das entrevistas piloto, evidenciaram-se duas questões relevantes:

1. formalmente apresentou-se a necessidade de correção de foco em várias perguntas, a fim de restringir divagações e contemporizações, que durante as entrevistas piloto foram muitas. Apesar destas divagações quase sempre terem sido profícuas no que se refere ao conteúdo, a maior parte não se encaixaria no escopo preciso que o estudo exigia e no tempo disponível para sua realização integral;
2. apoiado pelas próprias respostas recebidas, identificamos um importante tema emergente, que identificamos como “aspeto antissistema”, termo também surgido durante essas entrevistas.

Seguindo a descrição de Sampieri et al. (2013) um tema emergente representa enunciações caracterizadas por visões de distanciamento das formulações e regulamentações burocráticas, de cunho governamental ou mercadológico (Sampieri et al., 2013). Isso nos favorece posicionar a questão no centro do nosso debate. Assim, reunimos este conceito como um sub tema nomeado como visão antissistema.

Sem apresentar um distanciamento dos conceitos que já havíamos desenvolvido, redefinimos algumas perguntas para que o enfoque perceptivo pelos respondentes pudesse incluir e suportar visões com esta perspectiva de uma maneira estruturada, ou seja, a autopercepção de um status

⁴³ “Urban Communes in the 1960s”

antissistema por parte dos respondentes, sem propor debates expositivos de suas possíveis significações ou mesmo definições acadêmicas.

Rojas (2013) faz uma ampla revisão de “movimento antissistema”, desde a origem da expressão com Wallerstein na década de 1970, e revisita conceitos de movimento social e as estruturas e condições às quais os movimentos antissistema estariam se opondo, descreve que a

criatividade popular igualmente se multiplica sob mil formas, descobrindo e inventando a todo tempo maneiras de burlar essas facetas distintas do poder, de procurar espaços de afirmação de sua própria liberdade, de escapar às normas e controles impostos pelo poder dominante, e também, em outras circunstâncias, [...] esse poder que se afirma por meio da riqueza, hierarquia social, ou do Estado (sob as formas de uma suposta superioridade intelectual, social, étnica, de gênero, ou de status, entre outras)” (Rojas, 2013, p. 4).

As falas relativas ao tema que se fizeram presentes nas entrevistas se enquadram de forma geral nessa visão, e iremos aprofundar os conceitos paralelamente à análise da temática, na parte 3.33.3 abaixo.

Reiteramos, a título de rigor metodológico, que os ajustes do guião para inclusão desse tema na entrevista não incluíram uma tentativa de definição de sistema ou antissistema- mesmo que ampla -, deixando que o próprio respondente manifestasse sua visão e percepção, e as ações e situações que porventura poderiam se enquadrar nesta perspectiva.

O questionário utilizado como guião para as entrevistas encontra-se no Apêndice. O questionário foi deliberadamente simplificado após as entrevistas piloto para possibilitar o foco da entrevista e sua concomitante flexibilidade, respeito ao tema e a construção de significados característica da entrevista semi estruturada (Sampieri et al., 2013).

2.6 O conjunto de respondentes

Foi declarado de forma explícita, preliminarmente às entrevistas, nosso compromisso de confidencialidade com relação aos dados e nomes nas entrevistas, tanto pessoais quanto os referentes às comunidades onde se inserem (Gibbs, 2009, p. 30s). Desta forma todos os nomes apresentados neste relatório foram alterados visando impossibilitar identificação, bem como as referências geográficas contidas em suas respostas, que de alguma forma as relacionasse à região de origem dos respondentes, sendo em geral substituído pela expressão (metrópole), posto que sempre se referiam a alguma cidade de grande porte. Não foi perguntada a nacionalidade dos respondentes e nem dados relacionados à sua origem ou autodenominação de

pertencimento a classe social. Pela fluência e forma de falar, assumimos que todos os respondentes têm nacionalidade original e pertencimento cultural ao Brasil.

O posicionamento de gênero não foi perguntado e decidimos não atribuir gênero aos respondentes neste relatório, e assim buscamos definir os nomes fictícios onde o gênero não seja automaticamente atribuído dentro da língua portuguesa e dos costumes correntes em nomes sociais.

No que se refere às comunidades de pertencimento corrente dos respondentes, assumimos igualmente o compromisso de confidencialidade⁴⁴. Conseqüentemente decidimos por não apresentar os dados individualizados das comunidades, não atribuir nomes de fantasia, além de não indicar a origem específica dos respondentes, sempre que assim fosse possível. Ademais, com respeito ao rigor descritivo associado ao estrito compromisso de confidencialidade, não iremos indicar pertencimento dos respondentes a qualquer comunidade específica, por haver no conjunto dos respondentes indivíduos de uma mesma comunidade.

Das comunidades localizadas em território brasileiro foram contactadas doze comunidades pelo levantamento da listagem inicial. Desta fase apenas uma comunidade respondeu em tempo hábil, e efetivamente fez parte do estudo. A partir daí acionou-se a rede de contatos, na técnica de “bola de nove”, o que possibilitou a realização de um total de oito entrevistas. Os respondentes pertenciam a seis diferentes comunidades, de diversas regiões do país, localizadas dos estados da Bahia, Goiás, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Houve situação discrepante com relação à qualificação em duas comunidades, cujas condições foram apresentadas como:

- em uma delas foi descrito um esvaziamento recente e repentino, mencionado como consequência de fatores diversos, mas principalmente a covid19: até janeiro de 2021 havia cerca de vinte e cinco pessoas, porém no momento da entrevista estava somente um casal a residir na comunidade. Pelo histórico declarado nesta entrevista, bem como pelo seu conteúdo e consistência, esta entrevista foi integralmente considerada válida para os fins deste estudo com relação ao seu conteúdo, ao tempo de existência e à idade do respondente. O número de residentes correntes não foi computado para os valores apresentados.
- outro respondente foi apresentado como residindo em comunidade, entretanto o decorrer da entrevista mostrou tratar-se de uma “proto comunidade intencional” (comunidade em processo de formação), onde residiam outros três núcleos familiares, porém como pessoas remuneradas pela pessoa respondente, que era quem buscava organizar esta comunidade. Os

⁴⁴ Nossa experiência na revisão de literatura relativas às ecoaldeias localizadas em território português indicou que apenas uns poucos dados individualizados das comunidades (por exemplo ano de formação e número de moradores) já pode permitir a identificação definitiva sobre a comunidade específica dentro dos estudos publicados.

impactos da covid, segundo ela, foram relevantes no atrasado do projeto. Devido à situação não comunal de facto deste respondente, desconsideramos todos os aspetos relacionados à vida em comunidade e mantivemos apenas os aspetos relativos à percepção de valores relacionados à saída da metrópole e das deliberações afetas, posto este respondente haver vivenciado estas fases. O número de residentes correntes, o tempo de existência da comunidade e a idade do residente não foram computados para os valores apresentados neste estudo.

No que tange ao tempo de existência, as comunidades representadas no estudo tinham entre 3 e 15 anos de existência⁴⁵, sendo a média de 8 anos. No que diz respeito ao número corrente dos residentes, as comunidades dos respondentes tinham entre três e quinze núcleos familiares distintos, com número entre 14 e 50 residentes (adultos e crianças contabilizados sem distinção), sendo a média de 34 pessoas residindo⁴⁶ ao momento das entrevistas.

Os respondentes tinham idades entre 23 e 61 anos, sendo a média 43,5 anos de idade⁴⁷, e todos estavam ligados às suas comunidades há mais de 6 meses, sendo a média de tempo de residência de 4,5 anos.

2.7 O que não apareceu nas entrevistas

Para nossa surpresa dois temas esperados praticamente não foram mencionados nas entrevistas:

- a) economia solidarizada: compartilhamento de recursos, apoios e/ou dificuldades económico financeiro, restrições de recursos e afins;

O tema não foi trazido frontalmente para nossa entrevista, entretanto esperava-se que houvesse menção mais direta e repetida, inclusive pelas dificuldades adicionais que a covid-19 impôs sobre fatores económicos individuais e coletivos. Simmel destaca a predominância económico financeira: “A economia monetária e o domínio do intelecto estão intrinsecamente vinculados” (Simmel, 1973, p. 13). Apesar deste trecho de Simmel relacionar-se primariamente com as condições de vida na metrópole, as condições materiais de existência não desvinculam-se das experiências de vida. Pelo fato de praticamente não ter ocorrido menção espontânea sobre esses aspetos, pensamos que aqui aparece uma lacuna de investigação em estudo posterior que possa permitir conclusões mais aprofundadas.

- b) o pertencimento identitário dos respondentes especificamente aos grupos das comunidades em que se acham inseridos.

⁴⁵ média em anos do tempo de existência declarado pelos respondentes entre cinco comunidades, conforme exclusões indicadas acima.

⁴⁶ média do número de residentes declarado pelos respondentes entre quatro comunidades, conforme exclusões indicadas acima.

⁴⁷ média da idade declarada pelos entrevistados entre sete respondentes, conforme exclusões indicadas acima.

Sobre esse último aspeto houve fartas e variadas indicações de valores comuns partilhados, em praticamente todas as entrevistas. Porém estas indicações quase sempre se referiam de forma mais genérica aos valores aqui apontados como característicos do movimento das ecovilas como um todo; quase nunca ao seu grupo imediato caracterizado como uma comunidade com identidade própria, de alguma forma discernível do conceito e valores mais amplos de ecoaldeia como aqui apresentado. Como única exceção, este aspeto apareceu de forma destacável em apenas uma das entrevistas, e ainda assim de forma incidental⁴⁸.

A questão identitária dos indivíduos se fortalece como uma condição de pertencimento ao movimento das ecovilas enquanto forma de ser no mundo, reforçando seu caráter de movimento social (Nunes, 2014; Roysen & Mertens, 2016). Um exemplo desta visão e valores de identidade em espectro mais amplo pode ser vista na resposta de Noah, comentando as diferenças da vida na comunidade com a metrópole:

"Eu acho que é a transparência e o respeito com o outro, né, pessoalmente o respeito das relações... as relações são bem... as pessoas realmente passam por cima, não pensam no outro. [...] Porque não é só o que acontece aqui. Acontece. Mas também acontece em qualquer comunidade, das pessoas... eu acho que tem que ser mais sincera, mais transparentes... e realmente olhar o outro, com um olhar mais humano" (Noah)

Ou Euly:

"Porque um dos nossos princípios de convivência é a partilha dos saberes. Então aqui... claro que não é o tempo todo né, mas todo mundo tem uma atitude positiva no sentido de compartilhar o que sabe, de compartilhar o que aprendeu" (Euly)

São valores que podem ser identificados com as dimensões sociais das ecovilas, de respeito e integração das relações sociais como resposta às condições percebidas como desagregadoras da metrópole, mas não respondem por uma condição mais imediata da vida de uma ou de outra comunidade específica.

Aparece aqui uma interessante possibilidade de estudos sobre a condição identitária ao próprio movimento das ecoaldeias, que reciprocamente o consolida e dissemina. Uma pergunta potencial destaca-se: De que forma esta construção identitária mais ampla pode impactar na construção dos laços identitários mais imediatos em comunidades intencionais? Pensamos que,

⁴⁸ Em uma das entrevistas foi mencionando que uma comunidade em particular é vista como uma das mais organizadas dentro do movimento das ecoaldeias.

dentre uma miríade de hipóteses, o tempo de vivência dentro destes processos deve representar um fator preponderante nesta resposta, bem como a variação de laços sociais, representado também pelo já mencionado número de moradores de cada comunidade específica e de sua história particular.

Com uma abordagem relacionada às construções identitárias, a partir da discussão sobre as fronteiras reais e simbólicas das comunidades, Cohen (2001) permite relativizar estes aspetos, chamando a atenção para que “não devemos ser enganados por suas semelhanças aparentes, ao supor que sejam realmente semelhantes, e nem que estejam se tornando menos diferentes” (Cohen, 2001, p. 76)⁴⁹, tradução minha.

⁴⁹ “we should not be deceived by their apparent similarities into supposing that they are actually alike, nor even that they are becoming less different”

3 Análises das respostas

O modelo analítico propõe identificar a orientação aos valores incluídos nas enunciações dos entrevistados, a partir do eixo principal entre os valores do passado e a busca pelo novo. Os recortes apresentados a seguir buscam reconstruir onde estes valores se fazem presentes naquelas declarações, e especialmente onde aparecem com algum contraste entre um conjunto representado por intimidade, acolhimento, proximidade afetiva (genericamente alinhados com os valores do passado conforme delineados na *Gemeinschaft* de Tönnies e na comunidade buscada de Bauman), e outro representado por desejo de autonomia, descobertas e experimentação (genericamente alinhados com os valores da busca pelo novo, como valores que se estendem para além da *Gesellschaft* de Tönnies, passando pelo neotribalismo de Maffesoli, e apresentados nos descritivos intencionais das ecoaldeias na GEN e nos textos analisados, e que contém potencialmente as contradições que Bauman deixa entrever na explicitação dos seus dilemas).

A intencionalidade na busca pelo pertencimento e inserção em uma comunidade, conjugada com a identificação, pelos entrevistados, dos fatores correlatos em suas histórias de vida, teve papel relevante durante as entrevistas. É um tema que reflete tanto as respostas aos momentos de crise (fuga), como aos desejos de pertencimento (busca), articulando-se fundamentalmente com a liberdade de escolha dentro da visão particular de cada agente.

Sendo um tema de relativa dificuldade de introdução e demandante de alguma abstração subjetiva, revelou-se um exercício de recordação afetiva e de reflexão não antecipada por parte dos entrevistados. O provocativo desta reflexão, por sua condição de acesso imediato àquelas recordações e emoções sem preparação prévia, gerou por vezes discursos pouco lineares. Mas consequentemente genuínos e diretos. Por isto iniciaremos as análises a partir deste tema.

3.1 A intencionalidade na transformação do mundo

O que move uma pessoa para essa escolha de sair da metrópole e ir morar numa comunidade intencional? De forma geral, os comentários surgiram espontaneamente de forma bastante contrastada dentro do eixo conceitual estabelecido, entre a fuga de condições indesejadas vivenciadas na metrópole e a procura por uma vida mais ajustada aos valores desejados, mesmo que esses valores desejados estejam espalhados em contextos distintos. Essa situação era esperada, e como se verificará nesse e nos tópicos seguintes, produziu ricas nuances para nossa análise. Observadas na perspectiva reflexiva inerente ao método, as respostas contém muitos dos valores representados pelo conceito ecoaldeia, sob múltiplos aspectos.

Usaremos como abertura a fala de Silu, por oferecer uma visão ampla e por mencionar fatores idílicos (“romantizados”) que, para além da reflexão desta pessoa, podem estar contidos na visão referente a ecoaldeias e outras comunidades por parte de quem vive na metrópole.

"bom, definitivamente eu sinto que o olhar que eu tinha era romantizado. Principalmente em relação à vida comunitária. Não só, né? Assim: a permacultura, a bio construção o [fato de]⁵⁰ querer ter uma vida simples, perto do mato, já tem um “romance” ali né? Principalmente [se tratando] da vida comunitária, era bem romantizado. Eu imaginava que a cooperação entre as pessoas sempre teria, e que a gente continuaria unido, e que as próprias pessoas poderiam construir as casas todas em mutirão, e que eu não me sentiria [só] nunca entre elas ali, né? Que nunca me sentiria sozinha, porque eu teria uma comunidade ali comigo... E na verdade, assim, ao longo do tempo muito dessas ideias romantizadas foram caindo né? A vida comunitária é muito difícil, assim... eu sinto que cada um tem uma expectativa do que é comunidade. Então é muito fácil das pessoas se frustrarem umas com as outras... principalmente de achar que não estão sendo ajudadas nas dificuldades, não estão sendo vistas..." (Silu)

As necessidades de pertencimento neotribais indicadas por Maffesoli, vivenciadas nas comunidades como “espaços de intensa experimentação com novas práticas sociais” (Roysen e Mertens, 2016), não podem responder por si só às expectativas de quem decide participar desta construção.

A imaginação individualizada sobre a forma de vida nessas comunidades (ou mais precisamente, nas comunidades que os respondentes imaginavam como possíveis de se integrarem), se origina nas experiências pessoais de cada indivíduo, e inclui o imaginário e os valores sociais contidos nos discursos relacionados com ecoaldeias no espaço público. Este aspeto evidencia-se também nas muito frequentes postagens na rede social Facebook⁵¹ relacionadas com pessoas que querem se unir ou criar uma comunidade com essas características.

⁵⁰ Neste estudo, nas citações diretas das entrevistas, os termos entre chaves [exemplo] contendo palavras e expressões referem-se a inclusões explicativas e também a trechos com algum tipo de limitação na clareza de áudio do registo formal. Boa parte deste segundo tipo de situação deveu-se ao fato de que todas as comunidades abordadas se localizam em área rural do território brasileiro, cujo serviço de internet apresenta precariedades. Estes trechos foram recuperados numa opção técnica e metodológica de realizar a transcrição imediatamente após cada entrevista, o que possibilitou segurança de contexto e consistência. Trechos que de alguma forma durante este processo apresentaram qualquer aspecto duvidoso com relação ao conteúdo foram marcados como ‘picotados’ ou ‘mastigados’ e descartados para os fins dessa análise.

⁵¹ Em observação empírica de atividade nesta rede, em especial nos grupos ‘EcoVillages & Communities with Kids Portugal’, ‘Ecoaldeas Unidas’, e ‘Ecoaldeas Ecovillage que Buscan Personas, Personas que Buscan Ecoaldeas’, entre março e junho de 2021, relacionados principalmente com a região da península ibérica.

Este seria também um aspeto da imagem pública das ecoaldeias na metrópole enquanto movimento social. Certamente funciona como integrador imaginário das responsabilidades individuais e reconhecimento dos valores comuns em permanente construção.

Natureza e meio ambiente estiverem presentes em vários respondentes como fator motivador, e a fala de Noah é representativa:

"Ah, eu vim em busca de ficar mais ligada na natureza, porque (a metrópole)⁵² é muito cinza, poluição... eu tava sufocando né? E procurar outras pessoas que também pensavam isso né, de ficar mais próximo à natureza também." (Noah)

Enquanto a natureza é um fator destacado na resposta, vê-se concomitantemente – e em outras passagens nesta mesma entrevista – o atributo de pertencimento (por exemplo “procurar outras pessoas que também pensavam isso”). Outra passagem da fala de Noah: na metrópole “era muito mais distante, nessas relações... aqui ficam as coisas mais próximas”, reforçando a indicação da busca por vínculos sociais de proximidade, além da identificação da busca pela convivência onde exista uma visão de mundo compartilhada.

Fatores múltiplos onde a racionalidade parece se aproximar daquela visão que chamamos de holística também foram destacadas:

"E aí, quando eu voltei para [a metrópole após muitas experiências em viagens], [...] eu percebi que tinha muito mais coisa aí para explorar, que a vida não era só isso... E aí eu costumo dizer que teve este chamado racional, que é: não faz muito sentido eu dedicar tantas horas para esse trabalho, que não me preenche, que já não faz tanto sentido, e eu fazer esse trabalho porque eu tenho contas para pagar, e eu ficar longe da minha família, e eu me alimentar mal... então, esses foram os motivos racionais, de buscar algo diferente. E costumo dizer que tem esse motivo que não dá para explicar direito, que parece que é aquela coisa do chamado, do chamado interno, do chamado do planeta... De dizer: você tá aqui para fazer outra coisa... " (Cofrã)

Nas palavras de Kayã, esta também se explicita, neste caso como uma relação ancestral com a terra:

"O que eu vejo de interessante na proposta da ecovila, em você estar no interior, e você trabalhar a terra, e você resgatar essa relação ao ancestral" (Kayã)

⁵² nomes de centros urbanos substituídos para fins de anonimização. Nestes casos será sempre apresentado entre parêntesis, que também contém partes explicativas relativas às falas destacadas.

O atributo holístico usualmente apareceu integrado com a questão ambiental, mediado pela compreensão e entendimento das condições físicas presentes na metrópole. A fala de Noah indica este aspecto na experiência de vida sobre os recursos naturais:

"Bem, eu fico as vezes pensando: como é que eu conseguia morar lá? Como é que as pessoas conseguem morar numa cidade grande, sem saber da onde vem a água, para onde vai seu esgoto, para onde vai suas águas cinzas, suas águas negras, da onde vem seu alimento.... Nossa, é muito doido. Como que eu conseguia morar lá, e como que as pessoas conseguem morar, sem ter noção nenhuma disso, né? Porque minha água, da minha pia, vai para uma bananeira aqui, no círculo de bananeiras, que tem quatro cachos de bananas enormes lá, dando agora nesse momento. Então, assim, é bem... é uma distância muito grande né, a cidade... de você entender... é uma cidade grande, você entender de onde vem as coisas. É uma distância muito grande..." (Noah)

Aspectos diretamente ligados à qualidade dos laços sociais parecem orientar discursos de participação mais consciente nas transformações sociais, cujo foco articula fatores inerentes das próprias relações sociais com condições e práticas políticas das comunidades, e sua expressão mostra a busca por relações mais equilibradas dentro desses aspectos:

"Um deles (dos elementos da busca anterior por ecovila) é uma busca de dissolução de uma vivência, que eu entendo como extremamente negativa, do aspecto de hierarquia entre seres humanos. A proposta da nossa comunidade é uma proposta de tomada de decisão horizontal, ou seja, a minha voz vale igual a dos outros, e busca-se maneiras mais acolhedoras da diversidade no processo de tomada de decisão." (Euly)

Ou na fala de Natur:

"Nós estamos aqui para ter uma outra lógica, que seja mais humana, que seja mais ecológica e equilibrada né? [...] Uma vida que fizesse mais sentido do que a vida na cidade, assim, tão levada por um conjunto de decisões que a gente não participa, tão influenciada por coisas que são tão distantes de nós... tão próximas, mas ao mesmo tempo distantes de nós" (Natur)

Estes trechos mostram ainda a preocupação e atenção aos processos decisórios participativos, e o desejo de construção de condições igualitárias de participação nesses processos. Brancalione (2008), já citado anteriormente, revistando Tönnies, descreve:

Para Tönnies, portanto, é fundamental, antes de se estabelecer uma descrição hipotética dos padrões de sociabilidade, desvelar a que tipo de inclinações os agentes estariam sujeitos. Em seu modelo explicativo, o tipo de vontade dominante seria um dos elementos mais importantes na determinação da configuração das relações sociais, apontando as *tendências de organização*

institucional, moral e morfológica dos agregados humanos. (Brancaleone, 2008, p. 99), grifo nosso

A procura intencional pelas comunidades, e ademais a disseminação da palavra e do conceito de ecoaldeia / ecovila nas metrópoles brasileiras, enquanto espaço de experiência de um modo de vida rural (ou neurural), de aproximação com a terra, e de condutas ecológicas e ambientalmente responsáveis, parece aproximar pessoas que, mantendo o vocabulário referenciado acima em Brancaleone, apresentariam algum tipo de inclinação convergente. Este aspecto pode ser expandido para fundamentar análises de coesão nessas comunidades, e, em especial, no que se relaciona às referidas “organização institucional, moral e morfológica” destes agregados intencionais.

O surgimento e a existência de conflitos, a forma em que são conduzidos, e a percepção pelos moradores dessas comunidades podem lançar luzes adicionais sobre o tema. Aprofundaremos nesse aspecto a seguir.

3.1.1 Abertura ao outro, a busca pelo novo

Enquanto o caráter da intencionalidade nos ajudou a montar um painel das expectativas e valores subjacentes dentro do processo de busca, a construção do novo aparece de forma transversal em muitas respostas, que investigaremos nesta seção. Não é nossa intenção dissociar a intencionalidade dos demais processos elaborativos e de construção dos espaços sociais; usaremos esse formato apenas para estruturar a análise, procurando ressaltar os esforços de transformação das condições sociais e das relações, tentando compreender e ordenar a direção destes esforços.

Destacamos a seguir três trechos relacionados com a aplicação e disseminação de ferramentas sociais, seus usos e importância:

“Porque aqui, se eu tenho um desconforto com alguém, talvez eu saia um pouco para a varanda. Mas quando eu voltar, eu vou trabalhar comunicação não violenta, vou trabalhar empatia, eu vou trabalhar vulnerabilidade, vou trabalhar milhares de coisas para eu conseguir destravar aquele nó ali, né? Eu vou trabalhar com ela essa coisa né: ‘mas, olha, e a gente não tá querendo fazer diferente...?’ Como é que isso né? Lá (na metrópole) não. Lá, eu vou: cortei, cortei, acabou... (a relação)” Layr, acerca de conflitos.

“então se a gente, no final do mês, tiver que reclamar de alguém, somos nós mesmos né? E isso, para mim, no fim, é talvez o elemento mais importante para a vida em comunidade intencional.” Natur, comentando conquistas e problemas do grupo.

“Mas a gente tem muito a aprender né, aprender mesmo com o outro e saber como conviver, como ter empatia, como se pôr no lugar do outro, tem muita coisa a aprender ainda...” Noah, comentando relação com pessoas do entorno

A relevância da empatia, da consideração e do respeito ao outro, é apontada com destaque como elemento fundamental na construção e manutenção dos laços nas comunidades enfocadas. Ao trazermos para o campo da análise os excessos das individualidades da metrópole, percebemos o contraste pela existência de um esforço de conexão, de compreensão e de apoio mútuo nestas comunidades.

A percepção consciente do outro e suas demandas, a busca pela resolução negociada e não belicista dos conflitos e a construção de relações baseadas em maior respeito ao outro em sua integralidade, indicam um esforço na busca por formas de relação em permanente construção, orientadas por desejo de melhor convivência e de relações mais próximas e mais duradouras. Esta compreensão, portanto, difere das condições da *Gemeinschaft* pela intencionalidade na construção das relações e pela autorresponsabilização sobre este processo de construção permanente. Aqui há uma possibilidade de orientação e busca a uma forma nova para estas relações.

Christakis (2019) ressalta que a comunidade, por sua escala reduzida em relação à metrópole, promove autenticidade nas pessoas e relações. E traça esta mesma correlação entre o desejo de retorno à comunidade e a busca pelo senso de identidade grupal e a solidariedade que nasce a partir das interações pessoais (Christakis, 2019, p. 104).

Alinhado com essa perspectiva, a abertura ao outro e a busca de relações cujos laços sejam cuidados e duradouros, parece ocupar lugar central para os respondentes. Abaixo alguns excertos para que tenhamos um painel dessa busca:

“eu acho que apesar de todos os desafios, a gente continuar envolvido na vida comunitária, e tentar resolver os nossos problemas a partir de conversas, e olhar para frente, de todos esses conflitos, né, que a gente tem... não virar as costas para tudo isso, afinal de contas, a gente está tentando, e continuar tentando... Eu acho que isso já é uma grande... um grande pulo, um grande salto, né?” (Silu)

“Muitas pessoas te ensinam como você estar melhor nos relacionamentos, mesmo... como você se abrir, e essa parte foi bem interessante. Conhecer pessoas que venham sem preconceito nenhum né. As pessoas estão abertas

para estar conhecendo coisas novas, e elas acabam ensinando a gente”
(Noah)

“um dos instrumentos principais que surgiu é a sociocracia⁵³, ao mesmo tempo instrumento de comunicação, etc, né? [...] Então, é uma mudança... é um jeito diferente de se viver mesmo né? É um modo de ser e estar no mundo que incentiva a curiosidade, que incentiva o interesse” (Euly)

A mencionada opção de abertura ao outro, bem como a utilização de ferramentas estruturadas para apoiar a construção de relações sociais mais igualitárias e equilibradas parece configurar, por definição, o que chamamos da busca pelo novo. Dentro do conceito de *community building*, as respostas neste tópico indicam a percepção de que este esforço demanda forte investimento pessoal de cada indivíduo, de forma que possibilite a construção de melhores relações interpessoais dentro do grupo, que ultrapassem os desconfortos da metrópole, mas não necessariamente orientadas a fazer as coisas como sempre foram feitas.

A busca pela superação de “individualismos excessivos” e pela criação de vínculos através dos comportamentos individuais conscientes, apoiados na utilização dos sistemas tecnológicos e das normas culturais das comunidades intencionais, também representa uma forma de criação e desenvolvimento de práticas e ferramentas sociais inovadoras, a partir de sua interação com os objetos, infraestruturas, significados e competências existentes no próprio grupo (Roysen & Mertens, 2016).

Comportamentos e relações que se apoiam em ferramentas ligadas ao cuidado na comunicação e à escuta ativa, podem representar, de forma convergente, aspetos relevantes para a sensação de pertencimento e de segurança como fatores de realimentação e reforço daqueles mesmo valores compartilhados. E aparece, como resultado, em falas como:

“aqui, se eu estou doente, joga no grupo de moradores, alguém aparece com uma sopa na minha porta, entende? aqui é como se a gente tivesse com um olhar mais sensível para esse cuidado... para relações com seres humanos”
(Layr)

“Eu diria que o aspecto principal, a palavra que... o núcleo é convivência; existe muita dedicação na busca de uma boa convivência. [...] a coesão a partir dos valores, a partir do interesse (coletivo), ela possibilita uma

⁵³ “Sociocracia é baseada em círculos interativos de colaboradores, trabalhando em domínios específicos, cada círculo auto-organizado e autogovernado e conectado àqueles com interesses que se cruzam por meio de membros interligados”. (Penha-Lopes & Henfrey, 2019, p. 102), tradução livre nossa

intimidade até maior, muitas vezes né? E sem a poluição da hierarquia familiar, e assim por diante, então.... é um senso de fraternidade maior” (Euly)

“pode-se dizer que eu tenho muito mais amigos e amigas aqui nesse momento, e que eu não tinha na cidade grande, em questão de realmente você [se] abrir, até alguém que você se dizia amigo na cidade, era ‘meio amigo, meio cada um na sua’ né? E aqui não. Aqui se acontece alguma coisa, com certeza a gente tem várias pessoas a apoiarem” (Noah)

As relações referenciadas nessas falas mostram muito do acolhimento existente nas comunidades, e que Bauman (2003) trata como perdido na metrópole. Estas relações de proximidade, de cuidado mútuo, de atenção e confiança, este conjunto parece constituir como que uma ponte entre muitos dos valores pregressos da *Gemeinschaft* de Tönnies, e um futuro a ser moldado, por exemplo, nos valores professados e disseminados pela GEN. A imagem da ponte aqui representa, ao nosso juízo, a tentativa de integração dos melhores valores comunitários da *Gemeinschaft* para uma forma de convivência que seja viável e essencialmente diferente da *Gesellschaft*, e assim a visão da busca pelo novo se afirma, seja no terreno da experimentação, seja em construções de entendimentos e formas de convivência que respeitem valores tradicionais e ao mesmo tempo possibilitem autonomia das existências individuais e sua realização social.

Não é possível identificar, contudo, uma clara distinção entre a busca pelo novo (aqui representado, talvez, pelo uso de ferramentas inovadoras, ou por um conjunto de comportamentos individuais e coletivos identificáveis), e o simples resgate daquela sensação de acolhimento (difuso e subjetivo por definição) como resultado daqueles comportamentos. Em outras palavras, identificamos claramente a ação deliberada e consistente por fazer diferente no que se refere às relações sociais (por exemplo nos esforços conscientemente envidados para a escuta ativa e cuidadosa, cultivo da empatia, etc). Mas não é possível dissociar essas ações e atitudes das condições sociais que dela derivam (maior acolhimento, sensação de pertencimento, etc), e portanto, derivar qualquer orientação mais clara sobre a direção dessa busca à valores relativos ao passado ou em direção à criação de novas formas de relações sociais.

E é necessário apontar que a busca por algo novo não implica necessariamente o abandono de valores tradicionais. Talvez represente uma contradição inerente ao processo dessas comunidades, onde a mescla de intenções e problemáticas (novas e/ou pregressas) possa mesmo trazer, a partir e por causa destas contradições, soluções realísticas que sejam consideradas efetivas para a própria comunidade:

“eu acho que temos um impulso grande de criação aqui, sim... [...] Não necessariamente criação, né, não necessariamente inovação, mas é a experimentação de coisas que a gente entendeu que a gente pode voltar a fazer de maneira muito simples e muito real” (Natur)

Estas contradições podem expressar-se também por dentro das contradições inerentes à própria lógica industrial do sistema capitalista. Soluções aparentemente simples podem produzir resultados significativos (como por exemplo na lógica do “Reduzir, Reusar, Reciclar”), como também por alguns aspetos dos movimentos autodenominados minimalistas, especialmente no que se percebe relacionado à sustentabilidade ambiental, que se traduz na redução do consumo e consequente redução de uso de matérias-primas, energia, etc.

E retornando nosso olhar sobre os conflitos e sua experiencição nas comunidades, destacamos três falas que mostram que a realidade efetiva não comporta o espaço romantizado de consenso permanente.

“numa comunidade intencional, como uma prática constante, um desgaste também constante, ou seja, não sai barato isso” Euly, referindo-se à prática da partilha⁵⁴ e seu custo social

“Então, a cooperação não é uma coisa aí, que sempre vem... não é ali sempre em união de todo o mundo, o tempo todo... É muito difícil chegar num consenso comum... a verdade é essa, né?” (Silu)

“Uma outra pessoa queria fazer alimentação vegana, e vender para fora. Contempla o projeto tá dentro, faz parte, está de acordo. Mas é um projeto dela. Então esse tipo de conflito começou a aparecer, porque a gente não teve condições, estrutura, de separar essas coisas (interesses individuais dentro do projeto coletivo), e separar para juntar né? Separar para que isso tudo formasse uma coisa só” (Cofrã)

A vivência e experiencição coletiva dos conflitos pode representar importantes oportunidades de aprendizado e desenvolvimento das relações sociais grupais, abaixo resumido por Kunze e Avelino (2015) em relatório sobre inovação social em comunidades na Europa:

Esse aprendizado constante de cooperação e das competências sociais é uma experiência viva nas ecovilas. Por outro lado, acontecem disputas pelo poder. Os membros têm conflitos e buscam métodos para torná-los transparentes, enfrentá-los e resolvê-los juntos. Observamos relações de poder entre os fundadores e os atuais líderes das ecovilas, entre as gerações,

⁵⁴ Ferramenta social de uso coletivo, onde é dado voz a um elemento por vez, para sua partilha afetiva, cognitiva e emocional frente ao grupo, numa atitude de respeito, acolhimento, isenção de julgamento e empatia.

e entre as ecovilas e os contextos institucionais regionais / locais. (Kunze & Avelino, 2015a, p. 106)⁵⁵, tradução livre nossa

Em que pese este relatório de Kunze e Avelino tratar de comunidades maiores, mais maduras e com outra gama de recursos do que as comunidades no Brasil aqui estudadas, o desenvolvimento de ferramentas de encaminhamento e resolução de conflitos são disseminadas entre essas e aquelas, e normalmente ficam rapidamente acessíveis para praticamente todas as comunidades, através da internet, enquanto fundamento teórico (e, de forma complementar, existe um mercado de cursos e treinamentos práticos, aparentemente bastante fértil, que funciona tanto como irrigador de recursos econômico financeiros para as comunidades, como para a disseminação dos valores e práticas ali vivenciadas).

Nossa conclusão é de que existe uma série de condições novas a emergir. E que seguem em testes e em desenvolvimento em diferentes culturas, em regiões diversas do mundo. Seguem também presentes em estudos publicados (Fabri, 2016; T. W. Henfrey, 2018; Roysen & Mertens, 2016), como por exemplo os que tratam de ferramentas sociais, e que visam a construção de relações mais transparentes, comprometidas e, especialmente, naqueles que tratam de formas coletivizadas no que diz respeito à condução dos negócios grupais, portanto também afeitos à ciência política.

Não cabe aqui a avaliação da parcela de novidade no interior dessas ferramentas, posto que também se inserem no amplo campo das comunicações interpessoais e grupais e das disputas de poder em diferentes nichos.

O processo de coletivização acima descrito, não representa muito no que diz respeito às estruturas de propriedade - de fato nada diz a esse respeito. Mas entendemos que pode vir a representar um passo adiante dentro deste debate, ao deslocar o protagonismo de cunho individual evidenciado na metrópole para um processo coletivizado de debate, decisão e partilha. Se esses aspetos se associam de forma mais aguda a um resgate do espaço público da polis ateniense mostrada por Simmel (1973)⁵⁶, ou do desenvolvimento da esfera pública trazida por Habermas, ou ainda de alguma outra abordagem possível, talvez fique na condução política

⁵⁵ “This constant learning of cooperation and social competence is a direct experience in the ecovillages. On the other hand, power struggles are happening. Members have conflicts and they search for methods to make those transparent, face them and work them through together. We observe power relations between the founders and the current leaders of the ecovillages, between the generations, and between ecovillages and the regional/local institutional contexts.”

⁵⁶ “A tremenda agitação e excitação, o colorido único da vida ateniense, podem ser talvez compreendidos em termos do fato de que um povo de personalidades incomparavelmente individualizadas lutava contra a pressão constante, interna e externa, de uma cidade pequena desindividualizante” (Simmel, 1973, p. 18)

de cada comunidade particular enquanto laboratório de criação e disseminação, e das possibilidades e restrições que o próprio modo de produção capitalista impõe a cada grupo dentro de sua inserção sócio política, e a todos os grupos aqui referidos no contexto contemporâneo da economia política.

Iremos manter ainda o foco de nossa análise sobre os conflitos dentro das comunidades, mas agora já considerando a “queda do paraíso” (concretizada ao se assumir, por exemplo, que havia anteriormente uma visão romantizada da vida social), e evidenciada nos discursos e respostas de nossas entrevistadas.

A atomização da vida na metrópole de certa forma promove também uma atomização dos conflitos (pequenas disputas, por exemplo por vaga de estacionamento, pequenas disputas no mercado, etc), onde os oponentes não têm uma forma continuada individualizadamente. Na comunidade, de forma inversa, os conflitos internos que emergem possivelmente se repetem com as mesmas pessoas (ou o mesmo grupo de pessoas, como em uma facção⁵⁷). A considerar esta hipótese como válida, a convivência reiterada tende ao mesmo tempo a personificar um determinado indivíduo como oponente, mas também a humanizá-lo profundamente, posto que é pessoa conhecida e também partilha dos valores daquela comunidade, além de, seguidamente, participar dos eventos comunitários e dos processos de decisões coletivas.

O aprendizado social representado pelos limites oferecidos pelo outro, e pela disputa de qualquer ordem (especialmente as que sejam de pleno conhecimento pelo grupo imediato de convivência), pode consolidar estes dois aspectos, ao aproximar este *outro* tanto na condição de oponente, mas também na condição de ser alguém com quem podemos contar nos momentos difíceis. E o fato das relações estarem em construção parece bastante presente na consciência dos que se entregam a este caminho intencionalmente. Isso representa, de certa forma, um reconhecimento da identidade de valores, uma vez que a própria vida do grupo vai se fazendo exatamente nessas relações e construções coletivas.

“E a ideia desse (grupo de) estudo é justamente entender alguns formatos, para poder ter um algum modelo de tomada de decisão que a gente possa se basear. Vai ser o efetivo? Vai ser para sempre? Não necessariamente. Se naquele momento estiver funcionando, legal!” (Cofrã)

Esta condição também aparece magnificamente nas palavras de Euly:

⁵⁷ termo utilizado por um dos respondentes de nossas entrevistas para definir grupos internos com interesses diversos.

“o outro é um problema, mas em outros momentos o outro é a solução também. Aí esse problema do outro vai se tornando também um problema meu, porque ele me afeta, e aí [...] eu me fechar num apartamento, aqui numa ecovila, não faz sentido isso né? É uma comunidade. [...] Então existe uma força impulsionadora da convivência também” (Euly)

Força impulsionadora da convivência (que se articula com solidariedade e com coesão), aparece descrita em Monteiro e Mascarenhas (2020) de forma bastante convergente com nosso estudo, em pesquisa sobre as espiritualidades em movimentos sociais:

Parece evidente o desabrochar de um contramovimento, de uma “contra-cultura” (Lipovetsky, 1989, p. 48). Esse contramovimento promove os laços de união e coesão social, isto é, estabelece precisamente o lado oposto ao enfraquecimento dos laços sociais propostos na modernidade líquida. Ao mesmo tempo, reforça a ideia da vivência da espiritualidade ao promover a busca do autoconhecimento. (Monteiro & Mascarenhas, 2020, p. 211)

E assim acreditamos ter feito um círculo completo em nossa análise neste tema, num plano que passou pela romantização na procura dos espaços possíveis dentro dessas comunidades, pela tomada de consciência das realidades ali presentes, pela vivência afetiva do cuidar e ser cuidado pelo e com o grupo, pela experiência do conflito e suas resolução sobre bases coletivas, mediada pelo próprio grupo, chegando no aspeto holístico da dimensão espiritual, na integração ao todo e seu efeito complementar representado pelo processo de auto conhecimento, como descrito por Monteiro e Mascarenhas acima. E reiterado por Kaerth, abaixo:

“E aí, nessa busca desesperada sabe, por encontrar um espaço, mas na verdade, um espaço externo né, que nunca vai ser encontrado enquanto não se achar o espaço interno. Então eu acho que, as comunidades, elas... como sempre, é uma busca, e toda a busca é um autoconhecimento” (Kaerth)

E como Simmel, no início do século XX (em texto originalmente publicado em 1902), pensa a intelectualidade como forma de defesa das condições agressivas da metrópole “A intelectualidade, assim, se destina a preservar a vida subjetiva contra o poder avassalador da vida metropolitana” (Simmel, 1973, p. 13), as intersubjetividades contemporâneas podem estar, ao sair da vida da metrópole e se unir em comunidades intencionais, a redefinir o uso de suas intelectualidades tanto para a fuga das condições da metrópole como para a criação de novas formas e modos de interação social mais respeitosos e equilibrados.

3.1.2 Fuga das condições da metrópole...

Muito do conteúdo das falas referentes à vida na metrópole em momentos anteriores à decisão de mudar para comunidade, envolve igualmente aspetos de fuga das condições sociais ali

presentes. Estes fatores não são únicos e nem podem ser isolados de seu contexto, mas a avaliação destas falas parece mostrar diferentes graus de afetação com relação àquelas condições:

“E aí eu não estava aguentando mais (a metrópole). Eu falei com minhas filhas: olha, eu tô indo embora, se vocês querem ficar aqui, vocês ficam” (Noah)

“eu acho que a frieza na convivência [na metrópole], já é um lado ruim né? A questão do ‘não me toque’, a questão do ‘isso não é problema meu’, ‘eu tô tocando minha vida’...” (Euly)

“eu acho que às vezes começa por uma... por uma fuga né? A maioria das pessoas às vezes estão tão desorientadas, tão perdidas... [...] querendo desesperadamente abandonar a própria vida (na metrópole) porque não suportavam mais...” (Kaerth)

Essas falas evidenciam a sensação de fuga, que associamos às condições de vida na metrópole e o aprofundamento continuado daquelas condições, ligados ao excesso de individualismo, a frieza das relações e a sensação de desconexão. As falas são explícitas, dando eco ao que Mocellim (2011) descreve como atomização e individualização radicalizada da vida na metrópole. Simmel (1973) problematiza as condições de vida na metrópole como uma vida cheia de estímulos nervosos intensos e repetidos, também profundamente representada nos relatos.

A condição aqui caracterizada como fuga das condições de vida da metrópole se compõe muitas vezes dentro desses discursos, e os fatores principais já foram extensamente apresentados. Essa condição se mistura com o subtema antissistema, que será aprofundado mais à frente neste trabalho.

Queremos, entretanto, pontuar algumas nuances que apareceram nas entrevistas e que dão forma e direção mais delineada ao processo de fuga. A fala de Natur materializa a imagem de fuga, comparando mesmo com uma prisão:

“a vida artificial que a gente tem na cidade, onde tudo é terceirizado: é o terceiro do terceiro do terceiro, e que é só uma forma de prisão mesmo...” Natur, comentando fatores que levaram à saída da metrópole.

Este trecho contém aspectos múltiplos da avaliação da vida na metrópole: “vida artificial”, “tudo terceirizado” e “forma de prisão” são expressões que costuram de forma notável diversos temas que estamos a tratar.

Evidentemente, em se tratando do Brasil contemporâneo, a violência urbana se acresce como uma avalanche destes estímulos, sempre muito negativos, e permanentemente acionados, do medo dos encontros inesperados, da exposição desmedida ao risco e das condições de agressão iminente sentidas pela população:

“eu acho que a questão da violência na cidade, nos grandes centros, foi um grande fator para eu ter buscado isso” (Kayã)

“tem um outro aspecto que é a segurança né? Nós estamos num lugar muito seguro, muito tranquilo mesmo... Tem os seus riscos lá, como todo lugar vai ter, [...] Mas o risco da cidade... a percepção de risco na cidade é muito maior, né? E isso cria um estresse, uma instabilidade emocional, que a gente não tem que lidar com isso aqui” (Natur)

Essas falas são bastante assertivas e dispensam maiores esclarecimentos. Entretanto esperávamos que o fator violência urbana aparecesse com mais destaque nos discursos espontâneos do que de fato recebemos. Uma das hipóteses que entendemos responder parcialmente por esta condição é justamente o período já prolongado das restrições de movimentação pela covid-19, isolamento social, etc, que pode aumentar o distanciamento afetivo das situações de risco percebidas como originadas pela violência urbana, seja pela redução da exposição real (e conseqüentemente sua percepção), seja pela substituição das sensações de medo por outro fator onipresente e generalizado, que é a doença em si, e o horror televisivo quase onipresente dos hospitais sem estrutura para atendimentos suficientes, e as centenas de milhares de mortes que já se acumulam no Brasil devido à pandemia, e sua condução social desastrosa.

Outras entrevistas deixam entreaberta uma conjugação entre fuga e a busca, que podem conter formas mais conciliadoras e menos questionadoras das contradições. Cofrã faz uma metáfora sobre o que ficou para trás ao deixar a metrópole, comparando com os estágios de lançamento de um foguete: foi útil e importante até determinado ponto da trajetória, mas precisa ser alijado para permitir a continuação do caminho:

“Porque eu sinto que o abrir mão (da vida da metrópole), ele tem dois vieses.... Um é: seu eu tô abrindo mão, será que aquilo que eu estou abrindo mão, era algo que eu precisava? Era algo de fato importante para mim? Ou

será que, se eu estou abrindo mão, é porque justamente é aquela parte do foguete que eu [...] não preciso mais usar?” (Cofrã)

É uma metáfora rica por apresentar uma abordagem até aqui não explorada. A metrópole também oferece valores positivos, que de certa forma permitem um impulsionamento na construção das histórias de vida e amearhar condições para a transição para novas formas de relações. Esta avaliação parece contrapor o sentido da fuga com um certo cumprimento de destino, porém de forma aparentemente ingênua: ou as condições de desconforto não são percebidas como suficientemente ruins, ou os valores que são deixados para trás não são reconhecidos como essenciais (e conseqüentemente não valorizados como tal). Oferece ainda a visão de que algum(ns) aspecto(s) precisarão ser abandonados para que o novo se edifique à frente, mesmo que se reconheça plenamente que fazem parte fundamental do movimento que nos trouxe até aqui.

Conforme mencionamos anteriormente, o assunto voltará a ser abordado no tópico antissistema, mas não queremos incorrer em reducionismos num tema que se mostra bastante complexo e variado entre os entrevistados. Escolhemos a fala de Layr para representar uma visão menos definitiva sobre o tema:

“eu acho que quando a pessoa opta por vir viver mesmo de uma outra maneira, num outro lugar né, no meu caso, dessa ecovila aqui, eu acho que é porque ela realmente está em busca de alguma coisa, não acho que seja só fuga não” (Layr)

3.1.3 ... ou a busca pelo “aconchego”?

Como um contraponto da condição explicitada como fuga das condições adversas, aparecem as narrativas de busca por uma vida mais tranquila, de certa forma representadas pelos atributos que Bauman mostra como os valores buscados: boa vontade, gentileza, presteza em ajudar, parcimônia e compaixão, alteridade (abertura para escutar o outro), comportamento conseqüente, humildade, simpatia, capacidade de perdão. Essas condições, que indicamos como acolhimento, também se referenciam profundamente em aspetos relacionados à segurança individual e coletiva.

Busca ou fuga, em nosso estudo, só permite distinção pelo uso e emprego que se expõe em cada entrevista, dentro do contexto de cada história de vida e sua auto percepção. Ao utilizar este enquadramento de *busca* dentro de nosso estudo, procuramos um olhar sobre os valores representados no discurso da busca. Estes valores, de certa forma, mesclam uma visão romântica tradicionalista de um passado (real ou imaginado), com os simples desejos por uma

vida mais simples e menos extenuante (menor quantidade daqueles “estímulos excessivos” tão comuns da metrópole). E pode integrar também parte das dimensões espirituais ou holísticas nessa busca.

“Eu queria que a gente chegasse junto né, a uma convicção, uma compreensão.... nem é convicção, é mais uma compreensão daqueles processos [...] eu acho que tem um resgate, porque às vezes eu vejo algumas figuras, por exemplo de comunidade indígena, que tem a ver com isso, com essa visão, que às vezes você tem que ouvir o outro, o sábio, o que conhece melhor, e isso tem a ver com uma coisa ancestral né?” Kayã

“eu acho que a família representa sim a segurança. Mas eu acho que é um pouco além disso... Na verdade, o que eu sinto é que uma parte da romantização que eu tinha da vida comunitária [...] é que seria uma nova família... a questão de irmandade, sabe? A relação de poder contar a qualquer momento... enfim... e na verdade [uma das fichas que caiu⁵⁸] é que não é exatamente assim” (Silu)

A presença de visões tradicionalistas (a ancestralidade do sábio da aldeia, o núcleo familiar como reduto de segurança absoluta) funciona como um catalisador da busca por valores que estão representados na *Gemeinschaft*, e que, por qualquer mecanismo que possamos conceber, fazem parte das histórias e do inconsciente coletivo daquela cultura. Ainda que esta percepção possa ser difícil de alcançar e externar, Silu nos oferece uma fala sobre liberdade e sobre família que ilustra este ponto:

“Porque ao mesmo tempo que eu consigo [me sentir mais livre aqui] por causa de modo de [vida], né? Mas ao mesmo tempo eu não posso falar ou agir do mesmo jeito, livremente, [que] eu posso agir com a minha família... então [é uma coisa meio] contraditória” (Silu)

Esta não foi uma voz solitária no uso da família como referência. Euly usa como metáfora a condição de família, mas ao desconectar do que chama de “hierarquia familiar” e se manter dentro da metáfora, ressalta o potencial de criação de fraternidade, que enquadrados como uma forma de pertencimento:

“Mas essa aqui é uma família escolhida né, é uma família que não é pré-concebida. [...] a coesão a partir dos valores, a partir do interesse (coletivo), ela possibilita uma intimidade até maior, muitas vezes né? E sem a poluição da hierarquia familiar, e assim por diante, então.... é um senso de fraternidade maior” (Euly)

⁵⁸ Expressão muito utilizada no Brasil, que representa *perceber, tomar consciência*.

Kayã nos auxilia a reordenar este pensamento. A partir do relato de memória afetiva de sua infância, de convivência com seu avô e suas histórias de sabedoria, e de uma organização de residência familiar concentrada geograficamente, onde muitos familiares moravam num mesmo local não muito adensado na periferia da metrópole. Ao reconhecer suas próprias características, e ainda relatar o alto preço que pagou para se transferir para uma comunidade, reavalia as formas de conhecimento e de transmissão transgeracional, integrando o pensamento de mudança com a manutenção de valores que se ligam historicamente:

“eu sempre fui a questionadora de algumas relações familiares que eram impostas né. Então eu fico meio assim: até que ponto esses lugares, eles se interpenetram sabe? A gente vai criando uma coisa nova, onde... mas acho que a gente também não deve perder tudo desse conhecimento antigo”
(kayã)

3.1.4 Integração holística ao todo

A integração ao todo maior, aqui representado pelo aspeto holístico, está presente na dimensão espiritual da GEN. Além de representar um conjunto de valores que devem ser respeitados pela diversidade de visões de mundo, e de se enquadrar em movimentos da nova era (Monteiro e Mascarenhas, 2020), está intimamente relacionado com visões pessoais acerca da realidade e suas crenças individuais.

De forma complementar, Kunze e Avelino (2015), ainda que em análise do movimento das ecoaldeias na Europa, registam uma ampla gama de modos onde as ecoaldeias se engajam de forma consciente, e que representam uma perspectiva de integração de visões também incorporada ao que chamamos de holístico: “O movimento das ecoaldeias é altamente sensível e ciente das instabilidades do sistema em praticamente todas as áreas da sociedade: economia, ecologia, mudanças climáticas, política e as crises do estado de bem-estar” (Kunze & Avelino, 2015a, p. 4)⁵⁹, tradução livre. Pensamos que este aspeto é plenamente coincidente com o que se observa nas ecoaldeias em território brasileiro, ainda que, no que se refere ao chamado “estado de bem-estar”, possa haver discrepâncias gritantes entre essas duas regiões. Estas discrepâncias de certa forma são compensadas pelo aspeto antissistema, a ser enquadrado à frente nesse estudo.

A narrativa que incorpora aspetos holísticos na visão de mundo surge em múltiplos contextos: tanto como reconhecimento do ambiente desejável nas comunidades como também nas visões

⁵⁹ The ecovillage movement is highly sensitive and aware of system instabilities in practically all areas: economy, ecology, climate change, politics, and the crises of the welfare state

pré decisão da mudança, quanto na falta de ajuste às condições existentes, mas principalmente como uma forma de chamado à mudança:

“tem esse motivo que não dá para explicar direito, que parece que é aquela coisa do chamado, do chamado interno, do chamado do planeta... De dizer: você tá aqui para fazer outra coisa... [...], daí nós nos encontramos com um pedacinho de terra na mata atlântica para nos tornarmos guardiães e aprendizes” (Cofrã)

Ou integrado na procura anterior de Noah:

“Eu já participava de um grupo de meditação [na metrópole], e aí a gente pensava em morar juntos e montar uma comunidade na época” (Noah)

O conjunto das respostas dá indícios de que este tema é pacífico, sem muitas diferenças de visões ou mesmo comentários muito variados. Escolhemos condensar a fala de Layr sobre a visão holística da comunidade, que contém a representação desses elementos de forma integrada:

“acho que eu vim buscar isso, uma conexão mais profunda comigo mesmo: com quem eu sou, com a minha verdade... porque entendi que não é sobre falar... para um filho... é sobre ser o exemplo.”

“eu me sinto verdadeiramente conectado com a minha essência, com meu propósito, com as coisas que eu acredito... até em termos de consumo, né: onde você bota o seu dinheiro, a sua energia. Eu vejo que faz muito sentido estar aqui vivendo tudo isso hoje.”

“percebo que aqui a gente já tá trabalhando muito mais essa consciência, né, de [que] somos todos um... não tem separação [...] Mas eu sinto que não é à toa, também, que essas pessoas estão aqui, sabe? ... Eu também sei que é um lugar de muita conexão, [...] mas existe esse lugar mais sagrado, essa egrégora né, que cuida disso, desse campo mais sutil” (Layr)

Kayã nos fornece uma fala que amplia esta percepção em dois sentidos: o contato direto com a terra como resgate de relações ancestrais, ao mesmo tempo que menciona que pessoas das novas gerações, em visitas e treinamentos na comunidade, demonstram interesse nestas atividades, dentro dos mesmos valores e percepções.

“O que eu vejo de interessante na proposta da ecovila, em você estar no interior, e você trabalhar a terra, e você resgatar essa relação ao ancestral, que eu acho... é uma coisa que é muito bonita assim... Só que eu acho que você cria, você pode criar possibilidades, e aí eu vejo muito jovens também buscando isso, que é poder também se conectar com essa natureza, de uma forma mais diária, mais profunda” (Kayã)

A investigação sobre a direção destes aspetos, em nosso modelo analítico, induz a uma imobilidade momentânea na criação de juízo. Por um lado, as formas de religião holística aos valores tradicionais estão atreladas a visões espiritualizadas, e estas encontram-se na interface dos estudos das religiões, tradicionais ou não. Por outro lado, o argumento de uma conexão profunda entre todos os seres vivos deixa entrever uma ligação que pode se originar na visão de uma rede viva de carácter semelhante ao social, por assim dizer, e assim oferece uma possibilidade de independência daquelas visões religiosas tradicionais, deístas ou não.

Nossa percepção é de que o assunto transcende em muito o escopo da nossa pesquisa. Mas o respeito aos posicionamentos de fé de cada indivíduo, e a busca na construção de relações que queiram integrar todos estes posicionamentos não excludentes em relação à fé alheia, pode oferecer importantes perspectivas de estudo nessas comunidades.

3.2 Realidades da comunidade

Mesmo que as intencionalidades destacadas nos trechos acima apresentem a busca e, ao menos em parte, as expectativas anteriores relacionadas a este movimento, a vivência dentro da comunidade acrescenta realidade e reflexões, que ora parecem convergir com as visões de mundo anteriores (Gemeinschaft), ora demandam reavaliação crítica, ou ainda contrastam com aquelas. O ponto tem relevância na (re)construção que os agentes fazem em suas visões e expectativas relativas aos caminhos a seguir dentro de suas comunidades.

Esse aspeto se relaciona ao mesmo tempo com a adaptação e aprendizado das novas condições e regras de convivência, e com o já mencionado realinhamento das expectativas e idealizações que porventura povoavam a imaginação de quem busca. A idealização pode ser afetada de variadas e distintas maneiras, de acordo com os valores buscados, representadas nas trajetórias que estamos tratando aqui.

“porque quando a gente fala numa vida coletiva, numa comunidade em que as pessoas... uma pessoa espera da outra, enfim, tá todo mundo esperando de todo mundo alguma coisa... Afinal de contas é uma vida coletiva” (Silu)

É interessante notar, na fala de Euly a seguir, a profundidade da questão reflexiva dentro desse tema. A mudança nas condições de vida da metrópole para a comunidade promove também mudança de forma consistente na visão sobre a realidade imediata, seja pelos fatores concretos da vida, seja como consequência da forma de vida ali observada e vivenciada.

“Outra diferença (da vida na comunidade em relação à metrópole) é: muito mais tempo nas mãos, muito mais tempo, inclusive para me sentir angustiado, pensando na vida, pensando em questões existenciais, etc... [na] finitude... rs... Nunca estive tão angustiado em minha vida, porque agora eu tenho tempo para olhar para as coisas né, não tô distraído na ‘máquina’ né? Então... eu diria que liberdade. Mais liberdade existencial é uma das diferenças... mais um senso maior de pertença e, portanto, de proteção, de apoio mútuo, que eu acho que são coisas muito importantes” Euly, comentando as diferenças entre a vida anterior na metrópole e a atual, na comunidade

Euly faz a conexão de percepção de liberdade existencial com o senso de pertencimento e segurança comunitário. A liberdade mencionada aqui coloca outra luz quanto às formulações de Bauman sobre o dilema segurança versus liberdade. Um (possível) novo equilíbrio na tensão entre individualidade e comunidade abre perspectivas de equacionamento em outras direções, o que passa a incluir a disponibilidade energética para um questionamento existencial mais amigável e mais aprofundado. Em sua condição de equilíbrio dinâmico, afeta, se reflete e contém desdobramentos afetivos e emocionais. E por sua condição intrínseca, este equilíbrio é delicado e sensível às próprias reflexões dele decorrente.

3.2.1 Vida na comunidade: coletivo ou privado?

O binómio liberdade e privacidade esteve bastante presente nas respostas em nosso estudo. Saliente-se que tratamos com comunidades de pequeno porte, e portanto, via de regra, onde os contatos pessoais face a face não são muito numerosos, mesmo que eventualmente tenham repetição cotidiana, usualmente apresentam pouca variação de pessoas.

Por outro lado, devido aos impactos prolongados da covid-19, praticamente todas as comunidades cessaram por completo (desde o início da pandemia até a data das entrevistas, ou seja cerca de 14 meses consecutivos) as visitas e a promoção de cursos para pessoas de fora da comunidade, que certamente representam possibilidades de variação de contato humano e exploração da diversidade humana e social. Além dos impactos económicos não desprezíveis, esses aspetos possivelmente também impactaram a sensação de privacidade e de liberdade, sobre o qual precisamos colocar as conclusões deste estudo em perspectiva, sendo desejável estudos posteriores que possam aprofundar e validá-los ou corrigi-los.

Além disso, a fase e estágio de vida de cada indivíduo (idade, situação de relacionamento afetivo / conjugal, presença de crianças pequenas, etc) e as características pessoais históricas e de temperamento parecem também ter bastante impacto nestas percepções da privacidade (por

exemplo: “é claro, para alguns é mais necessário ou incomoda mais, não ter o espaço individual, privativo, para outros nem entanto” Cofrã).

O cotejamento comparativo nas respostas de Layr e Noah sobre o que incomoda presentemente na comunidade traz a visão que inclui o valor da transparência nas relações e o comportamento de compartilhar informações não controladas sobre a vida alheia:

“o que me incomoda eu acho que [é] uma participação mais ativa na vida alheia, que é a famosa fofoca... já me incomodou, já me incomodou mais, agora eu já não ligo tanto... e eu também percebo que muito do que incomoda ainda me habita” (Layr)

“Eu acho que é a transparência e o respeito com o outro, né, pessoalmente o respeito das relações... Porque não é só o que acontece aqui. Acontece, mas também acontece em qualquer comunidade, das pessoas... eu acho que tem que ser mais sincera, mais transparentes... e realmente olhar o outro, com um olhar mais humano” (Noah)

Parece haver um reconhecimento da importância de uma proximidade maior entre os coabitantes da comunidade, porém confrontados por um desejo de discrição nem sempre ajustado entre o que se almeja e o que se observa. Condições essas que estariam dentro dos ‘preços a pagar’ descritos em Bauman (2003), nos processos de busca que se aninham na contradição entre segurança e liberdade, e que colocam em questionamento também o pertencimento identitário ao grupo. Sobre os preços a pagar nesta escolha, Simmel apresenta de forma explícita, compensados no outro lado da balança desta condição, uma certa perda da vida interior do indivíduo na metrópole, como “o preço que o indivíduo paga pela independência que desfruta na metrópole” (Simmel, 1973, p. 21). Ou seja: uma vida menos exposta à visão dos outros representa um tipo de liberdade que se exclui mutuamente com a sensação de pertencimento, e que se apresenta como o dilema fundamental a ser enfrentado.

A difícil articulação da riqueza da vida interior com as demandas por liberdade, que Simmel coloca ainda como “a particularidade e incomparabilidade que, em última análise, todo ser humano possui, sejam de alguma forma expressas na elaboração de um modo de vida. O fato de estarmos seguindo as leis de nossa própria natureza -e isto, afinal, é liberdade -só se torna óbvio e convincente para nós mesmos e para os outros se as expressões dessa natureza diferirem das expressões de outras” (ibid. p.21).

Como decorrência, surge aqui uma ambiguidade entre a riqueza da vida interior discreta (portanto não explicitadas em suas diferenças aos outros, e mais facilmente presentes na vida da

metrópole), e a propagação não controlada de informações e detalhes indiscretos sobre a vida alheia (mais usual na vida em comunidade). Não há registo de desejo por uma vida interior menos rica na comunidade, nem tampouco pela redução das liberdades conquistadas e/ou disponíveis na metrópole. Não se quer abrir mão da liberdade⁶⁰ e o conseqüente enriquecimento da vida interior que lhe daria azo, mas que pode funcionar como redutor da liberdade da qual seria decorrente. Isto verifica-se também na fala de Silu:

“porque quando a gente fala numa vida coletiva, numa comunidade em que as pessoas... uma pessoa espera da outra, enfim, tá todo mundo esperando de todo mundo alguma coisa... Afinal de contas é uma vida coletiva. Eu sinto que as pessoas se sentem no direito de falar o que as outras devem fazer, de cobrar uma atividade, alguma coisa como a outra deveria estar fazendo, ou que ele entende que você deveria estar fazendo. E aí, como eu disse, assim, ao longo do tempo a gente vai vendo que as expectativas de cada um são muito diferentes.... é muito difícil chegar num senso comum”
(Silu)

De toda forma, este fator tem raízes culturais relevantes, e é possível que respondentes de comunidades com características semelhantes, porém oriundos de culturas mais frias e distanciadas, poderiam ver estes aspetos de formas muito diferentes. Entretanto identificamos que também se liga àquelas condições de participação nos processos decisórios, mencionadas anteriormente. Aqui, porém, aparece relacionado aos comportamentos esperados pelos que participaram das decisões, mas cuja atitude não se reflete como apropriação ativa das ações ali deliberadas:

“pensando aqui, na verdade o que mais incomoda mesmo é essa percepção muito diferenciada do que que é o papel de cada um num processo como esse” Natur, sobre responsabilidade em relação às questões coletivas

As diferenças entre a vida na metrópole e a vida na comunidade se relacionam com as peculiaridades culturais dos ambientes em estudo, seus estereótipos usuais e o imaginário coletivo. As falas a seguir representam ao mesmo tempo uma certa visão da expectativa anterior sobre a privacidade na comunidade e sua evolução com a experiencição real das relações sociais. Ambas se referem a exposição da vida privada comparativamente na metrópole e na comunidade, ambas tem consciência dessa distinção e sobre seu impacto na liberdade individual:

“no início eu senti um pouco... algumas pessoas que tinham uma coisa mais invasiva, na forma de lidar com o que é coletivo, do que é individual, né? Mas com o tempo eu não sinto isso, eu me sinto bem tranquila, sabe, em

⁶⁰ por exemplo na escolha de se transferir para uma comunidade

relação a isso. Mas tem uma coisa que é muito complicado, assim.... eu acho que no ambiente rural, o ambiente mais [no] interior, isso é muito natural, as pessoas tomarem conta da vida das outras, né? Que é diferente da cidade grande...” (Kayã)

“concordo com a questão desse, digamos assim, desse equilíbrio, dessa balança entre anonimidade e liberdade, sendo que.... essa questão de não saber o nome dos meus vizinhos (na metrópole), e eles não saberem da minha vida, não se interessarem, também é uma espécie de liberdade né, também é.... porque o olhar do outro é muito forte né, o olhar do outro tem muito poder” (Euly)

Ao condensar a questão com “o olhar do outro tem muito poder”, Euly nos oferece um ponto de reflexão sobre as relações imediatas, sejam íntimas ou não, em perspectiva com os profundos impactos que este mesmo olhar pode representar tanto para a efetiva liberdade de ações, como para a percepção de liberdade nas relações da comunidade. Já a naturalização contida na fala de Kayã sobre a imprecisão das fronteiras da vida individual com a vida coletiva no ambiente rural (aqui claramente remetido a *Gemeinschaft*), ao mesmo tempo reflete o processo de adaptação cultural ao ambiente da comunidade. A fala “as pessoas tomarem conta da vida das outras” contém também o exemplo da contradição entre o cuidar e o expiar, entre a invasão e a atenção, e assim representa o aspecto simbólico da contradição da liberdade com a privacidade, não só em seu sentido mais prático do dia a dia, mas de seus impactos na própria construção das relações de confiança e demais aspectos das relações, de forma consciente ou não (Lubochinski, 2017).

Ou em outra perspectiva, o olhar aos valores do passado sobre este aspecto das relações tradicionais já se encontra imbricado do desejo de construção de um novo, ainda que este novo não seja vislumbrado com clareza, atitudes ou fundamentação teórica. A construção contínua e permanente deste espaço intersubjetivo dentro de comunidades se mostra aqui como um fator central em todo o debate que este estudo se propõe.

Privacidade e autoexposição são contradições inerentes à vida social. Na metrópole as escolhas sobre a autoexposição são muito mais amplas e, de certa forma, mais variadas e superficiais, pois esta exposição pode se dar em fragmentos, em ambientes controlados ou especialmente desenhados com a finalidade de controle. Na comunidade, em outro extremo deste espectro, a necessidade de autoexposição se conjuga fortemente com a inevitabilidade de sua ocorrência. Euly apresenta sua conclusão como uma visão comparativa do senso de fraternidade:

“a coesão a partir dos valores, a partir do interesse (coletivo), ela possibilita uma intimidade até maior, muitas vezes né? E sem a poluição da hierarquia

familiar, e assim por diante, então... é um senso de fraternidade maior”
(Euly)

O senso de fraternidade se liga primariamente nos valores familiares (também em processo de mudança desde *Gemeinschaft*), nas relações mais imediatas da vida e nos grupos de pertencimento. A comunidade particular (neste estudo uma ecoaldeia qualquer, por exemplo), reúne, além de seus membros moradores e suas relações de afeto internas e externas (amigos, parentes e visitantes eventuais), o pertencimento ao movimento das ecovilas, como já demosramos anteriormente, e ainda um outro grupo de pessoas, que iremos abordar a seguir.

A existência de um certo número de pessoas que surgem nestes locais, dedicam algum tempo, esforço e afeto, e depois partem sem se fixar numa ou noutra comunidade, oferecem e constroem relações sociais diferenciadas, que pensamos merecer aprofundamento em estudos futuros. São usualmente citados como amigos do projeto, apoiadores, etc. Demonstram ligação com o movimento, dedicam esforço na realização e construção de estruturas físicas, participam por algum tempo (que pode ser curto ou longo) das relações e seus desenvolvimentos, praticam trocas de conhecimento, de afeto e de histórias de vida, e depois seguem seus caminhos.

“então alguns dos membros⁶¹ optaram por sair durante o período... Não teve nenhum conflito, não teve nenhuma crise, nada ruim, pelo menos no momento né? Foi mais uma percepção, de cada um, de falar ‘eu acho que já estou há mais de seis meses aqui, né, eu acho que vou experimentar uma outra coisa....’”(Cofrã)

“porque veio muita gente de vários lugares, conhecer coisas que não sabia, né? [...] A maioria dos voluntários vem para isso mesmo (pensando em sair do sistema); e quer conhecer como é aqui dentro, aprender” (Noah)

“O que leva pessoas (até nossa comunidade)? (no momento as visitas de pessoas de fora da comunidade estão paradas devido à pandemia). Mas antes disso o que levava as pessoas era principalmente a experiência da vida comunitária” (Silu)

A regularidade destas relações “não permanentes” relativiza a fronteira entre o coletivo e o privado sob a ótica do compartilhamento temporário de variados recursos (materiais, afetivos, processuais), e também da autoexposição dos residentes para com sua própria comunidade. É comum que os indivíduos realizem uma apresentação pessoal a cada evento com pessoas novas

⁶¹ a fala “membro” refere-se a alguém considerado como membro permanente do projeto. Entretanto, nesta mesma fala, depreende-se tratar-se de uma permanência aproximada de seis meses. Curiosamente, seis meses foi exatamente o tempo mínimo que este estudo definiu para qualificar uma pessoa como residente de uma ecoaldeia. Por esta razão, a fala se encaixa no horizonte de análise deste capítulo.

(para grupos de treinamento, voluntariado, projetos, etc), oportunidade sempre renovada para cada indivíduo sedimentar aspectos pessoais e/ou mudanças na autoimagem projetada em sua fala e comportamento, e, portanto, aprofundar ou não aspectos de sua intimidade e proximidade com sua própria comunidade.

A fala de Cofrã reúne vários desses aspectos:

“Mas o mais comum foi ter encontrado pessoas que vivenciaram muita coisa na vila, entregaram... se entregaram, de fato, muito para a vila, deixaram marcas maravilhosas, criaram amizades incríveis. Mas o perfil dessas pessoas era esse: passar pelo projeto, dar o que elas podiam, absorver o que elas precisavam, e seguir outro caminho [...] Mas aquela pessoa que dá o passo a mais e fala assim: a vila tem que continuar existindo, e eu quero fazer parte dessa existência, eu quero... Ela tá em construção, eu quero fazer parte dessa construção, eu quero ver o resultado lá na frente né? Eu quero plantar essa árvore aqui, eu quero colher o fruto dela. Então, essas pessoas têm sido o mais desafiador de encontrar. Então, o incômodo seria esse: onde estão essas pessoas? Como fazer ... ?” (Cofrã)

3.2.2 Privacidade nas instalações coletivas

A precaridade das instalações físicas durante períodos de implementação ou ampliações da comunidade também afetam estas percepções, especialmente em períodos de residência em barracas ou instalações coletivas enquanto acontece a construção de estruturas comuns. A vida nestas instalações coletivas usualmente coloca a privacidade em condição bastante precária:

“e no início, por muito tempo, por mais um ano morei de barraca, perto da área comunitária e enfim, também era um desafio, assim, pensar em quando eu conseguiria começar a construir minha casa, para ter o meu espaço, a minha privacidade né? Porque a convivência comunitária é bem intensa né? A gente morava em várias barracas, em volta do que a gente chamava de casa mãe, que é uma cozinha comunitária, um banheiro comunitário... então é o tempo todo ali, de convivência... Eu já estava pensando ali também como seria a longo prazo, para poder ter uma privacidade também, que eu sempre prezei né?” (Silu)

“Então o tema da privacidade, ele foi, não por coincidência por você trazido, ele foi um grande desafio (no início da construção da comunidade), principalmente no período que a gente passou, justamente porque nós temos uma estrutura coletiva, apenas, construída, e todos dormindo em barracas. Então, em cem por cento do tempo nós estamos juntos. E a falta de privacidade, a falta de espaço individual pesou, pesou em vários momentos” (Cofrã)

A habitação em barracas e outras formas de instalação coletiva provisória ocorre principalmente durante estes períodos de implementação inicial das comunidades, que pode variar entre poucos

meses e vários semestres, ou para receber visitas e voluntários, e portanto são temporários por definição. Tanto uma situação quanto a outra não oferece condições de privacidade significativa aos residentes destas instalações. Estas situações podem afetar suscetibilidades, mas podem igualmente reforçar laços de confiança e solidariedade, até porque a segurança física da vida humana em barracas fica igualmente precária, tanto com relação às condições ambientais, quanto aos riscos ligados à sociedade, furtos, roubos, etc, especialmente para quem vem com uma história de vida em metrópoles tidas como altamente inseguras.

A privacidade segue então sendo um tema de fundo para as relações estudadas. Se a perspectiva de Bauman entre segurança e liberdade talvez demande equacionamento em outros pontos, como por exemplo em comunidades bem maiores, mesmo aonde ainda seja possível manter uma identidade grupal coerente, a questão da segurança pela proximidade é reafirmada como o equilíbrio entre o egotismo⁶² e o altruísmo em Scott Adam:

A pergunta não é agradável, mas precisa e deve ser colocada: 'Quanto é válido o policiamento mútuo para a proteção do bem comum?' Evitar o risco também tem custos, e a questão dos 'riscos aceitáveis' - de 'quão seguro é seguro o suficiente para esta cultura em particular?' - não pode simplesmente ser posta de lado (como a linguagem universalizante ligada a uma utopia ecológica novamente tende a fazer). A questão aqui é a do equilíbrio adequado entre liberdade individual e responsabilidade coletiva (egotismo e altruísmo) que tanto ocupou Emile Durkheim, e que os sociólogos contemporâneos não podem ignorar por mais apaixonados que sejam pela preservação do bem comum, ou por mais incertas se acredite que sejam as condições em risco (Adam et al., 2000, p. 43)⁶³, tradução livre

Como uma questão central desse estudo, a liberdade parece mesmo encontrar-se na fronteira com a percepção de segurança que as ecoaldeias podem prover. Ainda que o Brasil contemporâneo seja caso particular, dado as condições de segurança pública em grandes metrópoles tidas atualmente como próximas ao descontrole, o ponto em questão mostrou-se relevante para os residentes. E suas perspectivas não fornecem uma direção sobre o sentido buscado em nossa pergunta principal: ao mesmo tempo que a segurança segue sendo um fator central para a vida no núcleo social, que pode ser identificado como valor tradicional, não se

⁶² Tendência a monopolizar a atenção, mostrando desconsideração pelas opiniões alheias. Dicionário Aurélio Eletrônico - Século XXI

⁶³ The question is not pleasant, but it must also be posed: 'How much mutual policing is the protection of the commons worth?' The avoidance of risk has costs too, and the issue of 'acceptable risks' - of 'how safe is safe enough for this particular culture?' - cannot simply be brushed aside (as the universalizing language of an ecological utopia again tends to do). The issue here is the one of appropriate balance between individual freedom and collective responsibility (egotism and altruism) which so occupied Emile Durkheim, and which contemporary sociologists cannot ignore however passionate they are about the preservation of the commons, or however high they believe the stakes to be." (Scott, Alan: Risk Society or Angst Society? Two Views of Risk, Consciousness and Community, in Adam et al., 2000, p. 43)

percebe nas respostas nenhuma forma de articulação para que uma nova abordagem possa reenquadrar o equilíbrio da responsabilidade coletiva (pela segurança do grupo) e a liberdade individual.

3.3 Antissistema?

Como tema emergente, as falas relacionadas com a questão antissistema foram eloquentes e fartas, com se verá nos exemplos. Este acréscimo representou um desafio de delineamento dentro da pesquisa, posto que, tanto a fuga das condições desagradáveis da metrópole, quanto qualquer busca (idílica ou não) de solução fora dela, já pode, aprioristicamente, ser qualificada como antissistema, a considerar os usos mais comuns desta expressão (Rojas, 2013)⁶⁴, acrescido pelo fato de que metodologicamente não termos oferecido maiores suportes descritivos do conceito antissistema. Também é relevante registrar que, desde a inclusão desse tema no guião de entrevista como decorrência das entrevistas piloto, não houve nenhuma ocasião durante as entrevistas em que a compreensão sobre do que se tratava o tema tenha sido solicitada pelos entrevistados, ou seja, nunca aconteceu por exemplo réplicas do tipo ‘a qual sistema você se refere?’ ou ‘o que você quer dizer com antissistema?’, etc.

De nossa parte, apoiaremos nossa análise no que Arrighi et al. (1989) chama de “reconceptualização dos mecanismos operacionais dos grupos sociais (que são formados, são reformados e, claro, também desaparecem), e que competem e entram em conflito dentro desta economia mundial capitalista, à medida que ela continua a evoluir e a se transformar.” (Arrighi et al., 1989, p. 77)⁶⁵, tradução livre.

Reiteramos que não temos a pretensão de proceder a um mergulho abrangente dentro deste tema, posto as limitações inerentes ao estudo e ao processo dessa pesquisa. Queremos sim um painel que possibilite ao mesmo tempo um enquadramento da condição antissistema dentro do nosso estudo (o que seria ser antissistema na percepção dos entrevistados?), e também que este enquadramento possibilite uma avaliação sobre esta condição.

⁶⁴ “A julgar pelos usos mais comuns que hoje em dia se fazem do termo “movimentos antissistêmicos”, podemos considerar que a maioria dos que o usam, o concebem como idêntico ao termo “movimentos anticapitalistas”, pois se a luta ou o combate essencial de um movimento é contra o sistema social hoje imperante em nível mundial, e esse sistema é o capitalista, então é lógico considerar que a luta antissistêmica ou o movimento antissistêmico são contra o capitalismo planetário e, portanto, essas lutas ou movimentos são idênticamente anticapitalistas e antissistêmicos, e que seriam termos perfeitamente equivalentes e intercambiáveis.” (Rojas, 2013, p. 9)

⁶⁵ a reconceptualization of the operational mechanisms of the social groups (that are formed, are reformed, and of course also disappear) that compete and conflict within this capitalist world-economy, as it continues to evolve and to transform itself.

Nosso foco direcionou-se para falas que pudessem conter percepções de cunho reformador, anárquico, revolucionário e/ou simplesmente para conter posicionamentos “off the grid”, sem no entanto sugerir nenhum desses aspetos.

“Eu já não vivia feliz mais na cidade, então eu tava brigando contra o sistema, eu tava brigando, tava num lugar ruim, onde eu não me reconhecia mais” [...] “porque que sistema é esse, que eu tô falando né, que eu saí de um, eu vou entrar em outro? As coisas precisam acontecer, precisam de uma forma, de uma ordem né, e como que isso se dá? Então, eu saí de um sistema, mais capitalista, um sistema mais... como que eu posso dizer...? Um sistema mais destruidor, mais bélico. E eu saí deste sistema” (Layr)

A luta e percepção do “lugar ruim” aponta para um lugar difuso de desconforto, e a desconexão que se apresenta em “eu não me reconhecia mais” aprofunda que esta “briga com o sistema” não havia sido elaborada cognitivamente, e nem “o sistema” se deixa definir a partir desta fala de Layr, acima. Há indicações gerais sobre uma possível visão anticapitalista, mas a própria condição ‘mais capitalista, mais bélico’ relativiza o sistema do qual diz ter saído.

Já a fala de Kayã nos permite avançar sobre a temática da hierarquia:

“eu acho que essa questão da hierarquia, é uma das coisas que a gente deseja que não seja nesse formato, entende? Onde todo mundo tenha fala, e esse essa fala seja respeitada. essa questão é uma tônica da nossa comunidade, essa diferença. [...] Eu acho que a hierarquia é uma das questões que a ecovila busca dissolver, entende?” Kayã

A presença de desagravo perante questões de hierarquia nessa e em outras falas, e sua busca pela sua “dissolução” representa um espectro que, sem fugir explicitamente das condições inerentes ao sistema de produção capitalista, o amplia para todas as relações humanas e suas potenciais formas de desigualdade e iniquidade, já tangenciando questões de cunho filosófico. Ao que nos interessa na análise, nossa percepção é de que a busca aqui também se aproxima de uma busca aos valores filosóficos de verdade e justiça, e, portanto, mais direcionado à construção de novas formas de relação do que o resgate sobre qualquer ótica dos valores da *Gemeinschaft*.

“Então... sair de uma grande metrópole não faz [a pessoa sair do sistema], como era assim uma das minhas grandes ideias iniciais. Hoje em dia eu [não falaria mais] em sair do sistema. eu acho que basicamente é isso: eu acho que é entender que todos fazemos parte desse sistema. E se auto responsabilizar [...] pelas coisas que acontecem, e como a gente, através das nossas relações e dos nossos valores morais, o que fazer [as coisas diferentes]: dar mais valor às pessoas, é conseguir ter uma bioconstrução, e

cuidar dos seus próprios [recursos], da sua fossa biológica... É um ponto, mas não faz de nós um fora do sistema” (Silu)

A fala de Silu parece contribuir para o debate na busca de uma visão mais coerente internamente, questionando se a saída do sistema se articularia para significar simplesmente a saída da metrópole. Entretanto ao concluir que não saiu do sistema e considerando que todos fazemos parte deste sistema através dos valores morais e das relações sociais, oferece uma lacuna interpretativa sobre qual seria o sistema ao qual estaríamos nos referindo.

“Então... eu acredito que é meio impossível sair do sistema. A gente pode mudar é na visão da nossa vida né? A gente pode mudar nossa vida. Como exemplo eu vim pela natureza. Tento fazer aqui bioconstrução, minha casa... tento fazer a coisa mais próxima da natureza, sem agredir ela tanto. Mas sair do sistema eu acho que é impossível. Porque? Porque a gente tem um CNPJ⁶⁶, a gente é um instituto, a gente tem que pagar todos os encargos que tem que pagar, tem que declarar imposto de renda, tem que mostrar sua conta bancária... Então tudo taí no sistema... [...] Então eu acho que sair do sistema totalmente a gente não consegue. Realmente o sistema come a gente... pode sair um pouco...” (Noah)

“O sistema come a gente” da fala acima nos serve de impulso para sua análise. Aqui a interpretação parece referida às condições de vida impostas pelo sistema capitalista de produção em seu estágio atual de desenvolvimento, conjugado com um sistema político centralizado e um Estado controlador, ao qual declara ser impraticável se desvincular. Ainda que deixe espaço para interpretação de que isso poderia ter suas compensações, presentes na fala pela contrição e resignação: “a gente tem que pagar todos os encargos que tem que pagar, tem que declarar imposto de renda, tem que mostrar sua conta bancária...”.

“eu acho que, em boa parte, o que a gente chama de sistema, especialmente nos seus aspectos nocivos, [...] é colocar o ser humano numa esteira, né? É a esteira de partos, é a esteira de trabalho, a esteira de atividades é o... o imperativo do desejo, o imperativo da diversão, [o imperativo da] felicidade, que faz todo mundo querer parecer feliz e perfeito, o tempo todo, nas redes sociais né, quando isso não é verdade no mundo de dentro né? [...] As pessoas são hostis porque elas se sentem oprimidas, se sentem sozinhas, se sentem ameaçadas o tempo todo... O sistema de produção é um sistema que preza pela competitividade, pela disputa, pela ameaça né?” (Euly)

Novamente as condições descritas se encaixam numa percepção onde o sistema considerado tem seu núcleo nos valores e práticas predominantes no sistema capitalista, além de relacionar as condições de opressão deste sistema às condições de vida na metrópole. A fala contém ainda a

⁶⁶ número atribuído pelo governo, que designa contribuinte fazendário coletivo

expressão “a verdade no mundo de dentro”, que se contrapõe ao sistema de forma unitária individual (a minha verdade pessoal interna), que iremos aprofundar na próxima fala de Euly:

“Eu acho que o sistema está à nossa volta, nós estamos dentro do sistema né? Eu não acho que seja possível sair do sistema, a não ser que o ser humano nasça no meio do mato. Mas se ele nasceu numa família, ele já tá no sistema né? Ele já vai... se ele tem um CPF⁶⁷, ele já tá no sistema, se ele acessa um celular ele já tá no sistema, enfim.... O sistema é muito maior do que a gente pode ser, mas nós somos uma ovelha negra, assim, um filho rebelde né? [...] Mas... nós precisamos também né, por isso que eu digo um filho rebelde, porque nós precisamos de dinheiro também, eu gosto de internet, eu gosto de jogar videogame, eu gosto de ter eletricidade na minha casa, e isso tudo é pago em reais. Então, a proposta de saída do sistema, ela ressoa muito como uma ideia de autossuficiência” (Euly)

Aqui Euly alarga para considerar um sistema conceitualmente mais ampliado. Ainda que inclua a possibilidade analítica de que o *sistema* seja mais amplo e transcenda ao sistema capitalista, mantém importantes processos do sistema capitalista em seu núcleo de reflexão, e já indica requisitos e condições que a ele se relacionam, como por exemplo a burocracia e controle estatal, os sistemas tecnológicos, a estrutura familiar de reprodução social. E também indica o desejo de transformá-lo, sem adicionar uma direção desta transformação além de uma possível rebeldia. Sua conclusão, com a ideia da construção de autossuficiência, parece conter muito do que a imagem pública do movimento das ecoaldeias representa: a esperança de se conter e se realizar dentro de suas fronteiras sem depender de aportes exteriores (afinal autossuficiente). Mas ao mesmo tempo esconde uma contradição inerente ao sistema capitalista, e que aparece nesta disputa narrativa aqui também: a construção social da autossuficiência para e com o grupo versus a autossuficiência individual. Enquanto problemática coletiva, qualquer possível construção de autossuficiência demanda o diálogo e decisões de cunho estratégico a fim de gerar impactos de longo prazo. Já na ótica da autossuficiência individual, aprofunda variantes que conduz ao individualismo, contempla decisões que podem ser de curto prazo e podem não colaborar com a coesão do grupo. Nas entrevistas não identificamos com clareza a predominância de uma ou outra corrente quando o assunto tratado era referido como antissistema, mesmo que a vida coletiva tenha sido proeminente em outras vertentes. Aqui desejamos registrar uma das formas que esta contradição pode se apresentar e impactar nas construções sociais das ecoaldeias.

Rojas (2013), no artigo exploratório descritivo “O que são os movimentos antissistêmicos”, postula que a luta dos movimentos antissistêmicos contra o capitalismo:

⁶⁷ número de contribuinte individual, equivalente do NIF

se volta também e necessariamente numa luta simultânea contra os outros sistemas sociais que o sustentam e o apoiam, sendo subjacentes ou complementares ao mesmo. E esses dois sistemas solidários ao capitalismo, são, primeiramente, o sistema de organização social dividido em classes sociais antagônicas, e segundo, o sistema do reino da ‘escassez natural’ (Rojas, 2013, p. 10)

Esses aspetos não são de dissociação simples. Porém ao delinear “o sistema de organização social dividido em classes sociais antagônicas” e “o sistema do reino da ‘escassez natural’” como articulados e complementares ao sistema capitalista, promove uma condução analítica que nos auxilia em nossa tarefa. E em outro trecho:

Assim, juntamente com a luta anticapitalista contra todas as formas de exploração econômico-sociais, de expropriação territorial, dos direitos e da cultura, da repressão político-social em todas as suas variantes, além das múltiplas formas de desprezo e discriminação, vemos também florescer agora, em todo o planeta, *movimentos que questionam a ancestral relação instrumental do homem com a natureza ou a lógica tecnológica vigente há milênios, juntamente com a cada vez mais anacrônica e inoperante divisão entre o campo e a cidade* (Rojas, 2013, p. 16s), grifo nosso

Juntamente com o trecho anterior, temos um quadro onde os fatores distintamente relacionados ao sistema capitalista agora se destacam das hierarquizações, das realidades materiais que possam estar envolvidas em processos de escassez outros que não os inerentes ao sistema capitalista, e por fim da própria divisão entre campo e cidade, que reorganizaremos analiticamente para conter a relação do homem com a natureza. Essa reorganização nos apoia a aprofundar a análise das falas em nosso estudo, ao mesmo tempo que se relaciona com conceitos correlatos de contraste bastante similar ao contraste *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*.

A fala de Cofrã, sobre sua percepção relacionada às pessoas que visitam a ecoaldeia, apresenta um painel mais geral sobre o contexto de saída de um sistema opressivo, enquanto construção de alternativas que passam pela redução de consumo e pela não alimentação daquelas condições:

“Muitas pessoas também já vem com esse intuito (de sair do sistema), mas ainda não no momento de se sentirem preparados para dar o próximo passo. Porque o primeiro passo é o sair do sistema que a gente está, e que não tem como sair efetivamente. A expressão é essa, mas não é exatamente isso que acontece, mas a construção daquela alternativa para esse sistema que a gente tem. [...] Então muita gente ainda estava nessa... até nessa ilusão, de que vai sair desse sistema, que não vai mais consumir coisas, de que não vai mais contribuir para um sistema... enfim, opressivo” (Cofrã)

Entendemos, portanto, que nossas entrevistas indicam a clara presença de um viés antissistêmico, conforme aqui configurado. Esse enfoque não pretende generalizar a condição, mas apontar também lacunas a explorar e a compreender sobre os fatores que se relacionam ao tema, tema esse que se mostrou relevante a ponto de surgir como emergente, e ter oferecido material de estudo suficientemente rico e variado.

A condição antissistêmica cujas facetadas apresentadas se mostram difusas pelas falas destacadas, parece envolver ainda dois aspectos centrais nesta discussão, e que não foram abordados neste estudo:

- i) a representatividade do movimento das ecovilas não indica enquadrar-se como um movimento propriamente popular, mas dá sinais de um movimento mais relacionado às classes médias do extrato socio econômico das metrópoles; e
- ii) as realidades e condições de propriedade e acesso à terra onde as comunidades se instalam. Talvez os processos particulares de acesso de cada comunidade indiquem outras formas de relação de propriedade, hierarquia ou controle social.

Esses aspectos não apareceram nas falas e não foram tratados nesse estudo. Como fator de diversidade, a fala de Kaerth propõe um contraponto interessante. Ao descrever visitas a outras comunidades intencionais como encontros investigativos sobre a realidade e possibilidades de construção de uma nova comunidade com o qualificativo ecoaldeia, descreve a reação de outras pessoas já inseridas naquelas comunidades:

“E era sempre igual: aí eu chegava nas comunidades, começava a conversar, falava: então eu tenho a intenção de construir um espaço, né? 'Ah, mas você é do corporativo⁶⁸? Nossa, graças a Deus que você vai se livrar disso...' E aí quando eu ouvia isso, era obrigada a corrigir as pessoas, eu falava: “não, não, não é graças a Deus que eu vou me livrar disso; eu sou muito feliz no meu trabalho. Aliás, eu sou grata ao meu trabalho, porque se não fosse ele eu não ia ter dinheiro e condições para fazer o que eu vou fazer hoje” (Kaerth)

A fala mostra ao mesmo tempo uma visão que se propõe como generalizada entre comunidades já estabelecidas (“era sempre igual”, e que de certa forma se alinha com as falas anteriores em seu aspecto de saída do sistema), com uma visão que indica a utilização do *sistema* como impulsionador para a criação de alguma coisa nova. Por outro lado indica também uma visão potencialmente individualista ao extremo (“era obrigada a corrigir as pessoas”), que em muitos aspectos apenas reforça condições de hierarquização e de valorização a aspectos econômico financeiros típicos do sistema capitalista. Talvez, em nosso estudo, este seja o exemplo mais

⁶⁸ Linguajar usual no Brasil para definir alguém posicionado relativamente alto na hierarquia empresarial, usualmente ligado mais às questões diretivas organizacionais do que operacionais.

evidente do que Rivera López (1995) chama de comunitarismo fraco, que ele considera a forma de comunitarismo que quer conjugar a vida comunitária com ideais centrais do liberalismo.

Como tema emergente o aspeto antissistema mostrou-se muito relevante dentro da pesquisa, tanto pela perspectiva do delineamento sobre qual o sistema se constrói como alternativa, como pela própria força que se depreende das falas sobre o componente de fuga. Enquanto a busca está presente (pelas condições de harmonia, vida mais tranquila, etc.), a fuga das condições representadas pelo *sistema* mostra bastante destaque e peso. Como indicado anteriormente, este contraste não oferece clara distinção no eixo de nossa pesquisa, pois a fuga e a busca podem ser complementares tanto na noção do movimento como na construção discursiva de sua orientação.

As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É portanto claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, *mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados*. (Bakhtin, 2006, p. 40), grifo nosso.

Como conclusão nesse capítulo retornamos à potencialidade que as condições e distribuição da propriedade da terra tem como fator indicativo dentro do debate relativo ao aspeto antissistema.

A segurança que a propriedade formal assegura aos proprietários de terras, bem como as barreiras de aquisição de lotes de terra agricultáveis contém significativa convergência dentro do dilema entre segurança e liberdade. Isso porque o desejo de “sair do sistema”, que não se realiza de forma sutil e nem individual, se confronta com a necessidade de criar novas formas de relação com o mundo, e as deliberações de residir e trabalhar em áreas sem garantia de posse futura estão afetas tanto à questão da liberdade quanto à questão da segurança. E conforme Campani (2011), “pensar as ecovilas sob o ponto de vista da técnica-mercantil contemporânea pressupõe uma descaracterização, pois seria concebê-las como arquétipos capazes de serem reproduzidos em função de regras e interesses hegemônicos” (Campani, 2011, p. 10).

A considerar a abordagem de Rojas (2013) sobre os movimentos antissistema em seu aspeto trino (condições inerentes ao sistema capitalista, hierarquização de alguns indivíduos sobre os demais e os aspetos ligados à escassez exteriores ao sistema capitalista), pode indicar tanto o sentido de construção de um novo (novo sistema, novas relações, novas formas de propriedade da terra), tanto quanto a visão holística e romantizada da terra acolhedora possa representar seu contraponto na visão dos valores do passado como ideal, e representar a busca por condições

presentes em estágios pré-modernos, como por exemplo o uso plenamente coletivizado das terras comuns.

4 Conclusões

Nosso caminho revelou facetas importantes sobre as ecoaldeias através de falas de seus moradores, oferecendo visões variadas quanto ao ponto que nos propusemos a investigar. Ambos os aspectos (valores do passado e visões orientadas ao futuro) estão representados. Os remates que nos permitiremos a seguir precisam ser lidos levando-se em conta essas visões múltiplas e variadas. Há indícios, contudo, que possibilitam algumas conclusões parciais, pois identificamos que os valores estão presentes em bases bastante consistentes.

Foi comum durante as entrevistas a indicação pelos entrevistados da necessidade de pensar sobre o assunto ali naquele mesmo momento. Indica que vários daqueles pontos estavam pouco amadurecidos pelos entrevistados, significando aspectos de pouca reflexão anterior. Esta condição pode se relacionar com a estrutura da pesquisa (por exemplo: dinâmica e duração das entrevistas, apenas uma rodada de entrevistas, outras formas possíveis de preparação, etc), ou até mesmo excesso de ousadia na formulação das questões para o escopo do trabalho. Porém indicou também que o assunto é bastante relevante para as pessoas daquele universo.

“nem sempre a gente sabe do que você tá em busca, né? Muitas das vezes você não sabe o que você está buscando. [...] Então eu acho que eu mudei o sistema (pela construção consciente das relações sociais), mas sair do sistema, não sei...” (Layr)

O contraste fuga / busca apresentou nuances que ultrapassam a própria formulação. Outros fatores que não foram aprofundados necessitariam ser investigados para dar sentido, dentre os quais queremos ressaltar os fatores geográficos, sócio econômicos e históricos de cada comunidade, e também dos indivíduos que as compõem. As falas de Layr integram este tema com uma visão poética que a nosso juízo consolida de forma consistente as realidades observadas:

“eu acho... eu sinto que tem um pouco dos dois, porque ninguém inventa nada né, na verdade. Eu acho que é um pouco de transformar, com as ferramentas que a gente já tem, transformar e tentar um novo, então eu não consigo ver de maneira separada, assim. [...] Mas eu acho que é igual aquela coisa da flecha né, que para poder ir para frente, ela tem que vir para trás um pouco, para você poder lançar ela” (Layr)

A imagem poética da flecha e do arco oferece uma abordagem de integração dinâmica desses opostos (pra frente e pra trás) que relativiza nossa pergunta inicial e, paradoxalmente, oferece uma metáfora de “se lançar” à frente. Longe de desqualificar nossa questão inicial, oferece novas luzes sobre uma visão verdadeiramente holística que também esteve presente como fator

integrativo dos potenciais dilemas presentes na discussão. Dilemas que se imbricam fortemente dentro do assunto antissistema, posto se referir a condições e possibilidades que se originam dentro dele (o *sistema*), mas com forças orientadas para transformá-lo até o ponto de se desejar emancipatórias dele mesmo (sair do sistema).

A intencionalidade à qual vínhamos nos referindo esteve mais ligada às declarações e percepções individuais, e julgamos que não foi aprofundada mais fortemente para dentro de uma visão propriamente coletiva. Esse aprofundamento aos aspetos mais orientados para a coletividade com relação à visão antissistema demandaria esforços de natureza dialética (a ser tratado também com técnicas e métodos juntos à coletividade), de forma a tornar os temas integrados o suficiente, ao ponto de possibilitar melhor clareza conceitual e discursiva sobre qual sistema (ou quais sistemas) estariam em oposição, quais ferramentas e ações poderiam ser julgadas pertinentes e, talvez o principal, quais forças sociais seriam convergentes e quais divergentes.

Representada pela fala de Silu abaixo, a complexidade da questão resume-se mesmo numa visão que demanda uma construção social mais ampla e abrangente:

“eu não sinto que a gente saiu do sistema só por morar lá. Mas eu, pelo que eu observo, pessoas acreditam que só por morar lá (na ecoaldeia) já saíram do sistema. [...] Eu acho que esse é um assunto muito romantizado também. Eu vejo, eu sinto que, antes, quando eu falava em sair do sistema, sair de uma grande metrópole, e usar menos o carro, [...] tudo isso já faria de mim uma pessoa “fora do sistema”. Mas por eu morar lá (na ecoaldeia), eu me sinto tão responsável pelo sistema, “entre aspas”, do que eu sempre fui... Hoje em dia eu não diria ‘sair do sistema’. Hoje em dia eu acho que todos nós fazemos parte do sistema de algum jeito. E [eu acho que] é isso: uma máscara, uma romantização que acabou [indo por água abaixo] também...”
(Silu)

A menção de uma visão pregressa “romantizada” do movimento das ecoaldeias indica a circulação social de valores potencialmente mais direcionados ao passado, mas de possíveis variações qualitativas e quantitativas. O que poderia condensar esses aspetos relativos ao passado é mencionado já em Durkheim como uma emancipação: “a emancipação é progressiva; os primórdios disso remontam a um passado distante e não atingiu seu apogeu” (Durkheim, 1972, p. 1196)⁶⁹, tradução nossa. Durkheim coloca em perspectiva a emancipação, descrita como uma forma de os indivíduos se livrarem progressivamente de “pesos e amarras sociais” da *Gemeinschaft*. Passados cem anos, hoje temos a representação da emancipação a partir do desejo de se livrar dos pesos e amarras da *Gesellschaft*, e os desejos de emancipação certamente

⁶⁹ Moreover, emancipation is progressive; the beginnings of it go back to the distant past and it has not reached its apogee

respondem por parte relevante da perspectiva antissistema. E assim, o eixo proposto por Durkheim nos dirige para a busca emancipatória com novas ferramentas e lutas em direção aos valores do futuro. Brancaleone (2008) nos auxilia a resgatar também as dinâmicas sociais consideradas por Tönnies:

“Aliás, ainda que seu esquema seja amarrado em um agrupamento dual de conceitos contrastantes, de modo algum Tönnies os pensava de maneira estanque, isolada e estática, e sim apontando *as dinâmicas de longo prazo que eles representavam, isto é, o desenvolvimento da sociedade de seu tempo.*” (Brancaleone, 2008, p. 104), grifo meu

Enquanto processos de longo prazo, conjugamos a visão antissistema com a intencionalidade na transformação do mundo. Como já mencionado acima, a intencionalidade que abordamos em nossa revisão de literatura estava contida muita mais na esfera do indivíduo do que das formas de ação grupais, especialmente aquelas que poderiam estar ligadas aos movimentos populares de transformação social. A transformação, no entanto, processa-se em ambas as arenas. Porém as de caráter coletivo / grupal representam inegavelmente potencial de impacto maior e mais abrangente.

O atributo *liberdade* ficou, portanto, bastante condicionado a uma visão individual de sua percepção, tanto na metrópole quanto na comunidade, e em relação direta com a escolha da deslocação da metrópole para a comunidade, e a partir daí, nos impactos na vida individual dentro de cada comunidade. Por fim o tema privacidade, conclusão já iniciada no próprio capítulo que o analisa, mostrou-se um aspecto regulador fundamental da liberdade para as pessoas das comunidades representadas.

Svartman e Bueno (2016) indicam que, também para Simmel, a relação entre dependência e liberdade está refletida em fatores que se processam em um meio social, tanto por um aspecto quantitativo das relações sociais (variação dos contatos sociais), como individualizado (conhecimento dos agentes individualmente determinados). Estes aspectos relacionam-se diretamente ao tamanho e diversidade contida nas comunidades, e também nas práticas de interação extra comunitária com o entorno, com visitantes e usuários de serviços, etc.

A construção de um referencial mais expressivo poderá contribuir para melhor elucidação desse aspecto, onde assinalamos que uma comunidade maior (mais pessoas, relações sociais mais variadas) pode representar fator de enorme relevância⁷⁰ tanto para a liberdade como para a

⁷⁰ O livro utópico bolo-bolo (P.M. 1985), por exemplo, constrói seus imaginários de comunidades com cerca de quinhentas pessoas.

percepção de segurança e dependência. Pensamos que um estudo específico, que tenha como fator qualitativo central a quantidade de pessoas vivendo nas comunidades, e correlacionado com a condição de maturidade dessas comunidades (tempo de existência, estabilidade, coesão) poderá trazer importantes contribuições para estudos futuros.

5 Bibliografia

- Adam, B., Beck, U., & van Loon, J. (2000). *The Risk Society and Beyond: Critical Issues for Social Theory*. SAGE Publications Ltd. <https://doi.org/10.4135/9781446219539>
- Aldous, J., Durkheim, E., & Tonnies, F. (1972). An exchange between Durkheim and Tonnies on the nature of social relations, with an introduction by Joan Aldous. *American Journal of Sociology*, 77(6), 1191–1200.
- Arrighi, G., Hopkins, T. K., & Wallerstein, I. M. (1989). *Antisystemic movements*. Verso.
- Bakhtin, M. (2006). *Marxismo e filosofia da linguagem (2006)* (12a ed.). Hucitec.
- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade*. Zahar.
- Bauman, Z. (2003). *Comunidade: A busca por segurança no mundo atual*. Zahar.
- Boyer, R. H. W. (2016). Achieving one-planet living through transitions in social practice: A case study of Dancing Rabbit Ecovillage. *Sustainability: Science, Practice and Policy*, 12(1), 47–59. <https://doi.org/10.1080/15487733.2016.11908153>
- Brancaleone, C. (2008). Comunidade, sociedade e sociabilidade: Revisitando Ferdinand Tönnies. *Revista de Ciências Sociais*, 39(2), 98–104.
- Brecher, W. P. (2013). Sustainability as Community. *electronic journal of contemporary japanese studies*.
- Callenbach, E. (2004). *Ecotopia: The notebooks and reports of William Weston*. Banyan Tree Books in association with Heyday Books.
- Campani, M. M. (2011). Organizações sustentáveis: Uma reflexão sobre sustentabilidade e ecovilas. *Revista Geográfica de América Central*, 2, 1–11.
- Catarucci, F. M. (2017). A Saúde e Permacultura na Ecovila Tibá. Em I. Majerowicz (Ed.), *Ecovilas Brasil Caminhando para a sustentabilidade do ser*. Bambual.
- Christakis, N. A. (2019). *Blueprint: The evolutionary origins of a good society*. Little, Brown Spark.
- Christian, D. L. (2003). *Creating a life together: Practical tools to grow ecovillages and intentional communities*. New Society Publishers.
- Christian, D. L. (2007). *Finding community: How to join an ecovillage or intentional community*. New Society Publishers.
- Clark, P. (2017). *Making Connections: The Narratives of Motivation for Moving to an Eco-community* [Submitted for the degree of Master of Science in Social Research Methods]. Faculty of Arts and Social Sciences University of Surrey.
- Cohen, A. P. (2001). *The symbolic construction of community*. Routledge.

- Cunha, F. (2018). *Economia Colaborativa—Recriando significados coletivos*. Bambual.
- Dardot, P., & Laval, C. (2017). *Comum: Ensaio sobre a revolução no século XXI*. Boitempo Editorial.
- Dias, M. A., & Loureiro, C. F. B. (2019). Uma abordagem sistêmica da sustentabilidade—A interconexão de suas dimensões nas práticas das ecovilas. *Ambiente & Sociedade*, 22, 1–19. <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc0012r1vu1911ao>
- Dias, M. A., Loureiro, C. F. B., Chevitarese, L., & Souza, C. de M. (2017). Os sentidos e a relevância das ecovilas na construção de alternativas societárias sustentáveis. *Ambiente & Sociedade*, 20(3), 81–98.
- Durkheim, E. (1972). A review of Ferdinand Tonnies's *Gemeinschaft und gesellschaft: Abhandlung des communismus und des socialismus als empirischer culturformen* (in An exchange between Durkheim and Tonnies on the nature of social relations, with an introduction by Joan Aldous). *American Journal of Sociology*, 77(6), 1193–1199.
- Fabri, A. (2016). *Ecovilas: Tecnologias voltadas a sustentabilidade comunitária*. XI Jornadas Latino-americanas de Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia, Curitiba.
- Fabri, A., & Casagrande Jr., E. F. (2015). Ecovilas: Vivenciando as Dimensões da Sustentabilidade no Dia-a-Dia. *GT5: Alternativas comunitárias de conservação ambiental e sistemas de recursos de uso comum*, 16.
- Farfán, R. (1997). El debate sobre el comunitarismo desde la perspectiva de la teoría social. La contribución sociológica de Tonnies. *Sociológica México*, 34, 116–144.
- Ferreira, A. B. de H. (1999). *Dicionário Aurélio Eletrônico-Século XXI* (versão 3.0). Nova Fronteira.
- Fotopoulos, T. (2006). Is the eco-village movement a solution or part of the problem. *The International Journal of Inclusive Democracy*, 2(3), 1–5.
- Garden, M. (2006). Leaving Utopia. *The International Journal of inclusive democracy*, 2(2). https://www.inclusivedemocracy.org/journal/vol2/vol2_no2_Garden.htm
- Gibbs, G. (2009). *Análise de dados qualitativos*. Artmed.
- Godoy, C. A. (2017). O Biorregionalismo e as Comunidades Intencionais. Em I. Majerowicz (Ed.), *Ecovilas Brasil Caminhando para a sustentabilidade do ser*. Bambual.
- Gonçalves, G. (1998). Comunitarismo ou liberalismo. *Covilhã (Portugal): Universidade da Beira Interior*.
- Henfrey, T., & Penha-Lopes, G. (2015). *Permaculture and climate change adaptation: Inspiring ecological, social, economic and cultural responses for resilience and transformation*. Permanent Publications.

- Henfrey, T. W. (2018). Designing for resilience: Permaculture as a transdisciplinary methodology in applied resilience research. *Ecology and Society*, 23(2), art33. <https://doi.org/10.5751/ES-09916-230233>
- Hilder, J., Charles-Edwards, E., Sigler, T., & Metcalf, B. (2018). Housemates, inmates and living mates: Communal living in Australia. *Australian Planner*, 55(1), 12–27.
- Johnson, A. G. (1997). *Dicionário de Sociologia: Guia prático da linguagem sociológica*. Zahar.
- Juárez, S. (2010). El concepto de ciudadanía en el comunitarismo the concept of citizenship in the comunitarism. *Revista Mexicana de Derecho Constitucional*, 23, 22.
- Kasper, D. V. S. (2008). Redefining Community in the Ecovillage. *Human Ecology Review*, 15(1), 12–24.
- Kunze, I., & Avelino, F. (2015a). *TRANSIT | Research Report: Social innovation and the Global Ecovillage Network* [Transformative social innovation theory – G/A n. 613169].
- Kunze, I., & Avelino, F. (2015b). *Transformative Social Innovation Narrative of GEN, the Global Ecovillage Network* [Transformative social innovation theory – G/A n. 613169].
- Litfin, K. (2009). Reinventing the future The global ecovillage movement as a holistic knowledge community. Em *Environmental Governance: Power and Knowledge in a Local-global World* (p. 124). Routledge.
- Litfin, K. (2014). *Ecovillages: Lessons for Sustainable Community* (688372). Polity Press; eBook Index. <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsebk&AN=688372&site=eds-live>
- Lockyer, J., & Veteto, J. R. (2012). Ecovillages. *The Berkshire encyclopedia of sustainability: the americas and oceania: assessing sustainability*, 92–95.
- Lubochinski, L. A. (2017). Comunidades intencionais. Em I. Majerowicz (Ed.), *Ecovilas Brasil Caminhando para a sustentabilidade do ser*. Bambual.
- Maffesoli, M. (1998). *O tempo das tribos o declínio do individualismo nas sociedades de massa* (2a ed.). Forense.
- Majerowicz, I., Valle, I., & Togashi, R. (2017). *Ecovilas-Brasil*. Bambual.
- Mattos, T. (2017). Ecovilas: Tecendo a Cultura Regenerativa. Em I. Majerowicz (Ed.), *Ecovilas Brasil Caminhando para a sustentabilidade do ser*. Bambual.
- Meijering, L. (2012). Ideals and practices of European ecovillages. *RCC Perspectives*, 8, 31–42.
- Meijering, L., Huigen, P., & Van Hoven, B. (2007). Intentional communities in rural spaces. *Tijdschrift Voor Economische En Sociale Geografie*, 98(1), 42–52. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9663.2007.00375.x>

- Mello, J. K. (2017). Saúde em Comunidades Intencionais. Em I. Majerowicz (Ed.), *Ecovilas Brasil Caminhando para a sustentabilidade do ser*. Bambual.
- Metcalf, B. (2012). Utopian struggle: Preconceptions and realities of intentional communities. *RCC Perspectives*, 8, 21–30.
- Mocellim, A. D. (2011). A comunidade: Da sociologia clássica à sociologia contemporânea. *PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo*, 17(2), 105–125. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2010.74542>
- Monteiro, D., & Mascarenhas, P. de V. (2020). “Estar com o universo”. As novas espiritualidades dos movimentos sociais da Nova Era. Em *Eu sou tu. Experiências ecocríticas*. Universidade do Minho.
- Naval Durán, C., & G. Sisón, A. J. (2000). Las propuestas comunitaristas en América y en Europa. *Arbor*, 165(652), 589–611. <https://doi.org/10.3989/arbor.2000.i652.986>
- Nogueira, C. F. (2018). Contornos e Tendências das Comunidades Sustentáveis Intencionais em Portugal—uma análise descritiva e exploratória. *Chão Urbano*, 11.
- Nunes, C. (2014). O conceito de movimento social em debate dos anos 60 até à atualidade. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 75, 131–147. <https://doi.org/10.7458/SPP2014753579>
- Oliveira, H., & Penha-Lopes, G. (2020). Permaculture in Portugal: Social-Ecological Inventory of a Re-Ruralizing Grassroots Movement. *European Countryside*, 12(1), 30–52. <https://doi.org/10.2478/euco-2020-0002>
- Oliveira, L. (1988). Comunidade e sociedade: Notas sobre a atualidade do pensamento de Ferdinand Tönnies. *Cadernos de Estudos Sociais*, 4(1).
- Ostrom, E. (2000). Collective action and the evolution of social norms. *Journal of economic perspectives*, 14(3), 137–158.
- Parsons, T. (1973). A emergência do conceito de sociedade como categoria sociológica. Em F. Fernandes (Ed.), *Comunidade e sociedade Leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação* (Vol. 1, pp. 269–285). Cia Editora Nacional / EDIUSP.
- Penha-Lopes, G., & Henfrey, T. (2019). *Reshaping the Future: How local communities are catalysing social, economic and ecological transformation in Europe [status report]*.
- Pepper, D. (2007). Tensions and Dilemmas of Ecotopianism. *Environmental Values*, 16(3), 289–312. <https://doi.org/10.3197/096327107X228364>
- Pires, C. V. (2017). *Ecotopias, ambientalismo e o cuidado como fator de sustentabilidade: Contributos oriundos de comunidades intencionais, da permacultura e da mudança intencional de estilos de vida* [Doutoramento em Antropologia, ISCTE-IUL]. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/15680>

- Pires, C. V., & Lima, A. (2016). Ecoaldeias: Práticas de cuidado a nível global e local. *Configurações [Online]*, 11. <http://configuracoes.revues.org/1935>
- P.M. (1985). *Bolo'bolo*.
- Quivy, R., & Van Campenhoudt, L. (1992). *Manual de investigação em ciências sociais* (2a ed.). Gradiva.
- Rancière, J. (2011). A comunidade estética. *Revista Poiésis*, 17, 169–187.
- Rivera López, E. (1995). *Las paradojas del comunitarismo*.
- Rojas, C. A. A. (2013). O que são os movimentos antissistêmicos? *Revista Eletrônica História em Reflexão*, 7(13), 24.
- Roysen, R. (2013). *Ecovilas e a construção de uma cultura alternativa* [Mestrado em Psicologia Social, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/D.47.2013.tde-31072013-114650>
- Roysen, R. (2018). O Corpo e a Adoção de Práticas Sustentáveis: Estudo de Caso em Uma Ecovila. *Psicologia & Sociedade*, 30(0). <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30i0164236>
- Roysen, R., & Mertens, F. (2016). Difusão de práticas sociais sustentáveis em nichos de inovação social de base: O caso do movimento das ecovilas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 39, 275–295. <https://doi.org/10.5380/dma.v39i0.46673>
- Roysen, R., & Mertens, F. (2017). O Nicho das Ecovilas no Brasil: Comunidades isoladas ou em diálogo com a sociedade? *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, 6(3), 99–121. <https://doi.org/10.21664/2238-8869.2017v6i3.p99-121>
- Rubin, Z., Willis, D., & Ludwig, M. (2019). Measuring Success in Intentional Communities: A Critical Evaluation of Commitment and Longevity Theories. *Sociological Spectrum*, 39(3), 181–193. <https://doi.org/DOI: 10.1080/02732173.2019.1645063>
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. del P. B. (2013). *Metodologia de Pesquisa* (5a ed.). Penso.
- Sanguinetti, A. (2012). The design of intentional communities: A recycled perspective on sustainable neighborhoods. *Behavior and Social Issues*, 21(1), 5–25. <https://doi.org/10.5210/bsi.v20i0.3873>
- Santos Júnior, S. J. dos. (2016). *Zelosamente habitando a terra: Ecovilas genuínas, espaço geográfico e a construção de lugares zelosos em contextos contemporâneos de fronteiras paradigmáticas*. [Tese de Doutorado em Geografia]. UFBA.
- Satie, L. (2009). Estética e ética em Kant. *Filosofia Unisinos*, 10(1), 29–36. <https://doi.org/10.4013/fsu.2009.101.03>

- Schmidt, J. P. (2011). Comunidade e comunitarismo: Considerações sobre a inovação da ordem sociopolítica. *Ciências Sociais Unisinos*, 47(3), 300–313. <https://doi.org/10.4013/csu.2011.47.3.13>
- Shove, E., Pantzar, M., & Watson, M. (2012). *The dynamics of social practice: Everyday life and how it changes*. SAGE.
- Shove, E., & Walker, G. (2010). Governing transitions in the sustainability of everyday life. *Research policy*, 39(4), 471–476.
- Simmel, G. (1973). A metrópole e a vida mental. Em S. M. Reis (Trad.), *O fenômeno urbano* (p. 10 (11-25)). Zahar.
- Simmel, G. (2006). *Questões fundamentais de sociologia: Indivíduo e sociedade*. Jorge Zahar.
- Siqueira, G. de M. V. (2017). Tensão entre as racionalidades substantiva e instrumental: Estudo de caso em uma ecovila no sul da Bahia. *Cadernos EBAPE.BR*, 15(4), 768–782. <https://doi.org/10.1590/1679-395155014>
- Svartman, B. P., & Bueno, A. (2016). *Economia monetária, economia psíquica: Simmel, Freud e o esquematismo da subjetividade moderna*.
- Taubach, P. F. (2016). *The Utopia of Ecovillages*. University of Aberdeen, TR4502.
- Tonnies, F. (1973). Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. Em F. Fernandes (Ed.), *Comunidade e sociedade Leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação* (Vol. 1, pp. 96–116). Cia Editora Nacional / EDIUSP.
- Tonnies, F. (2001). *Community and civil society*. Cambridge University Press.
- Veteto, J. R., & Lockyer, J. (2008). Environmental anthropology engaging permaculture: Moving theory and practice toward sustainability. *Culture & Agriculture*, 30(1–2), 47–58.
- Weber, M. (1967). Conceito e Categorias da Cidade. Em *O fenômeno urbano* (pp. 67–88). Zahar.
- Weber, M. (2010). *Conceitos Sociológicos Fundamentais*. LusoSofia Press.
- Wirth, L. (1967). O urbanismo como modo de vida. Em *O fenômeno urbano* (pp. 89–112). Zahar.

Apêndice Único: Guião Para Entrevista

A. Introdução

Quebra gelo:

- agradecimento inicial
- apresentação: Pedro, UBI, projeto
- Compromisso de confidencialidade
- Pedir autorização para gravar
- iniciar gravação e declarar isso

Qualificação do entrevistado

- nome,
- idade,
- tempo naquela comunidade,
- experiência anterior em comunidades

Regras para esta entrevista

As perguntas a seguir são sobre a sua percepção pessoal da vida em comunidade. Por favor pense SEMPRE em sua percepção sobre isso. Mesmo quando eu perguntar sobre os outros moradores da comunidade: nestas perguntas queremos saber como você acha que é a percepção deles, e não falar em nome dos outros.

B. Entrada: perguntas chaves

Como é sua vida na comunidade?

Como você vê sua vida hoje em relação ao tempo em que vivia na metrópole?

Pensando no momento em que você decidiu viver na ecoaldeia, o que mais te motivava? O que você pensa sobre isso em retrospectiva? E hoje, o que você diria que “mais te incomoda” vivendo em sua comunidade?

Acha que outros sentem assim também?

C. Segurança x Liberdade

Do que você precisou abrir mão para estar nesta comunidade? Percebe isso como uma redução da sua liberdade? De alguma forma isso te faz sentir mais segurx em relação à antes de morar na comunidade?

Acha que outros em sua comunidade sentem assim também?

D. Pertencimento e Lab Social

Você sente que sua comunidade está criando uma forma nova de enfrentar os problemas da sociedade contemporânea? De que forma?

Se vocês recebem voluntários e visitantes, você acha que eles estão buscando “sair do sistema” de alguma forma? E, de forma geral, o que você diria que eles estão mais a procurar?

E. Encerramento

Agradecimento pelo seu tempo.

Como você se sentiu nesta nossa conversa?

Poderia por favor indicar outra(s) pessoa(s), de sua comunidade ou de outra iniciativa, para contribuir com nossa pesquisa?

Agradecimento específico (obrigado por sua participação neste estudo!)

(fim do guião da entrevista)